

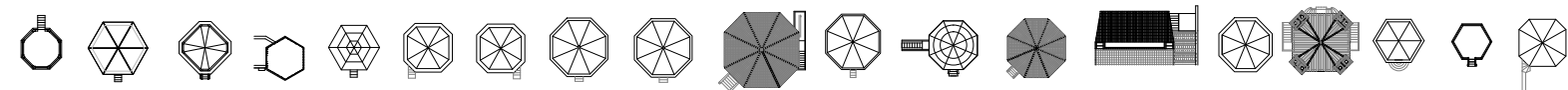


CORETOS DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

Contributos para a sua Caraterização e Valorização

HUGO MARINHO FREIXO

VILA NOVA DE CERVEIRA 2017



CORETOS DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

Contributos para a sua Caraterização e Valorização

HUGO MARINHO FREIXO

ORIENTADORA: Prof.^a Doutora Goreti Sousa

ORIENTADOR: Prof. Doutor Gilberto Carlos

Vila Nova de Cerveira, Setembro 2017

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, irmãos e a toda a minha família pelo apoio prestado desde sempre e especialmente desde que ingressei na minha formação académica.

À Ester pela ajuda, pela companhia, pela inspiração, pela motivação e paciência que teve durante todo este percurso e pela importante ajuda que me deu no levantamento topográfico de todos os coretos do concelho de Viana do Castelo.

Aos meus amigos que sempre estiveram presentes e sempre me apoiaram na realização desta investigação.

O agradecimento mais especial fica dedicado à minha orientadora Prof.^a Doutora Goreti Sousa, por ter acreditado e apoiado desde o início esta investigação, principalmente pela sua paciência, dedicação, ânimo, disponibilidade e apoio moral.

Ao orientador Prof. Doutor Gilberto Carlos, pelos conselhos e ideias dadas.

Ao corpo docente e funcionários da ESG, pelo carinho, apoio e conhecimentos transmitidos ao longo de todos estes anos.

A todos os que de alguma forma me ajudaram na Dissertação e no Percurso Académico.

Muito Obrigado...

RESUMO

Esta dissertação pretende ampliar o conhecimento sobre os *coretos de festas*, nomeadamente nos exemplos identificados no Concelho de Viana do Castelo, contribuindo, para a sua valorização.

Particularmente no séc. XIX e XX, os concertos gratuitos de música eram uma forma de instruir as sociedades, promovendo locais de encontro regulares, para pessoas de todos os estatutos e idades assistirem ao desempenho das bandas filarmónicas. Os coretos constituem a materialização edificada de um suporte desta manifestação cultural, assumindo-se como elementos fundamentais na promoção das suas relações comunitárias.

Ao longo dos tempos, assistiu-se a uma demolição progressiva e generalizada, em função da reduzida área de palco, insuficiente para albergar as bandas filarmónicas, com todos os seus elementos e instrumentos. Estruturas temporárias, como palcos reversíveis, constituíram-se como um complemento ou alternativa a esta solução. Atualmente, existem dezanove exemplares no Concelho de Viana do Castelo, alguns abandonados ou em avançado estado de degradação, utilizados esporadicamente em ocasiões festivas de carácter popular. Do espólio analisado apenas dois são classificados como monumentos, de entre um conjunto total de setenta e dois coretos nacionais.

Na prossecução dos objetivos estabelecidos, procedeu-se à identificação e caracterização dos exemplos ainda existentes, indicando as suas características formais e funcionais fundamentais, tendo como base a estrutura de inventariação do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), gerido pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Complementarmente, procurou-se interpretar a sua relação com o espaço público de enquadramento, assim como a sua relação com os elementos arquitetónicos de referência nas suas imediações. Da confrontação efetuada, assinalando as constâncias e assimetrias verificadas no conjunto inventariado, foi realizada uma terceira correlação incidindo objectivamente na comparação com as características dos dois elementos classificados e na eventual possibilidade de extrapolação do seu regime de excepcionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Coreto, Património Cultural, Função Recreativa, Festividades, Espaço Público.

ABSTRACT

This dissertation intends to enlarge the knowledge about the party bandstands, particularly in the examples identified in the Municipality of Viana do Castelo, contributing, to their valorization.

Particularly in the 19th and 20th century, free music concerts were a way of educating societies, promoting regular meeting places for people of all statutes and ages to watch the performance of philharmonic bands. The bandstands constitute the built-up materialization of a support of this cultural manifestation, assuming themselves as fundamental elements in the promotion of their community relations.

Over time, there has been a progressive and generalized demolition, due to the small area of the stage, insufficient to accommodate the philharmonic bands, with all its elements and instruments. Temporary structures, such as reversible stages, were constituted as a complement or alternative to this solution. Currently, there are nineteen copies in the Municipality of Viana do Castelo, some abandoned or in an advanced state of degradation, used sporadically on festive occasions of popular character. Of the estate analyzed, only two are classified as monuments, out of a total of seventy two national bandstands.

In the pursuit of the established objectives, we identified and characterized the still existing examples, indicating their fundamental formal and functional characteristics, based on the inventory structure of the Information System for Architectural Heritage, managed by the Directorate-General of Cultural Heritage. In addition, it was sought to interpret its relation with the public space of framing, as well as its relation with the architectural elements of reference in its surroundings. From the comparison made, indicating the constants and asymmetries verified in the inventoried set, a third correlation was carried out objectively in the comparison with the characteristics of the two classified elements and in the possible possibility of extrapolation of its exceptionality regime.

KEYWORDS: Bandstand, Cultural Heritage, Recreational Function, Festivities, Public Space.

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

AGRADECIMENTOS

- RESUMO

- ABSTRACT

- ÍNDICE DE CONTEUDOS

1 - CAPÍTULO – INTRODUÇÃO.....	13
1.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	15
1.2 – OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO.....	16
1.3 – METODOLOGIA APLICADA.....	17
1.3.1 – TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO.....	18
1.3.2 – TRATAMENTO DE DADOS.....	20
1.4 – ESTRUTURA DE CONTEÚDOS	22
2 - CAPÍTULO – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1 – CONCEITOS DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO	25
2.1.1 – PATRIMÓNIO CULTURAL.....	26
2.1.2 - PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL.....	28
2.1.3 - CARATERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO.....	29
2.1.4 – SALVAGUARDA DO PATRIMONIO	30
2.2 - VALORES ASSOCIADOS AO PATRIMÓNIO.....	33
2.3 – FESTAS E ROMARIAS.....	34
2.3.1 – BANDAS FILARMÓNICAS.....	38
2.4 – ESPAÇO PÚBLICO DE FESTA URBANO E RURAL.....	40
2.5 – O CORETO.....	43
2.5.1 – ETIMOLOGIA DA PALAVRA CORETO.....	43
2.5.2 – ORIGEM DOS CORETOS.....	46
2.6 – CARATERÍSTICAS FUNCIONAIS DOS CORETOS.....	49

2.7 – CARATERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DOS CORETOS.....	50
 3 - CAPÍTULO – OS CORETOS DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO.....	 65
3.1 - CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO.....	67
3.2 - FICHAS DE CATALOGAÇÃO.....	71
3.3 – ANÁLISE CONSTRUTIVAS DO ESTUDO DE CASO.....	157
3.3.1 – TIPOLOGIA DAS BASES.....	158
3.3.2 – TIPOLOGIA DAS COBERTURAS.....	160
3.3.3 – ACESSO AO PALCO (ORIENTAÇÃO)	163
3.3.4 – ÁREAS DOS PALCOS.....	165
3.4 – MATERIAIS CONSTRUTIVOS.....	167
3.4.1 – MATERIAIS DAS BASES.....	167
3.4.2 – MATERIAIS DAS COBERTURAS.....	169
3.4.3 – MATERIAIS DAS COLUNAS/PILARES.....	171
3.4.4 – MATERIAIS DAS GUARDAS/CORIMÃOS.....	173
3.4.5 – MATERIAIS DAS ESCADAS.....	176
 4 - CAPÍTULO – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 183
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 195
ÍNDICE DE FIGURAS.....	203
ÍNDICE DE TABELAS.....	209
ANEXOS.....	211

1- INTRODUÇÃO

1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Os coretos em Portugal estão associados a um passado cultural, tendo servido como palco para as bandas filarmónicas atuarem, sendo um ponto de referência para a população das freguesias e das aldeias. Os coretos serviam até ao séc. XX de palco para programas recreativos. Hoje são utilizados apenas em circunstâncias muito particulares como festas ou romarias das cidades e das freguesias.

Os coretos concebidos inicialmente como espaços efémeros da arquitetura, executados em ferro forjado, que pertencia à mesma família de mobiliário urbano dos quiosques, pavilhões e palanques, apresentam a característica de serem completamente abertos, permitindo ao público juntar-se ao seu redor para assistir aos espetáculos a partir de vários pontos de vista (Relvas & Braga, 1991).

Em Portugal, como na maioria dos países da Europa, o coreto surge com as revoluções liberais, e sobretudo no chamado período da Regeneração (ou da Monarquia Constitucional), importando o modelo de França que já o tinha adaptado de Inglaterra e dos seus jardins românticos que, por sua vez, tinham seguido influências orientais. Entre eles o palanque em forma mais ou menos circular, com uma cúpula abrigo de chuva ou sol para oradores ou músicos, assumia a forma de um palco de espetáculo gratuito ao serviço dos ideais liberais. Para ter acesso à música já não era necessário pagar para entrar numa sala de espetáculos; os espetáculos estavam na rua, gratuitos e o coreto era o palco.

Em Portugal, existem centenas de coretos espalhados por todo o território. São poucos os que são considerados património classificado, no concelho de Viana do Castelo apenas dois são classificados, o coreto de Monserrate e o de Santa Maria Maior. Alguns deles foram destruídos ou deslocados das praças e jardins onde se encontravam. Outros ainda encontram-se degradados e abandonados. Genuínos, ricamente ornamentados ou mais simples, hexagonais, octogonais ou com outras formas, rodeados de grandes árvores ou pequenos jardins cuidadosamente desenhados, colocados junto a fontes ou lagos, os coretos continuam a ser símbolos de nacionalidade (Lessa, 2014, pág.30).

Das cidades, os coretos começaram a chegar a povoações mais pequenas, a várias povoações e aldeias de Portugal, os coretos ocupam lugares centrais e de acesso privilegiado. A utilização dos coretos, na generalidade, entrou em declínio e muitos deles foram-se degradando com o tempo.

Na opinião do Maestro António Vitorino de Almeida (2006), a existência dos coretos não deveria cingir-se apenas à música das bandas populares, por isso é necessário lutar por um projecto de dinamização desses locais com concertos de outros reportórios.

Todo o Património merece ser preservado, divulgado, transformado, e este é uma das suas “peças” com interesse, embora nem sempre se reconheça devidamente o seu valor.

1.2 - OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

O objetivo essencial nesta investigação é realizar um apanhado sobre estas construções que com o passar das épocas sofre um abandono total, causando esquecimento, falta de informação e documentação dedicada sobre a sua existência. Relativamente ao objeto de estudo pretende-se efetuar uma análise dos coretos existentes, comparando-as entre si, contribuindo para a preservação e valorização da memória do património cultural.

Por não haver muitos documentos escritos sobre estas construções, identifica-se esta questão como uma lacuna no conhecimento, fortalecendo a importância desta investigação. Por este motivo, interessa abordar a temática.

O estudo proposto tem como propósitos, os seguintes objetivos:

- Inventariar e classificar os coretos do concelho de Viana do Castelo;
- Identificar as características construtivas fundamentais dos coretos do concelho de Viana do Castelo;

Objetivo n.º 1

- Inventariar e classificar os coretos do concelho de Viana do Castelo

Para salvaguardar a existência dos bens culturais, é necessário o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, identificação, sistematização e registo atualizado deste património arquitetónico, pelo que, os inventários científicos e trabalhos multidisciplinares de estudo e identificação do património em questão são fundamentais, de acordo com a definição de González-Varas (2008), definido como um instrumento de conservação indireta e preventiva, como forma de conhecimento e valorização dos bens culturais de um país, região ou de uma determinada localidade. Para González-Varas (2008), os catálogos centram a sua ação na identificação, descrição e localização do bem cultural, no qual se estabelece uma lista ordenada ou sistematizada das características mencionadas, incluindo uma apreciação histórico artística do objeto em questão, justificando assim um trabalho de investigação específico.

Refere a Lei 107/2001, de 8 de Setembro, Artigo 19º, que inventariação é o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação

Sendo este um instrumento do regime de **valorização dos bens culturais** (materiais e imateriais) de um país, região ou qualquer outra entidade, que consiste no levantamento (tendencialmente exaustivo),

identificação, sistematização e registo atualizado desses mesmos bens. A sua abrangência cobre não apenas os bens de carácter público (ou seja aqueles cuja propriedade pertence ao Estado ou a entidades coletivas de carácter público), como também os bens privados, propriedade de entidades singulares ou coletivas (IHRU, IGESPAR, 2010, p. 85).

Esta sistematização consiste num inventário constituído pelas fichas de catalogação apresentada no capítulo 3.2.

Objetivo n.º 2

- Identificar caraterísticas construtivas fundamentais dos coretos de Viana do Castelo

Pretende-se com este objetivo contribuir para a identificação e investigação dos materiais e caraterísticas construtivas, que caraterizam os coretos fixos do concelho de Viana do Castelo. Para tal foi estabelecido no pressuposto da capacidade de análise da informação sistematizada do primeiro objetivo. Depois de recolher e organizar todos os dados referentes ao objeto de estudo torna-se imperativo a sua comparação. Esta comparação é essencialmente realizada através do confronto dedutivo, proporcionado pelo estudo dos autores de referência, nomeadamente nos identificados na revisão da literatura, cruzando este conhecimento com o trabalho de campo.

1.3 - METODOLOGIA APLICADA

O método de análise utilizado na presente investigação baseia-se no estudo de caso, que segundo Yin (2001) e Groat & Wang (2002) consiste numa abordagem a um fenómeno contemporâneo inserido no contexto da vida real e conforme Ludke e André (1986) é o estudo de algo singular de caraterísticas únicas, situado num local e tempo específico.

Para Yin (2003), a necessidade de realizar estudos de caso surge da necessidade de estudar fenómenos sociais complexos. Deste modo, para este autor, os estudos de caso devem usar-se quando se lida com condições contextuais, confiando que essas condições podem ser pertinentes na investigação. Aliás, a importância que Yin (2003) atribui ao contexto está patente na sua definição de estudo de caso, “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (p. 32).

1.3.1 - TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

De forma a contribuir para o rigor científico do estudo e de todo o processo, aliado muitas vezes à falta de meios para a recolha de dados neste sentido, foi tido o cuidado de considerar toda a documentação que revelasse importância, que fosse rigorosa e com um enfoque sobre a temática do objecto de estudo (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Seguidamente são apresentadas as diferentes técnicas e ferramentas para a obtenção de informação.

- ANÁLISE DOCUMENTAL

Segundo Saint-Georges (1997, p. 15), “de uma maneira ou de outra, não existe investigação sem documentação”.

Dependendo do tema, pode-se encontrar muita ou pouca informação, obrigando o investigador a seleccionar apenas os documentos necessários e essenciais para a sua análise, principalmente no caso de excesso de informação. A análise documental tem como principal vantagem evitar o recurso a outras técnicas de recolha de dados. Os mesmos autores (1997, p. 30), afirmam que “a análise documental apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados: visa o acesso a fontes pertinentes, escritas ou não (...)”. Convém salientar que essas fontes, podem ser documentos oficiais ou não oficiais.

A análise documental revela-se como uma técnica de recolha de dados empíricos, chegando a possibilitar o surgimento de novos dados. Este é um processo que envolve a selecção, tratamento e interpretação da informação existente em documentos, com o principal objectivo de subtrair deles algum sentido (Bogdan & Biklen, 1994).

Recolheu-se informação sobre os temas necessários para o desenvolvimento e compreensão deste estudo. A coleta de informação realizou-se através de diversas fontes documentais escritas (não oficiais), tais como: livros, revistas, artigos, dissertações de mestrado e doutoramento, documentos internacionais. A referida coleta de dados permitiu realizar um enquadramento teórico sobre os casos de estudo.

- OBSERVAÇÃO

No presente estudo é utilizada a observação direta sobre os diversos coretos do concelho de Viana do Castelo às suas características e materiais usados. “A observação apresenta como principal vantagem em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente (...). Desse modo, a subjetividade, (...), tende a ser reduzida” (Gil, 1995, p. 104). Os objetivos da observação e a delimitação do campo de observação determinam a estratégia a seguir. Primeiro escolhe-se a opção por determinadas formas e meios de observação. Neste caso uma observação direta sobre o objeto de estudo; Segundo escolhe-se o critério de registo dos dados neste caso será mediante indicadores que se

identificam na teoria e por último elaboram-se os métodos e técnicas para analisar os dados recolhidos, isto faz-se através da comparação dos dados obtidos mediante a observação com a análise documental.

- NOTAS DE CAMPO

São técnicas de recolha de informação porque são relatórios daquilo que o investigador ouve, olha, experimenta e pensa no decurso da recolha dos dados, formando assim, parte de um estudo qualitativo. As notas de campo podem realizar-se mediante a palavra, a escrita, o desenho ou podem representar-se graficamente. Neste caso, utilizam-se as fichas para a identificação de cada coreto. Outro tipo são as notas de campo reflexivas, que captam a perspetiva do observador e investigador. São as suas ideias e as suas preocupações. Estas notas de campo poderão ser registadas num diário (Bogdan & Biklen, 1994).

As Notas de Campo permitem a reflexão sobre os processos de observação, fotografia ou até mesmo, “pessoas, objetos, lugares, acontecimentos, atividades e conversas, que permite o registo de ideias, estratégias, reflexões e palpites” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 150).

- FOTOGRAFIA

A Fotografia tem carácter complementar, para apoiar as outras técnicas como a observação e as notas de campo, de forma a garantir melhor recolha e registo dos dados. A máquina fotográfica pode ser utilizada para “fazer o inventário dos objectos no local de investigação” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 140).

Serão utilizadas fotografias realizadas por outros autores, bem como fotografias do autor. O objectivo passa por registar as características específicas dos coretos do concelho de Viana do Castelo.

- ENTREVISTA

As entrevistas compõem uma metodologia de investigação habitualmente usada para obter informações através da conversação. Este método poderá ser apresentado de diversas formas, consoante a opção do autor e da informação que este pretende obter através das mesmas. No desenrolar desta investigação, optou-se por realizar um tipo de entrevista individual exploratória (semiestruturada, sem qualquer condicionante, quanto a ordem e ao desenrolar da entrevista).

A técnica parte do “diálogo assimétrico para coletar dados através da fonte social” (Gil, 2008, p. 109), adquirindo informações sobre “o que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (Selltiz et al. citado por Gil, 2008, p.109).

Ao longo do desenvolvimento da presente dissertação, foram efetuadas entrevistas presenciais com técnicos de todos os Arquivos Municipais do distrito, (Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes do Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira).

Foram enviados correios eletrónicos para todas as juntas de freguesias do distrito de Viana do Castelo, afim de aferir o numero de coretos existentes. Das quais se obtiveram poucas respostas, das respostas obtidas afere-se um total de setenta coretos, fator que levou a circunscrever a área de estudo para concelho de Viana do Castelo.

No concelho de Viana do Castelo estas conversações foram essencialmente efetuadas com elementos técnicos e administrativos da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesias e das associações e comissões de festas.

A forma de comunicação predominante foi estabelecida por via telefónica e correio eletrónico.

1.3.2 – TRATAMENTO DE DADOS

Após a recolha da maior quantidade possível de informação para a investigação desenvolvida, esta deve de ser tratada mediante uma série de técnicas: identificar os dados para a análise, comparar os resultados obtidos com os esperados teoricamente e procurar o significado e explicação das diferenças (Quivy & Campenhoudt, 1992), de acordo com os documentos escritos selecionados. Esta análise permitiu identificar os indicadores para a análise dos casos de estudo selecionados.

Os referidos indicadores de análise estabelecidos para esta investigação são analisados em profundidade no capítulo 3 desta investigação e estão estreitamente relacionados com os dois objetivos desta dissertação. Assim foram determinados os seguintes indicadores de análise, baseados nos autores de referência:

1 - Tipologias das bases; 2 - Tipologias das coberturas; 3 - Acesso aos palcos (orientação das entradas); 4 - Áreas de palcos; 5 - Materiais das bases; 6 - Materiais das coberturas; 7 - Materiais das colunas/pilares; 8 - Materiais das guardas; 9 - Materiais das escadas.

Posteriormente, analisados os dados recolhidos torna-se possível a obtenção de resposta aos objetivos lavrados, ou seja, as conclusões. O método de análise de dados que foi empregue nesta investigação é a análise qualitativa e quantitativa, uma vez que se criam significados e se trata de uma lógica racional (Bogdan & Biklen, 1994).

A interpretação e a sistematização dos resultados parte do desenvolvimento das ideias e dos objetivos inicialmente propostos. Numa primeira fase, contextualizam-se os dados adquiridos e relacionam-se os conhecimentos teóricos. Após a recolha bibliográfica e da contextualização dos documentos, interpretam-se os dados. Realiza-se uma análise para obter os indicadores e construir as fichas.

As fichas de análise constituem uma ferramenta de sistematização de informação dos dados de cada coreto. Trata-se de uma informação de carácter individual que tem por objectivo tratar os aspectos de concepção formal, construtiva, tipológica e de materiais usados na construção para a sua posterior análise. As fichas são assim documentos nos quais são registados os dados específicos de cada exemplar analisado.

Foram desenvolvidos pelo autor, de forma a responder aos objetivos definidos, o que permitiu estruturar as respostas, começando assim a surgir os principais dados, do ponto vista formal, construtivo e tipológico. O modelo da ficha de inquérito foi estruturado a partir dos indicadores obtidos, no estudo da temática abordada. Estas fichas constituem uma ferramenta de recolha de informação, onde se anotam de forma sistemática, os dados específicos de cada coreto; e tem como objetivo a sua análise.

As fichas de análise são compostas por cinco seções principais, as quais se descrevem de seguida:

- 1 – Mapa do concelho de Viana do Castelo com onde é destacada a freguesia com coreto.
- 2 - Referem-se os dados de identificação dos coretos analisados, sendo realizada uma descrição de alguns aspetos que são imprescindíveis para uma boa análise destas construções, onde se identificam as tipologias espaciais, aspetos construtivos e outras características relevantes.
- 3 - Menciona-se os dados de identificação das construções analisadas, mais concretamente o que respeita à localização geográfica.
- 4 - Indicam-se as principais características como a função, a geometria, a propriedade, a época de construção, os materiais usados, a área de palco, as intervenções realizadas, a classificação patrimonial e o estado de conservação.
- 5 - Registo fotográfico, expõe-se fotografias de diferentes pontos de vista.
- 6 - Levantamento topográfico com desenhos técnicos, (plantas, alçados principais e coberturas).

Finalmente, comparam-se as fichas obtidas para distinguir as discrepâncias e as concordâncias e responder aos objetivos iniciais.

1.4 – ESTRUTURA DE CONTEÚDOS

A presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos, cujo conteúdo é apresentado sumariamente em seguida:

Capítulo 1 – Introdução:

Pretende enquadrar e justificar a escolha do tema, bem como a apresentação do objeto de estudo. Neste capítulo encontram-se os objetivos que o estudo se propõe responder, bem como a metodologia adotada para a realização da investigação.

Capítulo 2 – Fundamentação Teórica:

Pretende-se, enquadrar o objeto de estudo dentro do seu contexto histórico-cultural, numa primeira fase serão estabelecidas definições de património arquitetónico, cultural, imaterial e os valores a eles associados. É abordado o tema das festas e romarias; as bandas filarmónicas e o espaço público de festa urbano e rural.

Capítulo 3 – Os Coretos do concelho de Viana do Castelo:

Realiza-se ainda uma abordagem ao enquadramento geográfico (concelho de Viana do Castelo). É feita uma análise individual dos casos de estudo, através das fichas de análise, pós a análise individual é apresentada uma análise comparativa e qualitativa das fichas elaboradas de forma a obter os dados que possam clarificar a constituição e caracterização dos coretos.

Capítulo 4 – Considerações Finais:

Por fim, expõem-se as considerações finais, nas quais se evidenciam a síntese e a reflexão dos resultados obtidos, dando resposta aos objetivos propostos, sendo esta a contribuição singular para o conhecimento.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – CONCEITOS DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

O conceito de Património estava inicialmente associado aos monumentos históricos, religiosos e até mesmo aos bens de herança. Todavia é cada vez mais indissociável da realidade socioeconómica, o que implica que esta noção tenha ganho um universo muito mais vasto e complexo.

Entre Cartas e Convenções, o conceito 'Património' é definido na Carta Internacional sobre o Turismo e Cultural, redigida pelo ICOMOS em 1999 na Cidade do México, como:

(...) um conceito vasto que abrange, quer o meio ambiente natural, quer o cultural. Engloba as noções de paisagem, de conjuntos históricos, de sítios naturais e construídos, bem como as noções de biodiversidade, de acervos culturais, de práticas culturais, tradicionais ou actuais e de conhecimento. Recorda e expressa a longa caminhada do desenvolvimento histórico que constitui a essência das diversas identidades nacionais, regionais, autóctones e locais, e faz parte integrante da vida moderna (ICOMOS, 1999, p. 1).

De uma forma geral, o conceito de património está ligado ao legado que se transmite das gerações passadas às presentes e que, por sua vez, será legado às futuras.

O património é definido como a conjugação das criações e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos. O património é uma realidade, um bem da comunidade e uma valiosa herança que pode ser legada e que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação. (Associação do Québec para a Interpretação do Património Nacional, Comité de Terminologia, Julho de 1980).

O conceito de património acima definido pretende abranger muito mais do que apenas edifícios construídos num passado mais ou menos distante.

“O património não fica limitado, nem no passado, nem no futuro. Usamos o património do passado para construirmos o património do futuro. O património não se limita a um tempo, nem passado nem futuro. Usamos o património de ontem para construirmos o património de amanhã, porque a cultura é, por natureza, dinâmica e está em constante renovação e enriquecimento” (ICOMOS, 1982, p. 5).

No ano de 2000, a Carta de Cracóvia define património como “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização do património é, assim, um processo relacionado com a seleção de valores” (Carta de Cracóvia, 2000, p.5).

Peralta menciona o que é considerado ou não património: “Aquilo que é ou não é património, depende do que, para um determinado colectivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras” (2000, p.218).

O património, sob todas as suas formas, deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras “enquanto testemunho da experiência e das aspirações humanas, de forma a fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e a inspirar um diálogo genuíno entre as culturas” (UNESCO, 2001, p. 4).

Como refere Lopes & Correia, “O património é uma expressão da História e ajuda-nos a compreender a importância do passado na nossa vida actual” (2014, p. 188).

2.1.1 – PATRIMÓNIO CULTURAL

Património Cultural deve ser entendido como o conjunto de todos os bens com significado e valor material e imaterial relevante para a identidade histórica e cultural de um povo, o património faz recordar o passado.

A Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado considera como bens culturais, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário:

- a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;
- b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja conservar ou expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado;

c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados centros monumentais (UNESCO, 1954, p. 2).

A Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural distingue dentro do património cultural:

Os monumentos: obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (UNESCO, 1972, p. 2).

O património cultural pode então ser definido como o conjunto de sinais materiais, tanto artísticos como simbólicos, transmitidos pelo passado a cada cultura e, portanto, a toda a humanidade.

A lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (Lei 107/2001, de 8 de Setembro), indica os bens que integram o património cultural.

“Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial proteção e valorização. [...] O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. [...] Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa (Lei 107/2001, de 8 de Setembro, Artigo 2.º, p. 1).

O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. “Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares, através do tempo” (Conselho da Europa (2005) *Convenção de Faro*, Artigo 2.º, p. 3).

O património cultural é a herança cultural própria do passado de uma comunidade, com a que a comunidade actual convive e que transmite a gerações presentes e futuras; é o conjunto de bens imóveis e imateriais que se herda do passado e que são entendidos como merecedores da nossa atenção e proteção como parte da nossa identidade social e histórica. Os bens que integram o património cultural existem desde que o homem deixa testemunhos materiais da sua presença e actividades, dando lugar a objectos de todo o tipo (González-Varas, 2008, p. 21).

2.1.2 - PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL

O tempo confere valor patrimonial a determinadas manifestações culturais, “materiais ou imateriais, que se entrelaçam com a história e aí encontram sustentação, justificação e materiais para a construção do futuro, já que preservar a memória do passado constitui uma necessidade das gerações presentes que se traduz num sentimento de dever para com as gerações futuras” (Cabral, 2009, p.8).

Entende-se por **património cultural imaterial** as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências - bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados - que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana.

O **património cultural imaterial** manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;
- b) artes do espetáculo;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.”

(UNESCO, 2003, p. 3).

2.1.3 - CARATERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

A Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975), reconheceu que o património arquitetónico é memória insubstituível dos homens de hoje e se não for transmitida para as gerações futuras, na sua autêntica riqueza e diversidade cultural, a humanidade será amputada de uma parte da consciência da sua própria duração. Não só os edifícios de carácter monumental são considerados património arquitetónico, *“O património arquitetónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído”* (Carta Europeia do património arquitetónico, 1975, p. 2).

O património arquitetónico testemunha a presença da história e da sua importância na nossa vida e cada geração interpreta o passado de uma maneira diferente e dele retira ideias novas.

No seguimento desta declaração, surge a convenção de salvaguarda do património arquitetónico da Europa (1985), com o objetivo de transmitir definições, recomendações e responsabilidades, assim como estabelecer três tipos de património arquitetónico, sendo eles “os monumentos, os conjuntos arquitetónicos e os sítios” (1985, p. 2).

Por património arquitetónico entende-se “o conjunto das estruturas físicas (os edifícios ou estruturas construídas e seus componentes, os núcleos urbanos e seus componentes, as paisagens e seus componentes) às quais determinado indivíduo, comunidade ou organização reconhece, num dado momento histórico, interesse cultural e ou civilizacional, independentemente da natureza dos valores em que esse interesse radique, designadamente: valor arquitetónico (artístico, construtivo, funcional), valor histórico ou documental, valor simbólico e valor identitário. [...] Abrange não apenas imóveis de carácter monumental, mas também aqueles cujos contextos de formação e características particulares se revelem emblemáticos ou significativos no espaço e tempo em que se desenvolveram” (IHRU, IGESPAR 2010, p. 8).

“O património arquitetónico europeu é constituído, não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também, pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem” (Conselho da Europa, 1975, p. 2).

2.1.4 - SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

Antes de intervir em qualquer bem patrimonial é necessário avaliar o seu significado cultural, devendo definir-se todos os seus elementos e compreender-se a sua relação e implantação. “O impacto da alteração proposta no significado cultural do património deve ser minuciosamente avaliado. A sensibilidade à mudança de cada atributo e valor deve ser analisada em função do seu significado. É necessário evitar os impactos adversos ou mitigá-los de forma a preservar o significado cultural do património” (ICOMOS-ISC20C, 2011, p. 5).

“Entende-se por salvaguarda a identificação, a proteção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e da sua envolvente” (UNESCO, 1976, p. 3)

A reflexão sobre a preservação dos bens culturais tem-se alargado, portanto, a novas áreas do conhecimento, introduzindo novos conceitos e critérios. As principais Cartas e Convenções internacionais sobre o património, publicadas desde 1931 (Carta de Atenas), refletem essa evolução de conceitos ao exprimirem novos princípios, sobretudo no âmbito do património arquitetónico e arqueológico, tais como: «a utilidade dos inventários», «a necessidade de articulação da salvaguarda do património arqueológico com o ordenamento do território», «a defesa dos princípios de conservação integrada», «a participação ativa das populações».

São muitos os documentos que permitem compreender como emergiu e se desenvolveu a preocupação pela preservação dos edifícios.

Em 1976, a comunidade científica sente a necessidade de definir e clarificar o conceito de “salvaguarda” acabando por fazê-lo através da Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea. Salvaguarda é vista como “a identificação, a proteção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento” (UNESCO, 1976, p. 3).

A proteção legal dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação. Cada forma de protecção dá lugar ao correspondente nível de registo, pelo que existirá:

- a) O registo patrimonial de classificação;
- b) O registo patrimonial de inventário.

Entende-se por **classificação** o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural (*Lei 107/2001*, de 8 de Setembro, Artigos 16º e 18º).

Esta é a medida basilar na política de proteção patrimonial, destinada a um universo circunscrito de bens de carácter arquitetónico, artístico ou paisagístico, cujo valor intrínseco (artístico, antropológico, histórico, simbólico, social, ou outro) pressuponha a criação, mediante diploma legal, de princípios concretos de preservação e salvaguarda, condicionantes das formas de utilização e intervenção nos mesmos. Cabe aos órgãos competentes da administração do património cultural a decisão de classificação de bens, conjuntos ou sítios, podendo esta ser inicialmente proposta por qualquer organismo ou entidade, pública ou privada (IHRU, IGESPAR 2010, p. 84).

Entende-se por **inventariação** o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação (*Lei 107/2001*, de 8 de Setembro, Artigo 19º).

Este é um instrumento do regime de valorização dos bens culturais (materiais e imateriais) de um país, região ou qualquer outra entidade, que consiste no levantamento (tendencialmente exaustivo), identificação, sistematização e registo atualizado desses mesmos bens. A sua abrangência cobre não apenas os bens de carácter público (ou seja aqueles cuja propriedade pertence ao Estado ou a entidades colectivas de carácter público), como também os bens privados, propriedade de entidades singulares ou colectivas (IHRU, IGESPAR, 2010, p. 85).

A compreensão da forma pela qual o significado cultural se manifesta no património arquitetónico do século XX, e como os diferentes atributos, valores e componentes contribuem para esse significado, é essencial para tomar decisões adequadas sobre a sua manutenção e a conservação da sua **autenticidade e integridade**. Os edifícios evoluem com o tempo e as novas alterações podem adquirir um significado cultural. Um mesmo bem pode requerer diferentes abordagens e métodos de conservação (ICOMOS-ISC20C, 2011, p.3).

Autenticidade:

Portadores de uma mensagem espiritual do passado, os monumentos históricos de um povo constituem um testemunho vivo das suas tradições seculares. A humanidade, que tem vindo progressivamente a tomar consciência da singularidade dos valores humanos, considera os monumentos como um património comum, reconhece a responsabilidade colectiva pela sua salvaguarda para as gerações futuras e assume o dever de transmiti-los com toda a riqueza da sua **autenticidade** (ICOMOS, 1964, p. 1).

O conceito de **autenticidade**, tal como foi expresso na Carta de Veneza, representa um fator qualitativo essencial relativamente à credibilidade das fontes de informação históricas. O seu papel é fundamental, quer nos estudos científicos sobre o património cultural, quer nas intervenções de conservação e

restauro, bem como nos procedimentos de inscrição de bens culturais na lista do Património Mundial ou em quaisquer outros inventários do património cultural (UNESCO, ICCROM e ICOMOS; 1994, Ponto 10, p. 3).

O significado da palavra **autenticidade** está intimamente ligado à ideia de verdade: autêntico é o que é verdadeiro, o que é dado como certo, sobre o qual não há dúvidas. Os edifícios e lugares são objectos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural determinado e de sua compreensão e aceitação pela comunidade, os converte em património. Poderíamos dizer, com base neste princípio, que nos encontra-mos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objecto material e seu significado (ICOMOS, 1995, p. 3).

Autenticidade segundo a carta de Cracóvia significa o conjunto de características fundamentais, historicamente determinadas, do original ao estado actual, como resultado das várias transformações que ocorreram ao longo do tempo (Carta de Cracóvia, 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído, p. 6).

Uma definição mais recente é do documento de Madrid Critérios para a Conservação do Património Arquitectónico do Século XX, que define **Autenticidade** como a qualidade de um bem patrimonial de expressar os seus valores culturais, através dos seus atributos materiais e dos seus valores intangíveis, de uma forma verdadeira e credível. Depende do tipo de património e do seu contexto cultural (ICOMOS-ISC20C, 2011, p. 6).

Integridade:

Os sítios monumentais devem ser objecto de cuidados especiais a fim de salvaguardar a sua **integridade** e assegurar que são tratados e apresentados de forma adequada. (ICOMOS, 1964, Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, Artigo 14º p. 3).

O objectivo primordial da preservação e da conservação é manter a autenticidade e a **integridade** do património cultural. Nesse sentido, todas as intervenções devem basear-se em estudos e avaliações apropriadas. Os problemas devem ser resolvidos em função de condições e necessidades relevantes, respeitando os valores estéticos e históricos, assim como a integridade física da estrutura ou do sítio (ICOMOS, 1999, Ponto 4, p. 2).

Integridade é a medida da conservação do estado original na sua totalidade, do património construído e seus atributos e valores. A análise do estado de integridade requer, portanto, uma avaliação de até que ponto o bem:

1 – Inclui todos os componentes necessários para expressar o seu valor.

2 – Assegura a completa representação das características e processos que transmitem o significado do bem.

3 – Sofre efeitos adversos de intervenções e/ ou negligência

(ICOMOS-ISC20C, 2011, p. 6).

2.2 - VALORES ASSOCIADOS AO PATRIMÓNIO

A identificação do património cultural de um determinado lugar depreende da atribuição de valores aos bens em estudo. Esses valores podem ser diferentes dependendo de quem os atribui. O tema dos valores associados ao património é um assunto que tem suscitado várias reflexões e debates ao longo dos séculos.

De acordo com Correia (2009), identificar o significado de um objeto ou sítio é fundamental, para se estabelecer qual a intervenção mais adequada para a sua conservação. Dessa forma a valorização de uma construção é fundamental para se tomar decisões no projeto. Também a Carta de Nara de 1994 esclarece que “a conservação do património cultural, sob todas as formas e de todas as épocas históricas, justifica-se pelos valores atribuídos a esse património” (Lopes & Correia, 2014, p.304).

No início do século XX, a reflexão sobre a preservação de monumentos na Europa, influenciada pelas teorias de estudiosos do património, entre eles Viollet-le-Duc, Camillo Boito e John Ruskin, bem como sob a influência de frequentes descobertas arqueológicas e paleológicas, culmina com questões sobre a verdadeira função de tais bens.

O reconhecimento da importância do passado fortaleceu o pensamento patrimonial, que conforme refere a Carta de Cracóvia (2000) “o património é um conjunto de obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos ou particulares e que se identifica” (Lopes & Correia, 2014, p.360).

Vários valores podem ser identificados numa estrutura ou sítio, porém, é importante referir que esta identificação vai depender da interpretação das suas características e qualidades que podem ser diferentes “dependendo dos conceitos que são levados em conta ao abordar o seu significado, o tipo de comunidade ou a sociedade em que o sítio ou a estrutura estão localizados, e a perceção das pessoas que avaliam o seu significado” (Correia, 2009, p.102).

Desde inícios do séc. XX que apareceram autores como Riegl (2008), Feilden (2004), Brandi (2006), Orbasli (2008), apresentam vários critérios de classificação de valores para uma melhor conservação do

património, referindo a importância que os valores têm na orientação e definição do carácter da intervenção.

Alois Riegl (2008) dividiu os valores em: valor de antiguidade (relacionado com a idade do objeto); valor histórico; valor rememorativo; valor de uso e valor de novidade (relacionado com os aspectos artísticos).

A Carta de Burra (ICOMOS Austrália, 1999), documento internacional que veio reconhecer a importância dos valores para o meio científico e técnico, identifica os valores como: Estéticos; Históricos; Científicos e Sociais.

Feilden (2004) classifica três conjuntos de valores: valores emocionais, na qual entram os valores: de identidade, de continuidade, de respeito, simbólico e espiritual. Valores culturais: documento histórico, arqueológico ou temporal, estético ou arquitetónico, ambiental e ecológico, científico etc.. Valores de uso: funcional, económico, social, educacional e político.

Brandi (2006) defendia que o valor artístico estava acima do valor histórico, e afirmava que a capacidade de ler uma obra de arte, segundo os seus valores formais, constituía a melhor forma de se aproximar dela, tendo em vista uma eventual intervenção de restauro.

Orbasli (2008) que enumera os valores associados ao património cultural mais comuns, como: o histórico, arquitetónico, estético ou artístico e o de raridade. No entanto, refere outros valores menos tangíveis, associados a valores emocionais, espirituais, simbólicos, associativo, cultural, educacional, paisagem, lugares distintos, político, público, científico/ investigação/ conhecimento, social, técnico, paisagem urbana.

2.4 – FESTAS E ROMARIAS

Os coretos eram, e alguns continuam a ser utilizados pelo menos uma vez por ano em ocasiões festivas das freguesias, para albergar as bandas filarmónicas. Numa região muito marcada pela ruralidade, as festividades tradicionais (festas religiosas e romarias) ocupam um lugar de destaque nas vivências culturais com tradição no concelho de Viana do Castelo e em todo o alto Minho, como refere Defensor Moura (2002), o alto Minho é um espaço onde o fenómeno religioso está profundamente enraizado nas populações e onde as romarias de carácter confessional são das manifestações mais típicas e exteriorizantes dessa religiosidade (Camara de Viana do Castelo, 2002, p. 5).

Em todas as freguesias realizam-se numerosas festas religiosas durante quase todo o ano. São manifestações culturais que se caracterizam, “por serem eventos efémeros e transitórios, perdurando por algumas horas, dias ou semanas” (Moreira, 2006, p. 6).

Alfredo Teixeira considera as festas como “veículos de transporte cultural”, que agem como mediadoras de património cultural imaterial, nomeadamente as práticas sociais, rituais e eventos festivos, tradições e expressões orais, arte dos espectáculos (Teixeira, 2010, p. 59).

A temática das festas é abordada por diferentes autores, é possível verificar que existe uma panóplia de tipologias e categorias já definidas.

Geraldo José Amadeu Coelho Dias (1987, p. 248), menciona quatro tipologias para caracterizar as festas religiosas:

Peregrinação: são essencialmente viagens de fé a santuários de reconhecida celebridade. Em datas certas, esses santuários recebem a visita dos fiéis. Nelas, predomina sempre o carácter espiritual, pelo que os cristãos devem preparar-se pela confissão, associar-se à procissão quando ela se organiza, participar na santa missa, comungar e fazer as suas devoções e até cumprir promessas. Como se inserem na pastoral da fé, nestas peregrinações o festivo e lúdico é superado pelo espiritual e vivencial.

Romarias: são festas de carácter mais alegre, cuja nota original era a caminhada até à igreja ou capela. Em princípio, a romaria faz-se em dia fixo e a sua organização está a cargo da respectiva confraria ou irmandade. Os seus elementos estruturais são a igreja ou capela, a romagem, o romeiro, os atos de culto (missa, sermão, procissão, promessa). Para a mente dos crentes, as romarias funcionam como «isótopos» do divino, por isso, a imagem da Senhora é o centro das atenções e todos procuram vê-la e tocá-la.

Recolhida a procissão, a romaria transforma-se em arraial e o adro torna-se espaço de divertimento, de comes e bebes.

Festas de igreja: são festas paroquiais orientadas para a promoção espiritual e afervoramento dos fiéis. São, por isso, organizadas por confrarias e organismos de piedade. Contam sempre com pregações, tríduos, novenas, missões, confissões, missa cantada, comunhões gerais, hora de piedade com Terço e procissão. Nelas, o aspecto lúdico está completamente posto de lado; a festa é do espírito.

Festas mistas: são a maioria das festas, onde o religioso arrasta o profano que, hoje, quase o absorve. Podem durar vários dias, decalcando alguns elementos das romarias e contando quase sempre com noitada e arraial. A sua organização é geralmente uma grande empresa económica em que há que contar com o bairrismo das populações, o empenho das comissões de festa e a comparticipação das autarquias e outros agentes económicos. Por isso, algumas festas viram festas da cidade, da vila, do concelho.

Cada vez mais, nestas festas, se dá a sobreposição do lúdico e desportivo sobre o religioso e espiritual. Daí que o clero tente equilibrar o sagrado e o profano:

Sagrado: Procissão de velas na vigília, como que a presentificar a noitada, Missa da Festa com Sermão, e Procissão.

Profano: Lúdico recreativo: foguetes, fogo-de-artifício, gigantones, bombos, fanfarras, bandas ou conjuntos musicais, ranchos folclóricos, divertimentos.

Etnográfico-desportivo: cortejos históricos, manifestações de artesanato, festivais de canto, gincanas, corridas, futebol, jogos populares.

Económico-Social: feiras de gado, cereais e frutos, convívios de crianças, jovens e terceira idade, bodos às crianças e aos pobres.

Como se vê, a festa mista é cada vez mais envolvente. Com o fenómeno da secularização e dessacralização, o religioso corre o risco de ficar submerso pelo profano ou de lhe servir apenas de trampolim.

De acordo com estas tipologias temos a festa da Senhora da Agonia, e todas as festas das freguesias do concelho de Viana do Castelo, que se enquadram na tipologia das festas mistas.

Helena Carcajeiro (2011, p.44), distingue as festas em três categorias:

Festas de Percurso: dando como exemplo as procissões e as romarias.

Festas de Lugar: que define como sendo aquelas que acontecem em lugares específicos dentro do aglomerado urbano como terreiros e praças.

Celebrações: que diferem das festas de lugar uma vez que perdem o carácter cíclico inerente a estas. Como exemplo destas festas refere os casamentos, acontecimentos culturais e lúdicos, etc...

Também a autora Marília Abel (2006, p.24), apresenta uma lista das categorias de festas referindo-se a:

Festas de cunho religioso: que eram todas as festas organizadas pelo poder central e municipal que se traduziam em missas e procissões.

Festas públicas de iniciativa real: associadas a cortejos e entradas reais.

Festas populares: que eram organizadas maioritariamente por irmandades e confrarias que integravam compreendiam as romarias e os arraiais.

Festas oficiais: mais comuns após a consolidação do liberalismo, surgiam sobre a forma de cortejos cívicos e exposições organizadas pelo poder central ou municipal.

Festas urbanas: de cariz populista fortemente associadas a desfiles cortejos e manifestações.

Festas revivalistas: que traduzem um carácter definitivamente mais tradicional associado às festas rurais.

Como se pode observar, o número de tipologias para caraterizar diferentes tipos de festas é muito vasto. As festas e romarias são um exemplo de cultura popular, tradicional e de memória social de todas as freguesias do concelho de Viana do Castelo, fazendo parte das tradições, memórias e da identidade do povo.

FREGUESIA		FESTAS E ROMARIAS	DATA
1	Afife	Festa de Santo António (não se realiza à 5 anos)	12 Junho
2	Amonde	Festa Stª Maria e Nossa Srª das Necessidades	1º Domingo de Setembro
3	Cardielos	Festa de Sr.ª do Amparo	3º Domingo de Maio
	Cardielos/São Silvestre-1	Festa de São Tiago Festa/Romaria de São Silvestre	25 Julho 31 Dezembro
	Cardielos/São Silvestre-2	Festa de São Tiago Festa/Romaria de São Silvestre	25 Julho 31 Dezembro
4	C. Neiva-1	Festa Nossa Senhora dos Emigrantes	2º Domingo de Agosto
	C. Neiva-2	Festa Nossa Senhora dos Emigrantes	2º Domingo de Agosto
5	G.L. Santa Leocádia-1	Festa de Nossa Senhora da Guia São Bento	2º Domingo de Julho
	G.L. Santa Leocádia-2	Festa de Nossa Senhora da Guia São Bento	2º Domingo de Julho
6	G.L. Santa Maria-1	Festa de São Sebastião do Pinheirais	20 Janeiro
	G.L. Santa Maria-2	Festa de São Sebastião do Pinheirais	20 Janeiro
7	Monsserate	Festa/Romaria de Nossa Senhora D'Agonia	20 Agosto
8	Montaria	Festa de São Lourenço	09/10 Agosto
9	Nogueira	Festa de Nossa Senhora Conceição da Rocha	09/11 Junho
10	Portela Susã	Festa do Divino Salvador e Santo António	05/06 Agosto
11	S.M. Maior	Festa/Romaria de Nossa Senhora D'Agonia	20 Agosto
12	Serreleis-1	Festa de São Pedro e São Paulo	1º fim de semana Julho
	Serreleis-2	Festa de São Braz	1º Domingo Fevereiro
13	Vila Mou	Festa de Nossa Senhora da Encarnação	15 Maio a 05 Junho

Tabela 1 - Festas e romarias das freguesias com coretos, do concelho de Viana do Castelo

Das 13 freguesias com coretos fixos do concelho de Viana do Castelo (objecto de estudo), todas elas tem uma festa devota ao respetivo santo padroeiro, contudo, a que mais se destaca é a festa de Nossa Senhora d'Agonia, uma das maiores e mais antigas festas realizadas em Portugal. A festa é reconhecida como um dos festivais culturais e religiosos mais importantes do país e está estreitamente relacionada com a história cultural e a identidade da região do Minho e do município de Viana do Castelo, em particular.

A festa de Nossa Senhora d'Agonia é um evento que se enquadra na tipologia das romarias (atos religiosos, crenças, promessas e devoção) e das Festas-Mistas (com os elementos do profano), que de todo não se articulam com os cânones da doutrina da igreja católica, tais como a feira, o arraial, o carrossel, danças e cantares e outras diversões e fogo-de-artifício, etc.).

2.3.1 – BANDAS FILARMÓNICAS

Os coretos são usados nos dias das festas, pelas bandas filarmónicas, convidadas pelas comissões de festas de cada freguesia, as bandas filarmónicas foram criadas a partir do modelo das bandas militares, “as bandas militares, que, em parte, acabaram por ser a fonte de recrutamento e de inspiração para as filarmónicas”(Carvalho, 2006, p. 16).

O mesmo autor afirma que a existência das bandas militares remontam ao século XVIII, enquanto as filarmónicas se generalizam no século XIX.

Apesar de serem discípulas das bandas militares, não seguem os princípios militares, nem estão ligadas a nenhuma força armada, as semelhanças são a nível do seu fardamento, da sua performance de apresentação por vezes utilizam a marcha militar como forma de desfile durante as arrudas e grande parte do repertório musical das filarmónicas ser o mesmo das bandas militares (Russo, 2007, p. 8).

A Banda Filarmónica, também conhecida por Banda Civil ou, simplesmente, Música, caracteriza-se como “conjunto de instrumentistas de sopro e percussão, amadores, associados em coletividades a partir de meados do século passado no nosso país, que actuam com fardas mais ou menos próximas das militares, numa grande diversidade de acontecimentos públicos, profanos ou religiosos” (Lameiro, 1997, citado por Russo, 2007, p.6). Com esta descrição das bandas filarmónicas, considera-se que estas bandas formadas por instrumentistas de sopro têm desempenhado, ao longo da sua história, um papel de extrema importância na vida das comunidades onde estão inseridas constituindo-se como centros de socialização e de encontro de gerações, pólos de educação e ensino musical. Eram compostas por elementos de classes média e desfavorecida, sendo que o modelo de disciplina militar, como o uso de uniforme, é um elemento importante que contribuiu para o nivelamento das diferenças sociais.

Susana Bilou Russo, refere na sua obra: “As bandas filarmónicas enquanto património, que, para além da sua função musical, a filarmónica enquanto instituição desenvolve importantes funções sociais e identitárias que estão associadas a um vasto património humano e cultural” (2007, p. 60).

As bandas filarmónicas são instituições seculares, espalhadas por toda a extensão do território, continente e ilhas, com mais de 700 associações agrupadas na Confederação Musical Portuguesa (CMP), as Filarmónicas, no seu conjunto, parecem merecer o título de “maior, mais extensa e mais antiga, associação cultural de Portugal” (Pereira, 2012, p. 1). O mesmo autor menciona, que as filarmónicas podem ser vistas como bandas comunitárias e centros de socialização local, de raiz popular e profundamente embebidas nas comunidades, as filarmónicas envolvem centenas de escolas de música, com milhares de alunos, podendo justamente ser apelidadas, de “conservatórios do povo”. São ainda muitas vezes o recurso para a aprendizagem da música para muitos jovens portugueses, em especial nas zonas mais afastadas dos centros urbanos.

As filarmónicas adquirem um destacado estatuto em termos locais, proporcionando às comunidades novas dinâmicas sócio-culturais, para além do seu papel na preservação, divulgação e formação musical, as filarmónicas podem também ser facilmente apercebidas como centros de socialização locais e inter-relacionais, constituindo um capital social valioso, com substancial impacte e influência na vida da comunidade, através da agregação de valores sociais e culturais de inclusão e da construção de identidade e coesão territorial. Estas instituições viram reconhecido o seu papel, tendo sido instituído em Portugal no dia 1 de Setembro, o Dia Nacional das Bandas Filarmónicas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2013).

A estrutura mais comum de uma banda filarmónica inclui um flautim, duas flautas, um clarinete requinta, nove clarinetes soprano, um saxofone soprano, dois saxofones alto, dois saxofones tenor, um saxofone barítono, dois fliscornes, três trompetes, duas saxtrompas, três trombones, dois bombardinos, dois contrabaixos em Mi bemol, uma tuba em Si bemol, timbales, bombo, pratos e caixa (Lameiro, 2006, citado por Lourosa 2012, p. 136).



Figura 01 - Instrumentos tocados pelas bandas filarmónicas

Os concertos das bandas filarmónicas nas festas religiosas, estão associados à parte profana, que se dividem em dois tipos de performance, a atuação de rua as marchas e os concertos nos coretos, proporcionando, através do seu repertório, o conhecimento de obras de música erudita e contribuíram para a alteração do gosto por estes géneros de música.

A música nos coretos integrou o quotidiano das populações e do espaço público, deixando de ser um privilegio para as classes mais favorecidas, como refere Joana Santos Nunes, as classes médias e mais desfavorecidas encontram-se e comportam-se de forma similar, factor que comprova os valores da vida citadina criados nos finais dos anos XIX (Nunes, 2012, p. 89).

2.4 – ESPAÇO PÚBLICO DE FESTA URBANO E RURAL

A festa é um acontecimento fundamental em qualquer sociedade. Ela é uma manifestação da cultura onde estão presentes de forma significativa os valores, as figuras representativas, os ícones, os símbolos dessa mesma sociedade.

“Inicialmente, a noção de espaço público estava associada ao local onde se realizavam as reuniões à volta da fogueira e se comiam os animais que se caçavam em conjunto, numa estreita relação entre o Homem e a Natureza” (Barbosa, 2011, citado por Teixeira, 2012, p. 41).

A noção de espaço público tem vindo a suportar grandes transformações desde esta primeira referência e se, inicialmente, esta era caracterizada por uma estreita relação entre o Homem e a Natureza, nos dias de hoje, estes espaços ganharam novas perspetivas e significados.

As festas nos espaços públicos “apropriam-se sempre de um espaço construído ou não, grande parte das festas, no seu momento de ocorrência, simplesmente fornece uma nova função às formas prévias que dispõem para a sua realização (ponto central e entorno): ruas, praças, terrenos baldios, estádios de futebol transformam-se em palcos para evento” (Moreira, 2006, p. 6).

O espaço público urbano e rural é um espaço “de livre acesso e uso colectivo” (Santos, 2008, p.1), integrado nas cidades e nas aldeias. É, o lugar onde se manifesta a vida e animação urbana e rural, o espaço de encontro daqueles que passam, permanecem e que fazem parte do quotidiano. “É o lugar, acessível a todos os cidadãos” (Gonçalves, 2004, p. 112).

Como refere Santos o espaço público faz parte da “memória colectiva e individual que constitui parte essencial da identidade de cada um e das referências que temos da cidade” (Santos, 2008, p.1).

Quer na grande cidade, quer na pequena aldeia, o espaço público é lugar de encontro, troca, partilha, discussão e celebração (Gonçalves, 2006, citado por Santos, 2008, p.1).

Helena Carcajeiro classifica os espaços públicos de festa em:

1 - Espaços que têm a sua origem na festa e que a ela se destinam, que permanecem enquanto lugares no quotidiano mas que só adquirem o seu verdadeiro sentido nos períodos festivos. Geralmente estão afastados dos núcleos urbanos e consistem em conjuntos edificados e objectos arquitetónicos de grande significado. Normalmente estes espaços estão relacionados com festas religiosas e festas populares correspondendo a lugares que ficaram marcados pelos trajetos de romarias e procissões. Exemplos disto são as praças ou largos existentes perto de igrejas onde se realizam festas em homenagem aos Santos.

2 - Espaços gerados pela própria festa e que são integrados e absorvidos pela estrutura urbana. Muitas vezes torna-se difícil averiguar se a festa está ou não na origem desses espaços. No entanto ela está, seguramente, muito ligada a eles. Os espaços gerados pelas festas urbanas não se limitam aos lugares em que estas decorrem e podem abranger uma vasta área territorial.

3 - A ocupação de vazios e falhas na estrutura da cidade, geralmente em situação periférica ou residual. Por vezes o acontecimento festivo perdura por muito tempo e o espaço permanece em reserva, condicionando o crescimento de um núcleo urbano. Outras vezes a ocupação é temporária e é a festa que se desloca, indo ocupar sucessivamente espaços diferentes. De qualquer modo esses vazios urbanos, os “terrains-vagues” têm capacidade de chamar a si acontecimentos festivos de grande intensidade (Carcajeiro, 2011, p.39-40).

A festa acontece num espaço. Molda-se aos espaços existentes causando apenas alterações temporárias, efémeras e epidérmicas que têm a ver com a construção de um imaginário, que desaparecem logo após o acontecimento e perduram apenas na memória do colectivo que, no contexto da estrutura urbana têm pouca importância. Os coretos como refere Pedro Bebiano Braga, podem servir como elementos de apropriação destes espaços:

“Os coretos - necessitando de um espaço amplo que permitisse a instalação de um recinto para a assistência. Deixando corredores para livre circulação dos transeuntes - era colocado em zonas verdes, parques e jardins, numa íntima clareira, ou no fim de uma alameda, fechando a perspectiva, preferencialmente gozando de sombra, ao abrigo do arvoredor; em áreas de densa malha urbana, praças e avenidas, centrando um arranjo urbanístico, influenciando a sua disposição, no risco de uma praça ajardinada, em um talhão, criando, sempre, uma zona aberta ao convívio social” (Braga, 1995, p. 121/122).

É através dos coretos fixos que se encontra o maior impacto na sociedade, visto que estes equipamentos são uma presença permanente no local, provocando a implementação de novos hábitos no espaço, primeiramente, através da criação de dias de espectáculo e, posteriormente, tornando-se uma presença indispensável à vida do lugar, que é apropriada por novas utilizações, por exemplo, como centro de brincadeiras das crianças (Nunes, 2012, p. 98).

CORETO		IMPLANTAÇÃO	
		ADRO DE IGREJA/CAPELA	JARDIM
1	Afife		
2	Amonde		
3	Cardielos		
4	Cardielos/S. Silvestre-1		
5	Cardielos/S. Silvestre-2		
6	C. Neiva-1		
7	C. Neiva-2		
8	G.L. Santa Leocádia-1		
9	G.L. Santa Leocádia-2		
10	G.L. Santa Maria-1		
11	G.L. Santa Maria-2		
12	Monserate		
13	Montaria		
14	Nogueira		
15	Portela Susã		
16	S.M. Maior		
17	Serreleis-1		
18	Serreleis-2		
19	Vila Mou		
TOTAL		17	2

Tabela 02 - Local de implantação dos coretos fixos do concelho de Viana do Castelo

Os coretos fixos existentes do concelho de Viana do Castelo, implantam-se todos em espaços públicos, a grande maioria nos adros das igrejas e capelas, apenas dois coretos implantados em jardins.

Quando necessário, o espaço dos coretos fixos é arranjado e adaptado às necessidades do público e dos eventos musicais que ali têm lugar, por exemplo, por meio de decorações temporárias e iluminação para os concertos nocturnos.

2.5 - O CORETO

Em Portugal, existem centenas de coretos espalhados por todo o território, estão associados a um passado cultural, tendo servido de palco para as bandas filarmónicas atuarem, é um ponto de referência para a população das freguesias e das aldeias.

São poucos os que são considerados património classificado e alguns deles foram destruídos ou deslocados das praças e jardins onde se encontravam. “Outros ainda encontram-se degradados e abandonados. Genuínos, ricamente ornamentados ou mais simples, redondos, octogonais ou com outras formas, rodeados de grandes árvores ou pequenos jardins cuidadosamente desenhados, os coretos de Portugal continuam a ser símbolos de nacionalidade” (Lessa, 2014, p.30).

Associados à festa, continuam a ser espaços de animação cultural, onde se realizam concertos de bandas filarmónicas, grupos de música popular, bailes e outros eventos.

Das cidades, os coretos começaram a chegar a povoações mais pequenas, a várias povoações e aldeias de Portugal, os coretos ocupam lugares centrais e de acesso privilegiado, em zonas de lazer, em praças e parques ajardinados, com a função de levar, até aí, a música e acolher sobre o seu abrigo uma banda ou filarmónica. Grande parte, dos coretos do concelho de Viana do Castelo encontram-se ao abandono, por falta de uso devido às dimensões reduzidas dos palcos. Como salienta (Nunes, 2012, p. 63) “Na actualidade, o coreto é principalmente considerado um símbolo de uma forma de pensar e de habitar a cidade, e o seu desuso fez com adquirisse a função meramente decorativa das praças e jardins”.

Na opinião do Maestro António Vitorino de Almeida, “a existência dos coretos não deveria cingir-se apenas à música das bandas populares, por isso é necessário lutar por um projecto de dinamização desses locais com concertos de outros reportórios” (Almeida, 2006).

Os coretos são testemunhos de um património cultural e da memória colectiva do povo.

2.5.1 – ETIMOLOGIA DA PALAVRA CORETO

Na investigação da etimologia da palavra coreto, foi encontrada uma origem italiana e uma outra associada à própria construção da palavra (coro+[-eto]). Ambas as teorias são apresentadas num estudo de Delmar Domingos de Carvalho (2010, p. 2), “enquanto alguns defendem que vem do italiano “coretto”, no fundo com ligação a “tribuna” e “coro da igreja”; outros estão na mesma linha e defendem que vem de

“coro”, com o sufixo diminutivo “eto”; logo, pequeno coro”, o que não invalida a veracidade das duas versões.

No Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de José Pedro Machado (1967, p. 701), a palavra “coreto” é referenciada como de origem italiana.

Na edição de 1831, do Dicionário da Língua Portuguesa de António de Morais Silva, a palavra coreto surge com o significado de «pequeno coro feito para alguma função». Enquanto em 1890 surge uma outra versão, emendada e acrescentada, que define o coreto da seguinte forma:

Corêto, s. m. Côro pequeno. Especie de palanque, vistosamente ornamentado, destinado à música, e que se arma geralmente por ocasião de festa publica, em arraiaes, etc. (Silva, 1890, p. 544)

Nesta definição surge a denominação de coreto como «côro pequeno», significado que, como já foi visto, se encontra associado à etimologia da palavra, de “coro” mais o diminutivo “-eto”, tal como é expresso no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, (2011p. 670):

Coreto / ê / s.m. (1789 cf. MS) 1 pavilhão erigido em praças ou jardins públicos, para concertos musicais - 2 MÚS pequeno coro - 3 ETN B MG reunião festiva em que se entoam cantos de libação e confraternização, normalmente para várias vozes - 4 p.met. ETN B MG canção cantada nessas ocasiões. Bagunçar ou balançar o c. B infm. Atrapalhar o que estava planeado; desestabilizar imagem ou posição assumida ou consolidada <balançar o c. de alguém>. ETIM it. Coretto (1714) “pequeno espaço em que se reúne um coro, ger. numa igreja ou contíguo a uma igreja”, dim. Do it. Coro ‘coro/ô/’ + suf. -etto.

Nesta obra, é indicado que a palavra italiana “coretto” tem origem em 1714. Porém, segundo Delmar Domingos Carvalho, nos finais do século XVIII, quando estes pavilhões surgiram em Portugal como peças de arquitectura efémera ligada a festividades cíclicas ou sazonais, eles eram conhecidos por “Kioscos”, e só mais tarde é utilizado o termo coreto (Carvalho, 2010, p. 3). Em 1875, o significado da palavra “kiosco” surge com a seguinte definição:

Kiosco, s.m. (t. trazido do turco), (archit.) significa uma pequena barraca ou pavilhão, ordinariamente aberto por todos os lados, situado nos fins dos jardins ou dos terraços, para gosar do ar no tempo calmoso, e disfructar ahi boas vistas. Os kioscos são pela maior parte fabricados e ornados no gosto turco, d’onde nos veiu o uso. Em França e

n'outros paizes se tem adoptado o mesmo uso, que hoje também se acha estabelecido em Lisboa (Rodrigues, 1875, p. 231).

Na época da definição apresentada, a função do “kiosco” ainda não se encontra perfeitamente estabelecida para um fim específico. A construção ainda permanece muito associada à sua origem turca de ornamentação dos jardins.

Já em 1890, a palavra “kiosco” sofreu uma alteração para “kiosque” e é apresentada uma descrição diferente, onde as suas funções são devidamente definidas.

Kiosque, s.m. (t. adopt. Do Turco) Especie de pequeno pavilhão mais ou menos ornamentado, aberto por todos os lados ou só por alguns, que se põe nos jardins sobre os terraços, ou eirados; nas praças publicas para venda de periódicos, tabacos, bilhetes de loteria, bebidas, etc.(Silva, 1890,p. 820).

As palavras “kiosco” e “kiosque” irão dar origem à palavra “quiosque”, que actualmente é definida do seguinte modo:

Quiosque s.m. (1839) cf. ArqPop) 1 caramanchão ger. de madeira, em estilo oriental, que se instala em parques e jardins 2 p. ext. pequena construção de madeira, em lugares públicos comumente destinada à venda de jornais, cigarros, bebidas etc. 3 P tab. o ânus. ETIM fr. Kiosque (1654) ‘pavilhão’, sob a f. chiosque 1608, do turco kiöxx ‘id.’ <persa kûxx ‘palácio’, por intermédio do it. Chiosco (1594); f. hist. 1839 kioskes. (Dicionário Houaiss, 2002, p. 1944).

Em Portugal, a utilização da palavra “quiosque” e dos seus antecedentes, com significados mais ou menos definidos, aconteceu por influência dos países onde este género de construções iniciou o seu percurso como palco de música, nomeadamente pela França, que mais influência teve no nosso país. No idioma francês, a palavra “coreto” traduz-se por “kiosque à musique”, com o significado de «pavillon de jardin ouvert de tous côtés et coiffé d'un dôme au Moyen-Orient», designação que se mantém desde 1654, apesar de existirem “kiosques” com diferentes características construtivas (Nunes, 2012, p. 48).

Atualmente, em Portugal, continuam a ser utilizadas as designações “coreto” e “quiosque”, que representam pavilhões com algumas sem elhanças formais, mas com funções distintas. No resto da Europa existe o “kiosque” de venda de jornais, tabaco e outros artigos e, para o caso da música,

encontramos várias designações: “kiosque à musique”, “bandstand”, “gazebo”, “musikpavillon”, “quiosco de musica” e “palco dell'orchestra”, todas elas com semelhanças construtivas e de utilização, que marcaram a história do espaço público no período do século XIX, em vários países da Europa (Nunes, 2012, p. 49).

2.5.2- ORIGEM DOS CORETOS

As características construtivas dos coretos do século XIX apresentam influências de várias zonas geográficas. “Entre as mais importantes estão as referências ao Médio Oriente e Índia. Porém, a verdadeira origem dos coretos e quiosques deve remontar à China, onde existiam pequenos pavilhões abertos destinados à meditação” (Nunes, 2012, p. 55).

Braga na sua dissertação de mestrado em história da arte contemporânea, menciona que a origem formal dos coretos teve origem nos pavilhões orientais, “é no quiosque oriental pequeno pavilhão ornamental de jardim, que devemos procurar a origem formal do coreto, embora esvaziado da sua primitiva referencia funcional de local de lazer e meditação substituída pela de abrigo e palco da animada música de uma banda” (Braga, 1995, p. 120).



Figura 02 - Ilustração de Pavilhão de Jardim Jaipur, Índia

A partir desta herança oriental surgiram os pavilhões destinados à música em Inglaterra, nos seus jardins românticos, onde “já existiam estas construções a partir de meados do século XVIII, e até algo antes, como nos belos e históricos jardins “Vauxhall Gardens”, de Londres” (Carvalho, 2006, p. 14).

No final do século XVIII os franceses imitam os jardins Ingleses. “Estes jardins paisagísticos muito em voga, em Inglaterra, entre 1730 e 1740 - tentam imitar a natureza em liberdade, mesmo que de uma forma artificial, denotando uma aspiração pré-romântica. Neles erguiam-se pequenas construções

ornamentais, como pontes belvederes, pavilhões, obeliscos, ruínas, etc. colocados no fim de trilhos sinuosos ou na encruzilhada dos caminhos, causando a surpresa ao passeante” (Braga, 1995, p.120).

De acordo com Marie-Claire Mussat, (1992, citado por Nunes, 2012, p. 51), os quiosques chegaram à Europa no séc. XVIII, e adquiriram a sua multiplicidade de funções, devido às características presentes em três locais, que influenciaram a constituição da função musical do coreto no início do século XIX, sendo eles: o pleasure garden inglês, mais tarde o jardim-espetáculo e a estrutura intitulada por vauxhall.

Os **pleasure gardens** surgiram em Inglaterra, pouco antes de 1700 e na época foram muito famosos na zona de Londres, onde estiveram em voga durante mais de um século, como parques de grandes dimensões, abertos ao público mediante o pagamento de uma tarifa de entrada, com numerosos espetáculos instrumentais, vocais e de dança, sendo a música um dos componentes mais atrativos destes jardins e rapidamente se tornou uma das atividades mais regulares com a criação de temporadas musicais e salas especialmente construídas para esse efeito.

Nestes parques, encontram-se o prazer da música ligado à descontração do passeio, a diversidade social do público e a criação de palanques, ou outras estruturas, sobrelevadas e abertas, que vêm antecipar os elementos característicos da construção dos coretos.

No século XVIII, existiam em Inglaterra, nomeadamente em Londres, construções autónomas intituladas por vauxhall, que eram o refúgio de entretenimento dos londrinos, onde eram realizados jantares acompanhados pela música de bandas convidadas.

Em França, na segunda metade do século XVIII, vauxhall é instalado nos jardins públicos é construído em planta circular, acessível ao público através do pagamento de entrada, à semelhança do que acontecia no pleasure garden. A música acompanhava as actividades do vauxhall, como os jogos equestres, os jantares e os diversos espetáculos existentes, principalmente de dança, sendo até ao findar do antigo regime francês, raros os momentos apenas dedicados aos concertos das orquestras.



Figura 03 - Uma noite de festa e dança no vauxhall. Gravura de Cruickshank (cerca de 1822)

Concluindo, o vauxhall concentrava uma intensa actividade festiva, reunindo em si várias atrações, em que a música estava presente, embora não fosse o principal tema de interesse.

“A partir da 1.ª República Francesa, desde 1795 até 1815, surgiram os jardins-espetáculo parisienses, locais de descontração e divertimento que marcaram os novos ideais da liberdade” (Nunes, 2012, p. 54), acessível ao público através do pagamento de entrada, por vezes bastante seletiva, mas permitindo aos habitantes da capital o reencontro com a natureza. Seguindo o exemplo dos jardins ingleses do século anterior, o jardim-espetáculo parisiense oferece as atrações mais em voga e mais modernas. “No início do século XIX, este espaço oferece ao visitante um vasto leque de opções, desde espetáculos pirotécnicos e largadas de balões, a visualização de experiências científicas ou a participação em vários jogos” (Nunes, 2012, p. 54).

As orquestras e as bandas eram instaladas em espaços próprios num pavilhão, ou num pódio coberto ou não. “É em França, mais concretamente em Paris no início do século XIX, com os jardins-spectacles inspirados nos pleasure-gardens ingleses do século XVIII, que se vai forjar o modelo funcional do coreto, como hoje o conhecemos” (Braga, 1995, p.122).

Vários autores referem, que em Portugal os primeiros coretos surgem no século XVIII, sendo estes coretos armados ou “volantes” como os intitula Eunice Relvas e Pedro Bebiano Braga (1991).

Braga (1996) indica que, desde os finais do século XVIII que se armam coretos pela cidade de Lisboa hábito que vai persistir. Por ocasião de alguma festividade religiosa, sobretudo nos Santos Populares, ou cívica, como os numerosos centenários e visitas de Estado”

Eunice Relvas e Pedro Bebiano Braga (1991), declaram que, os primeiros coretos no espaço público de Lisboa surgiram no findar de setecentos, mais precisamente em 1790, como uma peça de arquitectura efémera ligada às festividades religiosas e celebrações da família real. Só mais tarde, fazendo parte dos novos planos urbanísticos, ele passa a ser uma peça necessária à vida nos passeios tornando-se fixo.

Carvalho (2010), menciona que, o coreto em Portugal, como na maioria dos países da Europa, surge após os ideais da revolução Francesa, 1789-1799, importando o modelo de França que já tinha adaptado a si o de Inglaterra e dos seus jardins românticos, onde já existiam coretos a partir de meados do século XVIII, como nos belos e históricos jardins “Vauxhall Gardens”, em Londres que, por sua vez, tinham trazido elementos orientais.

As únicas referências sobre os primórdios dos coretos fixos em Portugal são em Lisboa. “Lisboa, a partir, de meados de Oitocentos, passa a dispor de um coreto fixo. No reformado passeio público do Rossio para ir, aí, ouvir música” (Braga, 1996, p. 123).

“Os coretos de Lisboa são um dos resultados de uma cultura de desenvolvimento de mobiliário urbano que começa a surgir no séc. XIX” (Nunes, 2012, p. 99).

2.6 – CARATERISTICAS FUNCIONAIS DOS CORETOS

O coreto, cuja principal função é a de circunscrever um local de atuações musicais que possam ser vistas e escutadas pelo público em redor, teve grande relevância no espaço público, vindo a solucionar as necessidades verificadas pelos músicos de uma época no desenvolvimento de novos ideais e mentalidades.

De acordo com Nunes (2012, citado por Pedreirinho, 1986, p.46-47).

“A função dos coretos, essa todos a conhecem: eram (e são) essencialmente pequenos palcos (conforme, aliás, a sua etimologia sugere) onde podem desenvolver-se pequenos espetáculos, diversificado, de acordo com as preocupações culturais então manifestadas, espetáculos que de um modo geral podem ser de qualquer tipo”.

Elisa Lessa aponta que “as bandas civis formadas por instrumentistas de sopro têm desempenhado, ao longo da sua história, um papel de extrema importância na vida das comunidades onde estão inseridas constituindo-se como centros de socialização e de encontro de gerações, pólos de educação e ensino musical”, o que provocou o desenvolvimento das sociedades de música, fundamental na criação dos primeiros protótipos de mobiliário urbano com a tripla preocupação da funcionalidade, da economia e da estética.

As sociedades musicais seguiam o modelo de disciplina das bandas militares e do uso de uniforme, “as bandas militares, que, em parte, acabaram por ser a fonte de recrutamento e de inspiração para as filarmónicas” (Carvalho, 2006, p. 17), o que contribuiu a divulgação dos valores e ideais da banda, sobretudo nos concertos. A exibição ao ar livre era a actividade que mais se enquadrava na mentalidade das bandas. Como menciona Russo (2007, p. 63) “Os locais e momentos em que as filarmónicas fazem as suas performances, há que referir antes de mais, que são grupos de música vocacionados para atuações ao ar livre, na rua, na praça, no coreto.”

Neste sentido, as autoridades públicas e outras entidades privadas compreenderam os benefícios que podiam obter do apoio às bandas musicais e na edificação de coretos.

Os municípios foram levados a repensar os arranjos dos locais que teriam maior potencialidade e condições para acolher os coretos e a sua música, fazendo uso das duas tipologias de coretos, temporários (armados ou volantes) e permanentes (fixos), que eram instalados conforme as capacidades

topográficas, económicas e sociais de cada lugar. Os coretos fixos eram inseridos no planeamento urbanístico de um local, geralmente, parques, jardins e praças. Por sua vez, os coretos armados vinham dar resposta a ocasiões pontuais, onde a música marcava a sua presença e, consoante o carácter do evento, havia um ou vários coretos armados durante o tempo que fosse necessária a sua utilização.

As características formais do coreto definem acima de tudo um espaço de liberdade, por participar ativamente na democratização da música, emancipando-se os concertos tradicionais das grandes salas interiores das elites. O acesso é gratuito, o que permitiu nivelar as classes sociais, sendo possível chegar atrasado ou sair antes do fim, estar sentado, de pé ou a passear pelo local, e permanecer sem complexos de não conhecer o programa musical que está a ser tocado, o importante é aproveitar o divertimento (Nunes, 2012, p. 61).

Em parte, a música ao ar livre e os seus palcos valorizaram o espaço público e as cidades. Os jardins públicos e praças foram embelezados e devidamente ordenados com a presença dos coretos, por vezes construídos com a possibilidade de serem adaptados a outras funções, como por exemplo, servindo de espaço de arrumos, nas arrecadações criadas por baixo do palco.

2.7 – CARATERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DOS CORETOS

A arquitetura dos coretos é conhecida pelas suas diferentes características formais e construtivas que definem o carácter temporário ou definitivo do coreto.

Tal como nos restantes países da Europa, a construção de coretos em Portugal encontra-se relacionada com o próprio desenvolvimento da arquitetura do ferro e progresso industrial, que fez despertar as classes sociais. No processo construtivo dos coretos, a escolha dos materiais desempenhava um papel fundamental, especialmente na própria definição do carácter definitivo ou temporário do coreto ou, simplesmente, nas questões de durabilidade e decorativas do mesmo. Segundo Nunes (2012) nos primeiros anos (por volta de 1830), a escolha dos materiais estava principalmente relacionada com o seu custo e com o facto de estas estruturas ainda não terem adquirido importância urbanística suficiente para serem peças necessárias à vida dos passeios, tornando-se fixos.

O progresso industrial, que se verifica a partir de meados do século XIX, desenvolve a produção de equipamentos urbanos vendidos por catálogos, propostos por empresas de construções metálicas. Nos catálogos disponibilizados, é possível encontrar bancos, papeleiras, urinóis, coretos, entre outros produtos concebidos para o bem colectivo

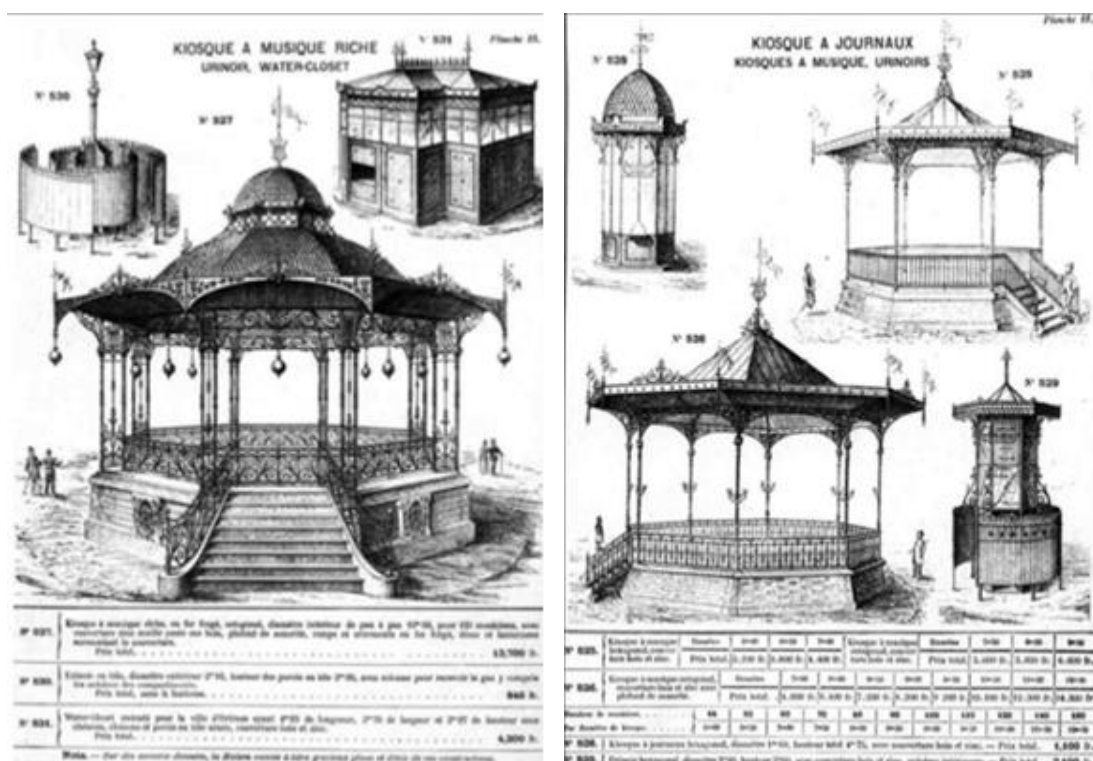


Figura 04 - Catálogo da empresa Guillot-Pelletier, Orleans, em 1900.

“O desenvolvimento das construções em ferro, a partir da segunda metade do século XIX, conhecido como o período da arquitetura do ferro, lançou as bases dos padrões estéticos dos coretos construídos até à Primeira Grande Guerra”... As facilidades de utilização do ferro e as inúmeras possibilidades a nível da forma permitiram aos construtores e arquitetos criarem edifícios de grande riqueza inventiva e funcional, o que no caso do coreto resultou numa elegante estrutura em ferro”. (1914-1918), (Nunes, 2012 p. 67).

Eunice Relvas e Pedro Bebianno Braga defendem na sua obra Coretos em Lisboa: 1790-1990 (1991, p. 17/80), que os coretos armados ou «volantes» (coretos temporários), como são intitulados por estes autores, têm entre si diferentes características formais e de utilização, que formam quatro tipologias de coretos armados, sendo elas:

Coreto Tosco - Coretos de estrutura simples, todo construído em madeira, com estrado elevado e de variados formatos poligonais limitados com parapeito de proteção, cujos extremos são adornados com mastros de bandeiras e/ou tecidos. Normalmente, este género de coretos não apresenta cobertura. É o tipo de construção produzido por particulares (comissões de moradores, colectividades, associações religiosas e de beneficência), por ser simples e económico, sendo sobretudo utilizado em festas de participação popular, como: celebrações religiosas e arraiais e feiras de Verão;



Figura 05 - Coreto tosco - Santos Populares, 1963, Largo de São Miguel Lisboa.

Coreto Cuidado - Coretos que apresentam uma forma mais cuidada do que a tipologia anterior, com a utilização de materiais mais diversificados. São coretos com cobertura, onde, a par da base e da grade de proteção, se concentram os elementos decorativos (sobretudo, pinturas e tecidos). É a originalidade e criatividade dos ornamentos alusivos às temáticas dos eventos, que distingue este coreto, geralmente, utilizado em eventos cíclicos e que necessitam do pagamento de entrada, permitindo gastos mais alargados na construção do coreto. Estes eventos promovidos por particulares, que em alguns casos contam com o apoio do estado, são: exposições e festejos de cariz solidário;

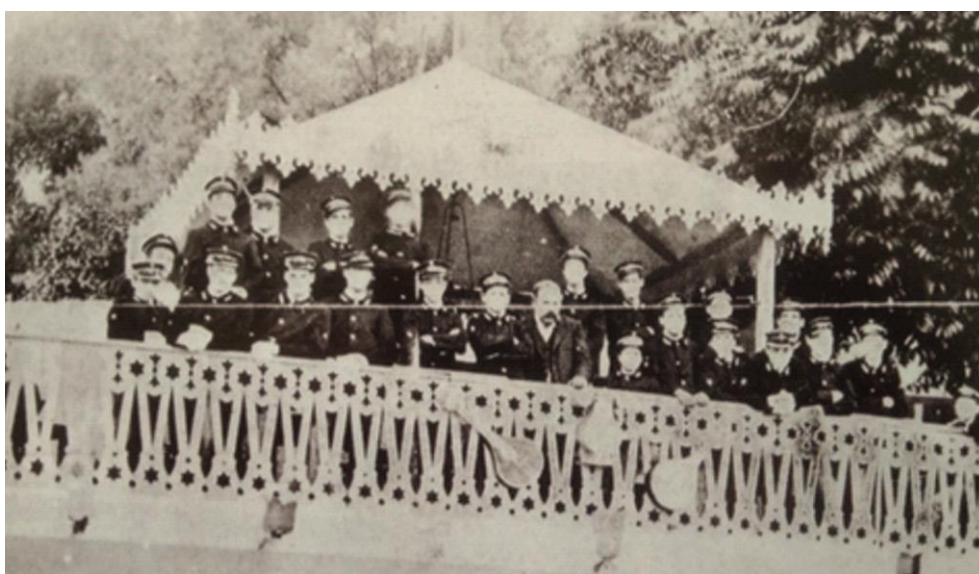


Figura 06 - Coreto Cuidado - Quermesse, 1908, Albergue de crianças abandonadas.



Figura 07 - Coreto Cuidado - Inauguração da lápide de comemoração do 31 de Janeiro, 1911, Rua Saraiva de Carvalho.

Coreto de Aparato - Este grupo de coretos é idêntico ao anterior, com a diferença dos exemplares que existiram, serem bastante caraterizadores da temática dos festejos, juntando um tom exótico e divertido, o que por vezes fez com o que coreto deixasse de ter o seu formato habitual. A responsabilidade destas construções estava associada ao nome de um projetista/arquiteto, normalmente contratado pela Câmara Municipal ou por uma entidade privada, sendo a obra executada pelas oficinas camarárias ou por empresas de festejos. Apesar de serem coretos construídos para uma ocasião em concreto, eram à mesma reutilizados nos eventos oficiais;



Figura 08 - Coreto de Aparato – Casamento de Carlos I, 1886.



Figura 09 Coreto de Aparato – Visita de Afonso XIII, 1903, Av. da Liberdade.

D.



Figura 10 - Coreto de Aparato - Esfera Armilar
Feira franca, 1898.



Figura 11 - Coreto de Aparato - Pandeireta, Visita
de Afonso XIII, 1903.

Coreto Tribuna - Por volta de 1908, surge uma nova função dada aos coretos, a de tribuna/palanque de discursos, associada aos movimentos republicados. Com o grupo Coreto Tribuna não surgiram novas construções de coretos, apenas eram utilizados os coretos armados existentes para colocar os protagonistas dos discursos num ponto mais elevado do que a assistência.



Figura 12 - Coreto Tribuna - Discurso de Sidónio Pais, 1918.



Figura 13 - Coreto Tribuna - Discurso de Bernardo Machado, 1908.

São sobretudo os coretos armados, volantes como são designados por Eunice Relvas e Pedro Bebiano Braga (1991), que se adaptam à temática dos festejos, visto que são de construção temporária, que facilmente é reestruturada, por exemplo, através da colocação de novos ornamentos para obter o efeito desejado.

“Construções arquitetónicas amadas pelo povo e símbolos de liberdade surgiram em finais do século XVIII como estruturas móveis, uma espécie de pequeno palco ou estrado, levantado na maioria dos casos no “coração” do jardim” (Lessa, 2014, p.29).

Esta divisão de coretos armados ou temporários, serve apenas como uma referência descritiva das características formais e funcionais dos coretos. Uma vez que esta investigação foca-se, apenas nos coretos fixos e existentes no concelho de Viana do Castelo.

A uniformidade e padronização arquitetónica dos coretos, oferecidas pelas empresas de construções metálicas, (coretos armados), nem sempre satisfazem os municípios que têm necessidade de afirmar a sua diferença e originalidade num projecto inédito de um coreto fixo, resistente e durável, com a utilização de técnicas e materiais mais sólidos. “Para tal, muitas vezes recorrem ao saber de um arquiteto contratado para a ocasião” (Nunes, 2012, p. 66).

No caso dos coretos fixos, o seu aspeto formal é mantido ao longo dos anos, sendo alvo de manutenção e remodelação esporádica. O coreto, formalmente reconhecido como um palco elevado com ou sem cobertura, é privilegiado pela construção de uma base sobrelevada num plano central de secção octogonal, hexagonal, rectangular, quadrada ou circular, em geral construída em alvenaria, pedra

mármore ou madeira, formando na parte superior o palco aberto, que coloca em destaque, tanto visual como de forma simbólica, a formação musical.

Pedro Bebianio Braga (1995), refere que os coretos são compostos por: base, colunas de suporte e pela cobertura.

“O coreto, móvel urbano para a música, é composto por uma estrutura simples tripartida: uma base que o eleva acima do solo, um conjunto de suportes e uma cobertura” (Braga, 1995, p. 120/121).

Joana Santos Nunes (2012), faz uma caracterização mais detalhada dizendo que são compostos por: base, escadas, varanda de protecção, colunas de suporte e pela cobertura.

“Os coretos, caracterizados pela sua grande leveza estrutural, geralmente suportam uma cobertura de protecção das intempéries, em forma de cúpula metálica ou em madeira, que ao mesmo tempo serviria de câmara acústica, sustentada por finas colunas em ferro trabalhado ou em madeira, assentes na base, também ela circunscrita por uma protecção de varanda em ferro ou em madeira e uma escada de acesso, que poderia ser retráctil” (Nunes, 2012, p. 63)

A **base**, sobre a qual atuam as formações musicais, é uma plataforma normalmente construída em alvenaria ou em cantaria, mais tarde o betão. “A estrutura sobrelevada a cerca de um metro (raramente mais do que um metro e cinquenta de altura)” (Nunes, 2012, p. 66), tem o interior vazado até meia altura, o que permite criar um espaço de arrecadação, dotado de uma porta ou cancela. “O seu interior é utilizado como espaço de arrecadação de material para os concertos ou de jardinagem, no caso de estar integrado num jardim” (Braga, 1995, p. 121).

As **colunas de suporte**, colocadas nos cantos da base são interligadas pelo corrimão/guarda que limita o palco, podendo ser simples ou ornamentadas com detalhes da restante decoração, “de início madeira, foram, depois substituídas pelo ferro” (Braga, 1995, p. 121).

A **cobertura**, o maior destaque do coreto é a cobertura, por ser a referência visual mais evidente e por isso mais bem desenvolvida. “Os coretos, caracterizados pela sua grande leveza estrutural, geralmente suportam uma cobertura de protecção das intempéries, em forma de cúpula metálica ou em madeira, que ao mesmo tempo serviria de câmara acústica” (Nunes, 2012, p. 63).

As coberturas têm formatos bastantes diferentes e variados, entre os formatos cónicos, simples ou nervurados; as cúpulas de proporções imponentes; ou as coberturas mais simples, em planos inclinados. Construídas em madeira, ferro e betão.

“A cobertura, o local por excelência para a decoração, é determinante pela sua forma, para o aspecto caracterizante do coreto, e o seu interior pode ter, em modelos mais cuidados, um

papel importante nas suas possibilidades acústicas. É no desenho da cobertura, geralmente em chapa de zinco, que mais se fazem sentir as suas origens orientais, de forma cónica ou bolbonar e rematadas por espigão emplumado ou lira. Alguns, tinham toldos de pano, entre as colunas, que, fazendo sombra, protegiam os músicos do sol” (Braga, 1995, p. 121).

As **escadas**, o acesso à base é geralmente feito por meio de uma escadaria construída com os mesmos materiais da sua base, “construídas em ferro ou com os mesmos materiais de construção da base, não dispensando a devida proteção (varandim)”(...)“Em alguns casos, o acesso ao palco também é feito por degraus encastrados na base” (Nunes, 2012, p. 118).

Braga (1995, p. 121) declara que “O acesso faz-se por meio de uma ou duas escadas raras entre nós, na sua maioria de ferro, mas, também de madeira, que pode estar colocada no exterior ou interior da base, e, até, nem ser fixa; tendo, geralmente, uma grade de proteção”.

Os coretos fixos marcaram um momento importante na vida das cidades, cujo principal objetivo era obter um coreto resistente e durável, com a utilização de técnicas e materiais mais sólidos, embora alguns costumes antigos não tenham sido totalmente descartados, como foi o caso da madeira que em algumas construções continuou a ser utilizada (Nunes, 2012, p. 66).

...” hoje quase mudos, são testemunho ou herdeiros de uma cultura urbana de que eles (e outros) foram veículo; e fazem parte da memória da festa na urbe. O coreto é memória viva de Oitocentos - estendendo-se pela primeira década de Novecentos - numa época em que ir ao Passeio era obrigação diária; testemunho de uma forma de (con)viver na cidade em que este grande móvel urbano, a par de muitos outros, nunca era esquecido nas zonas de recreio, suscitando a sociabilidade.” (Braga, 1995, p. 136/137).

Os coretos fixos permitem centralizar o plano urbanístico de um local e oferece novas atividades ao espaço do interesse das bandas e/ou moradores locais (Nunes, 2012, p. 105).

É notória uma preferência por linhas clássicas de sabor oriental nos coretos fixos, enquanto nos volantes, a liberdade criativa não tem limites (Nunes, 2012, p. 153).

As preocupações com a acústica adquirem maior peso a partir do século XX, “sendo que anteriormente as construções dependiam dos resultados obtidos por estudos empíricos.” (Nunes, 2012, p. 68). É natural

que estes interesses ainda não existissem em relação ao espaço exterior e aos coretos. Nos jardins e largos, onde estão inseridos os coretos, é difícil obter uma correção acústica ideal através de alterações urbanísticas e paisagísticas, sendo necessário adoptar outras estratégias, como a inserção de outros materiais no coreto e/ou em redor deste, e proceder à colocação dos espetadores de uma forma planeada, de forma a conseguir a absorção ou projecção do som necessárias à qualidade acústica do espaço exterior.

Existem estudos que permitem afirmar que a estrutura da cobertura de um coreto deve apresentar a face interna em formato convexo.

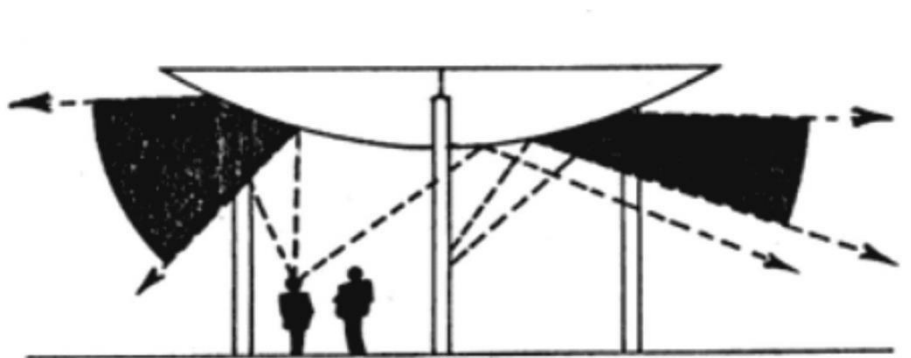


Figura 14 - Geometria de cobertura convexa.

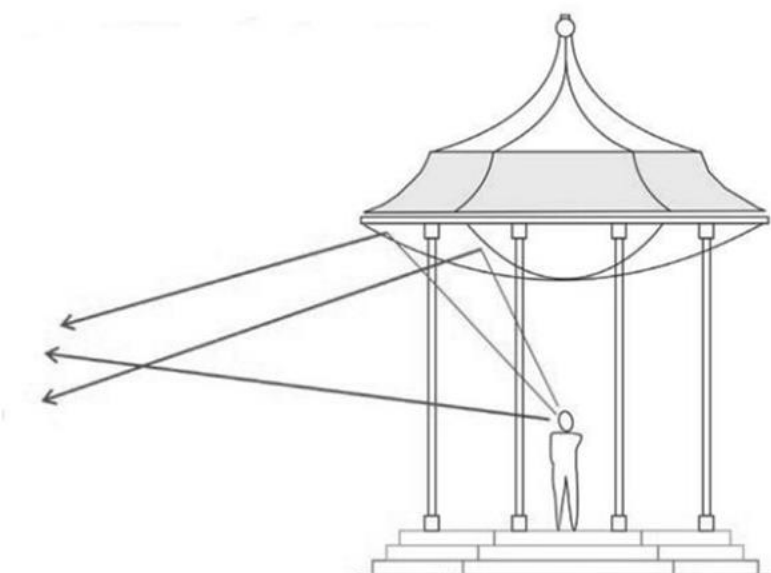


Figura 15 - Geometria de coretos, segundo os actuais estudos acústicos apresentados por Flávio Maia Simões.

A face interna da cobertura dos coretos deve ser convexa para melhor reflectir o som. Simões (2011), refere que “Exemplo de acústica ao ar livre são os coretos de praças, presentes em grande número de cidades, que deveriam ter superfícies convexas no forro para melhor difundir o som aos ouvintes”.

Macedo (2015, p.9), reforça, dizendo que “as superfícies convexas tendem a difundir o som”.

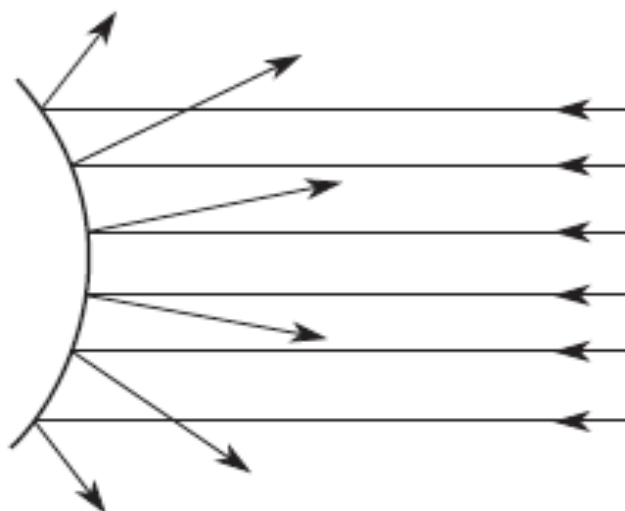


Figura 16 - Dispersão sonora das reflexões em difusão devido à curvatura da superfície.

Nos espaços ao ar livre, a distância da fonte aos ouvintes mais afastados, e a conseqüente perda de intensidade, são os principais problemas que devemos ter em conta nos estudos acústicos. Nestes casos a única opção para reforçar o som directo e dotar o palco com concha acústica ou reflectores acústicos (Simões, 2011, p. 39).



Figura 17 - Concha Acústica.

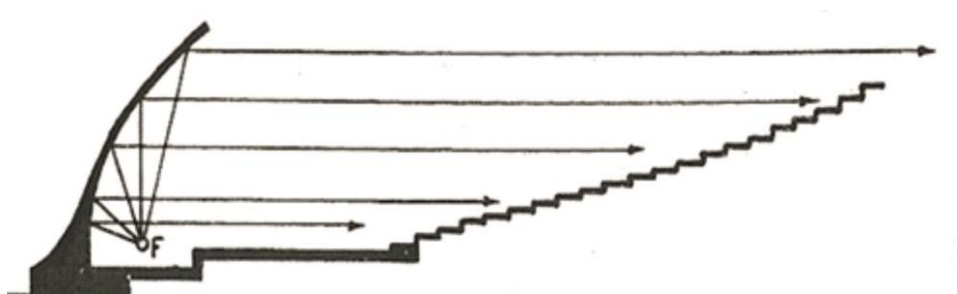


Figura 18 - Parabolóide das conchas acústicas.

No caso das conchas acústicas o som é dirigido e concentrado sobre a plateia devido à forma côncava, “direcionando convenientemente todas as reflexões que possam ocorrer no seu espaço interior” (Macedo, 2015, p. 33).



Figura 19 / 20 - Hollywood Bowl em 1929 (concha acústica ao ar livre em Hollywood, Los Angeles, Califórnia, EUA).

Tal como o nome sugere, uma concha acústica tem muitas vezes a forma de uma concha, ou seja, côncava, estando a sua abertura (boca) voltada para a audiência. As conchas acústicas são constituídas genericamente por paredes laterais, parede de fundo e tecto, em material refletor acústico, envolvendo a orquestra. “Estes elementos devem ser oblíquos entre si, em ângulos criteriosamente definidos de forma a garantir os níveis de reflexão e reverberação adequados, dando melhor audição para o público e músicos” (Lopes, 2011, p. 33). O som produzido no palco é conduzido para o público (por meio de reflexões acústicas) e os artistas, aquando da sua atuação, ouvem-se uns aos outros em boas condições facilitando o seu trabalho e favorecendo o espetáculo (Macedo, 2015, p. 31).

Antigamente era comum as conchas terem estrutura em madeira ou mesmo alvenaria (e por vezes em aço). Nos dias de hoje é usual que as conchas acústicas ao ar livre tenham estruturas robustas em metal ou betão armado (e/ou alvenaria), deixando frequentemente a responsabilidade do comportamento acústico para os revestimentos interiores. Esses revestimentos podem ser em madeira/contraplacado e nalguns casos em PVC (Macedo, 2015, p. 34).

António Manuel Ávia Macedo (2015), classifica as conchas acústicas em três tipologias:

- **Concha Acústica de estrutura fixa** - são aquelas que são projetadas e construídas de forma a ficarem edificadas permanentemente no mesmo sítio, ou seja, são projetadas para um local específico tendo em conta um horizonte de vários anos.

Na grande maioria dos casos esta situação aplica-se a conchas acústicas ao ar livre, com estrutura em betão armado e/ou alvenaria mas também com estrutura em aço. Muitas vezes a concha e o seu palco têm dimensões consideráveis (quando são hospedeiros de grandes festivais sazonais) e têm de ser capazes de albergar todo o equipamento necessário para a realização dos espetáculos.



Figura 21 / 22 - Guggenheim Bandshell, concha acústica ao ar livre de estrutura fixa (no Lincoln Center, Nova Iorque, EUA).

- **Conchas Acústicas de Estrutura Móvel** - Trata-se de conchas que podem ser montadas e desmontadas com relativa facilidade possibilitando a utilização da mesma concha em locais diferentes, quer se fale de um espaço interior ou exterior.

No contexto das grandes salas de espetáculos, estas conchas, apesar de móveis, são concebidas (feitas por encomenda) para serem usadas apenas nesse edifício em particular. Isto acontece para que a concha se integre na sala, não só em termos estéticos mas também acústicos, deixando de ser apropriada para outros locais.



Figura 23 / 24 - Concha acústica de estrutura móvel montada no palco de uma sala de espetáculos (*Fox Cities Performing Arts Center*, Appleton, Wisconsin, EUA); fase de montagem (esq.) e aspecto final (dir.).



Figura 25 / 26 - Duas situações de conchas acústicas móveis (ambas insufláveis e destinadas ao uso no exterior).

- **Conchas Acústicas Modulares Ajustáveis** - são todas aquelas que têm a capacidade de se adaptar a diferentes espaços ou de fazer variar a sua acústica através do reposicionamento e/ou reorientação de painéis acústicos. Assim, são capazes de ter diferentes configurações podendo mesmo variar na quantidade de elementos modulares que utiliza.

Tanto as conchas em edifícios como ao ar livre poderão ter estas propriedades, contudo, sendo modulares, é normal que a situação se verifique mais vezes nas conchas acústicas de estrutura móvel.



Figura 27 - Concha acústica modular ajustável (*Teatro Grande di Brescia*, Itália) concebida para poder ser utilizada em edifícios (adaptável a diferentes salas).



Figura 28 - Canópia ajustável da *Hollywood Bowl*, concha acústica ao ar livre (Hollywood, Los Angeles, Califórnia, EUA).

A sua forma e todos os cuidados de dimensionamento prendem-se com o fato de que se pretende que este elemento tenha determinadas propriedades acústicas que evitem que o som produzido pelos instrumentos e cordas vocais dos artistas se perca ou dissipe, orientando-o na direção da audiência de uma forma o mais uniforme possível. Do mesmo modo, tem a função de facilitar o trabalho de quem está a atuar, pois o seu efeito também deverá ser exercido sobre o palco, promovendo uma melhor audibilidade e sintonia entre os elementos em atuação.

No concelho de Viana do Castelo existe uma concha acústica de estrutura fixa na freguesia de Nogueira, implantado nas traseiras da capela Nossa Senhora da Conceição Rocha, em frente a um anfiteatro natural, (onde foi aproveitado o declive natural do terreno).



Figuras 29 / 30 - Concha acústica (Freguesia de Nogueira, concelho de Viana do Castelo)



Figuras 31 / 32 - Concha acústica (Freguesia de Nogueira, concelho de Viana do Castelo)

Nas conchas acústicas ao ar livre a importância do seu funcionamento e bom desempenho, é mais complicada do que as conchas acústicas em espaço interior, se se quiser atingir condições que possibilitem um bom desempenho dos artistas assim como uma boa perceptibilidade por parte do público. Macedo (2015) refere que as conchas acústicas no interior de um edifício, “são “ajudadas” na sua tarefa pelas reflexões acústicas que ocorrem noutras superfícies interiores desses edifícios onde se inserem.”

Este tipo de “ajuda” não se verifica no exterior, assim a concha acústica tem de ter capacidade de aumentar o nível sonoro aproveitando ao máximo o som produzido (sem deixar que ele se “espalhe” ou “dissipe” por zonas sem interesse) direcionando convenientemente todas as reflexões que possam ocorrer no seu espaço interior.

Em relação à orientação das conchas acústicas, Macedo (2015) indica que as conchas acústicas ao ar livre têm de ser concebidas ou construídas de forma a terem um bom comportamento ao vento, chuva e raios solares, uma vez que estão, ou poderão estar, diretamente expostas a esses elementos (em certos casos, exige-se que as conchas sejam capazes de proteger minimamente os artistas desses mesmos elementos).

3 – OS CORETOS DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Neste capítulo é desenvolvida a caracterização geográfica do concelho de Viana do Castelo, de modo a entender a sua relação com o objeto de estudo. O que se pretende é criar uma primeira aproximação, ampla, antes de se poder entrar na caracterização dos coretos em si.

3.1 – CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Com 24 km de orla costeira, o Concelho de Viana do Castelo localiza-se no Norte de Portugal Continental, na província do Minho e no distrito de Viana do Castelo, sendo limitado: a norte pelo concelho de Caminha, a leste por Ponte de Lima, a sul por Barcelos e Esposende e a oeste pelo Oceano Atlântico (ver Figura n.º34 e Figura n.º35). A sede do Concelho, a cidade de Viana do Castelo, dista, por estrada, aproximadamente 55km de Braga, 76 km do Porto, 390 km de Lisboa e 95 km de Vigo.

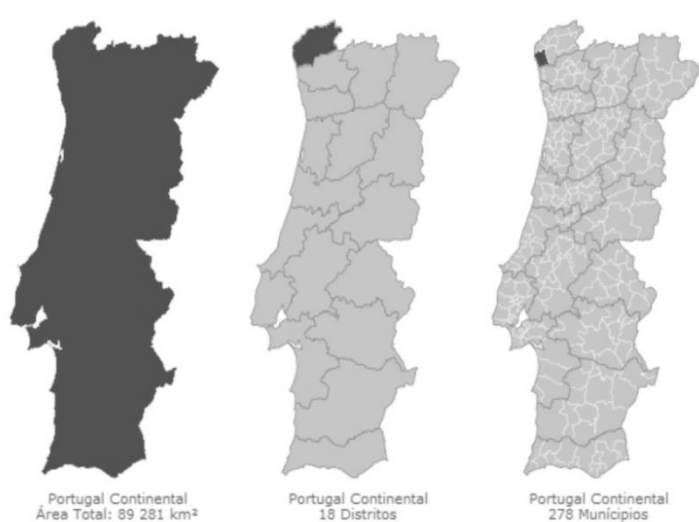


Figura 33 - Enquadramento geográfico do município de Viana do Castelo (divisão distrital e municipal).



Figura 34 - Municípios que integram o distrito de Viana do Castelo - destaque para o de Viana do Castelo.

Do ponto de vista administrativo, o concelho de Viana do Castelo subdivide-se em 27 Freguesias e Uniãos de Freguesias, distribuídas geograficamente conforme a figura 35.

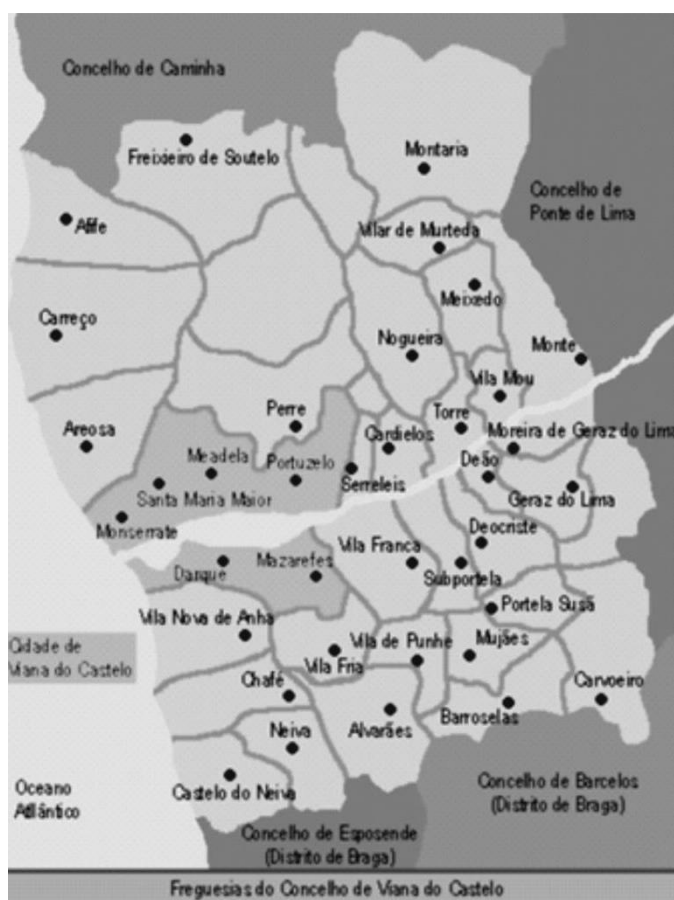


Figura 35 - Freguesias que integram o concelho de Viana do Castelo, Fonte: CMVC,

A freguesia de maior dimensão é a de Montaria (no concelho de Melgaço) com 26,09km² e a mais pequena é Monserrate (no concelho de Viana do Castelo) com 2,07km². No entanto, atualmente, a agregação de Freguesias resultou numa nova configuração administrativa do concelho, conforme mostra a Tabela 03.

UNIÕES DE FREGUESIAS	HABITANTES (Nº)	ÁREA km ²
Sta. Maria Maior, Monserrate e Meadela	25.375	11,86
Torre e Vila Mou	2.879	7,82
Deão, Geraz do Lima (Sta. Maria), Geraz do Lima (Sta. Leocádia) e Moreira de Geraz do Lima	3.302	19,18
Cardielos e Serreleis	2.297	7,01
Barroselas e Carvoeiro	5.011	19,39
Portela Susã, Subportela e Deocriste	2.535	15,77
Mazarefes e Vila Fria	1.901	10,05
Nogueira, Vilar de Murteda e Meixedo	1.579	21,94

Tabela 03 – Uniãos de freguesias do concelho de Viana do Castelo.

	Freguesia	População Residente				Área (km²)	Coreto Nº
		1960	1991	2001	2011		
1	Afife	1620	1708	1677	1632	11,08	1
2	Alvarães	2851	2544	2691	2623	10,24	
3	Amonde	397	387	344	293	6,04	2
4	Anha	4140	2319	2513	2415	9,12	
5	Areosa	3695	4065	4485	4853	11,22	
6	Barroselas Carvoeiro	3556	3549	3799	3927	7,47	
		1079	1254	1239	1104	11,92	
7	Cardielos Serreleis	1077	1162	1279	1309	3,88	3/4/5
		963	1029	1041	1003	3,13	17/18
8	Carreço	1468	1700	1769	1759	17,92	
9	Castelo de Neiva	3443	3244	3203	2930	7,64	6/7
10	Chafé	-	1979	2507	2841	7,5	
11	Darque	3632	6933	7798	7817	6,62	
12	Freixeiro de Soutelo	674	619	560	511	16,48	
13	G. L. Stª Leocádia G.L. Stª Maria	1072	1016	1058	916	7,35	8/9
		883	888	846	875	5,44	10/11
	Moreira Deão	470	563	628	597	4,03	
		904	1027	971	951	2,36	
14	Lanheses	1810	1676	1740	1645	10,04	
15	Mazarefes Vila Fria	1010	1508	1396	1343	3,48	
		1304	1322	1364	1327	6,57	
16	Montaria	1003	759	665	549	26,09	13
17	Mujães	1501	1555	1691	1550	4,72	
18	Nogueira	930	883	894	916	10,75	14
	Meixedo Vilar de Murteda	553	492	490	467	6,03	
		360	277	247	214	5,16	
19	Outeiro	1642	1267	1271	1234	16,21	
20	Perre	2916	3095	3007	2956	13	
21	Stª Marta de Portuzelo	3524	3810	3809	3805	6,72	
22	São Romão de Neiva	1067	1266	1267	1225	6,57	
23	Subportela Deocriste	1231	1116	1337	1179	5,25	
		691	731	742	776	6,39	
	Portela Susã	621	663	590	597	4,13	15
24	Torre	582	607	660	615	4,8	
	Vila Mou	691	558	564	566	3,02	19
25	Monsserate Stª Maria Maior	5791	6417	5637	4948	2,07	12
		8580	9145	9940	10645	3,32	16
	Meadela	3586	5797	8685	9782	7,47	
26	Vila de Punhe	2406	2311	2400	2273	5,12	
27	Vila Franca	1597	1854	1824	1757	9,01	

Tabela 04 - Variações demográficas do concelho de Viana do Castelo.

Inicialmente pensou-se que a existência de coretos estava relacionada com a área e com número de habitantes de cada freguesia, a tabela nº 4 indica que não existe uma relação para a implantação dos

coretos entre o número de habitantes e a áreas das freguesias. A construção de coretos varia com a importância da festa da freguesia.

As freguesias com coretos fixos, no concelho de Viana do Castelo são:

1 - Afife / 2 - Amonde / 3-4-5 - Cardielos / 6-7 - Castelo de Neiva / 8-9 - G.L. Santa Leocádia / 10-11 - G.L. Santa Maria / 12 - Monserrate / 13 - Montaria / 14 - Nogueira / 15 - Portela Susã / 16 - Santa Maria Maior / 17-18 - Serreleis / 19 - Vila Mou.

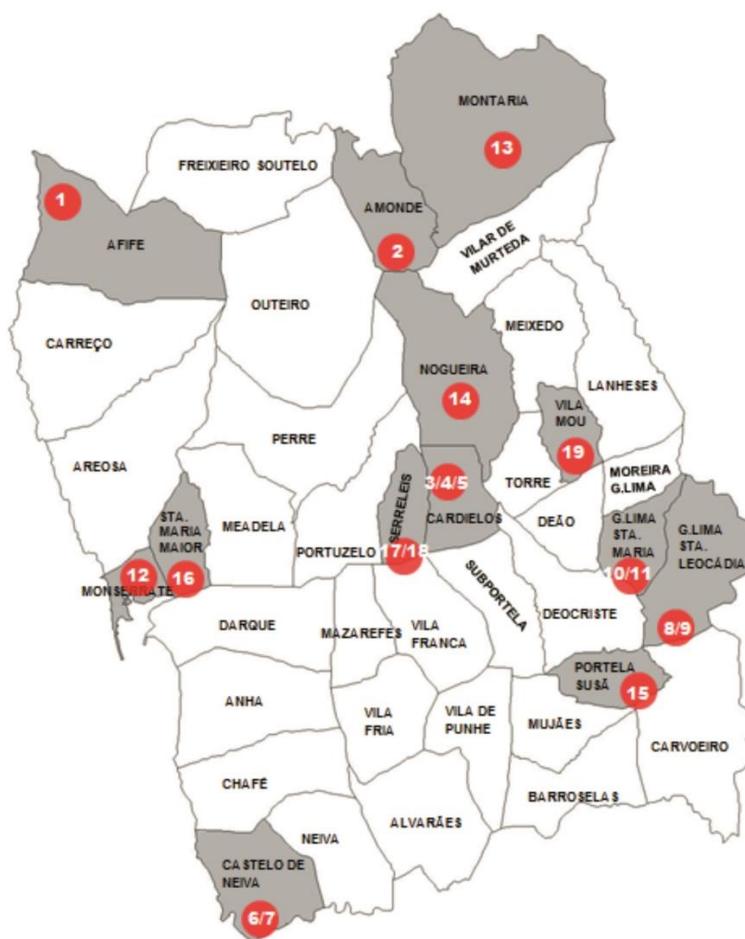


Figura 36 - Mapa do concelho de Viana do Castelo com indicação das freguesias com coretos

3.2 - FICHAS DE CATALOGAÇÃO

As fichas de análise constituem uma ferramenta de recolha de informação de forma sistemática de dados de cada coreto. Trata-se de uma informação de carácter individual que tem por objetivo tratar os aspetos de conceção formal, construtiva, tipológica e de materiais usados na construção para a sua posterior análise.

As fichas de análise são compostas por cinco secções principais, as quais se descrevem de seguida:

- 1 – Mapa do concelho de Viana do Castelo com onde se destacada a freguesia com coreto.
- 2 - Referem-se os dados de identificação dos coretos analisados, sendo realizada uma descrição de alguns aspetos que são imprescindíveis para uma boa análise destas construções, onde se identificam as tipologias espaciais, aspetos construtivos e outras características relevantes.
- 3 - Menciona-se os dados de identificação das construções analisadas, mais concretamente o que respeita à localização geográfica.
- 4 - Indicam-se as principais características como a função, a geometria, a propriedade, a época de construção, os materiais usados, a área de palco, as intervenções realizadas, a classificação patrimonial e o estado de conservação.
- 5 - Registo fotográfico, expõe-se fotografias de diferentes pontos de vista.
- 6 - Levantamento topográfico com desenhos técnicos, (plantas, alçados principais e coberturas).

Ficha Nº 1 – Afife

Ficha Nº 2 – Amonde

Ficha Nº 3 – Cardielos

Ficha Nº 4 – Cardielos S. Silvestre 1

Ficha Nº 5 – Cardielos S. Silvestre 2

Ficha Nº 6 – Castelo de Neiva 1

Ficha Nº 7 – Castelo de Neiva 2

Ficha Nº 8 – Geraz do Lima Sta. Leocádia 1

Ficha Nº 9 – Geraz do Lima Sta. Leocádia 2

Ficha Nº 10 – Geraz do Lima Sta. Maria 1

Ficha Nº 11 – Geraz do Lima Sta. Maria 2

Ficha Nº 12 – Monserrate

Ficha Nº 13 – Montaria

Ficha Nº 14 – Nogueira

Ficha Nº 15 – Portela Susã

Ficha Nº 16 – Sta. Maria Maior

Ficha Nº 17 – Serreleis 1

Ficha Nº 18 – Serreleis 2

Ficha Nº 19 – Vila Mou

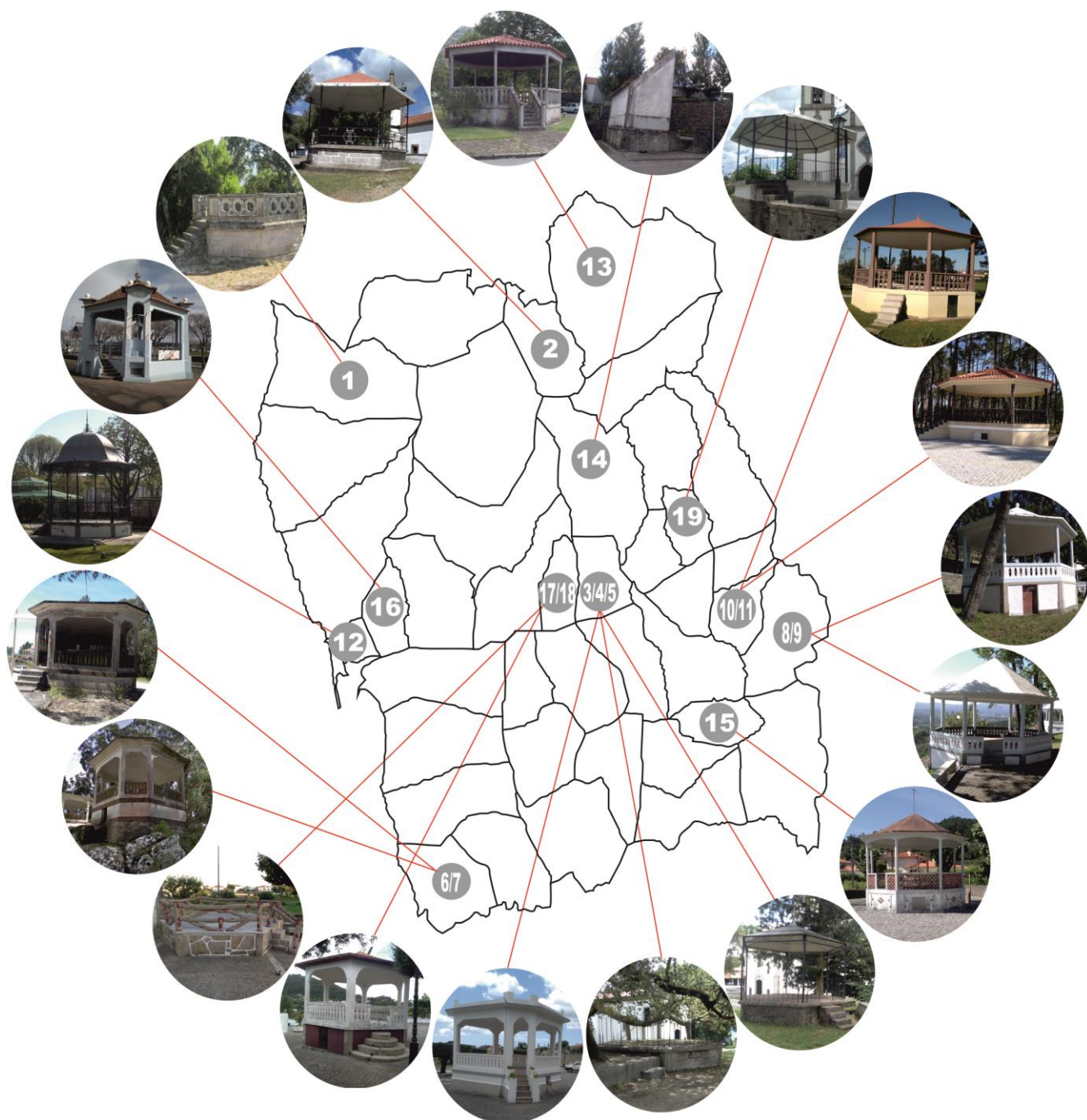


Figura 37 - Mapa do concelho de Viana do Castelo com indicação dos coretos nas respetivas freguesias

3.3 – ANÁLISE CONSTRUTIVAS DOS CORETOS

O coreto, palco elevado com ou sem cobertura, que apresenta influências construtivas dos pavilhões orientais, privilegiado pela construção de uma base sobrelevada num plano central de planta octogonal, hexagonal, rectangular, quadrada, em geral construída em alvenaria, cantaria ou betão, formando na parte superior o palco aberto, que coloca em destaque, a formação musical.

Os coretos, geralmente suportam uma cobertura de proteção das intempéries, que ao mesmo tempo serviria de câmara acústica, normalmente a tipologia da cobertura é igual à da base, sustentada por colunas em ferro ou pilares em betão, assentes na base, também ela circunscrita por uma proteção de varanda em ferro ou betão e uma escada de acesso.

Enquanto, Pedro Bebianio Braga (1995) refere que os coretos são compostos por: base, colunas de suporte e pela cobertura; já Joana Santos Nunes (2012) faz uma caracterização mais detalhada dizendo que são compostos por base, escadas, varanda de proteção, colunas de suporte e pela cobertura.

No desenvolvimento desta investigação optou-se por utilizar as características identificadas pela Joana Santos Nunes como principais indicadores, acrescentando os indicadores: acesso ao palco (orientação de entrada) e área de palco, características fundamentalmente relacionadas com a gestão da atividade principal dos coretos “concertos das bandas filarmónicas” e relação com a envolvente; esta adição pretende confirmar a importância destes aspetos para formalização desta tipologia arquitetónica, segundo autores como Carvalho (2006).

Desta forma, foram determinados as seguintes categorias de análise:

1 - Tipologias das bases; 2 - Tipologias das coberturas; 3 - Acesso aos palcos (orientação das entradas); 4 - Áreas de palcos; 5 - Materiais das bases; 6 - Materiais das coberturas; 7 - Materiais das colunas/pilares; 8 - Materiais das guardas; 9 - Materiais das escadas.

3.3.1 – TIPOLOGIAS DAS BASES

A **base** (palco), sobre a qual atuam as formações musicais, é uma plataforma normalmente construída em alvenaria, cantaria ou betão, estrutura sobrelevada a cerca de um metro tem o seu interior vazado o que permite criar um espaço de arrecadação, com uma porta de acesso ao interior.

CORETO		TIPOLOGIA			
		PLANTA (Base/Palco)			
		OCTOGONAL	OCTOGONAL DE LADOS IRREGULARES	HEXAGONAL	RECTANGULAR
1	Afife				
2	Amonde				
3	Cardielos				
4	Cardielos/S. Silvestre-1				
5	Cardielos/S. Silvestre-2				
6	C. Neiva-1				
7	C. Neiva-2				
8	G.L. Santa Leocádia-1				
9	G.L. Santa Leocádia-2				
10	G.L. Santa Maria-1				
11	G.L. Santa Maria-2				
12	Monsserate				
13	Montaria				
14	Nogueira				
15	Portela Susã				
16	S.M. Maior				
17	Serreleis-1				
18	Serreleis-2				
19	Vila Mou				
TOTAL		9	4	5	1

Tabela 05 - Tipologias das plantas dos coretos do concelho de Viana do Castelo

Na análise da tabela nº 05, conclui-se que existem no concelho de Viana do Castelo quatro tipologias de planta: octogonal, octogonal de lados irregulares, hexagonal e rectangular.

TIPOLOGIA DA PLANTA

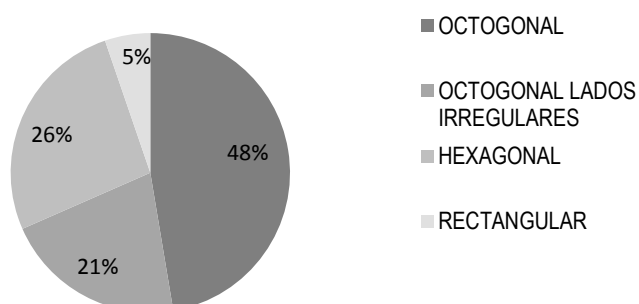


Figura 38 - Gráfico resumo com indicação dos resultados das tipologias das Plantas dos coretos

De acordo com os resultados obtidos na fig.38, a grande maioria são de planta Octogonal, os quais correspondem a 48% do total dos coretos analisados, com menor incidência a planta rectangular neste caso apenas um coreto com esta tipologia sendo este uma concha acústica da freguesia de Nogueira.



Figura 39 / 40 - Concha acústica (Freguesia de Nogueira, Viana do Castelo)

3.3.2 – TIPOLOGIAS DAS COBERTURAS

A **cobertura** como foi referido anteriormente, normalmente a tipologia da cobertura é igual á da base, com o número de águas igual, com um plano inclinado por cada lado. É nas coberturas em chapa / ferro que se verificam mais referências orientais, através dos seus elementos decorativos geométricos ou figurativos.

CORETO		TIPOLOGIA				
		COBERTURA				
		OCTOGONAL	OCTOGONAL DE LADOS IRREGULARES	HEXAGONAL	RECTANGULAR	SEM COBERTURA
1	Afife					
2	Amonde					
3	Cardielos					
4	Cardielos/S. Silvestre-1					
5	Cardielos/S. Silvestre-2					
6	C. Neiva-1					
7	C. Neiva-2					
8	G.L. Santa Leocádia-1					
9	G.L. Santa Leocádia-2					
10	G.L. Santa Maria-1					
11	G.L. Santa Maria-2					
12	Monsserate					
13	Montaria					
14	Nogueira					
15	Portela Susã					
16	S.M. Maior					
17	Serreleis-1					
18	Serreleis-2					
19	Vila Mou					
TOTAL		8	4	3	1	3

Tabela 06 - Tipologias das Coberturas dos coretos do concelho de Viana do Castelo

Na análise da tabela nº06, conclui-se que existem diferentes tipologias de coberturas: cobertura octogonal, octogonal de lados irregulares, hexagonais, uma água, quatro águas e coretos sem cobertura.

TIPOLOGIA DA COBERTURA

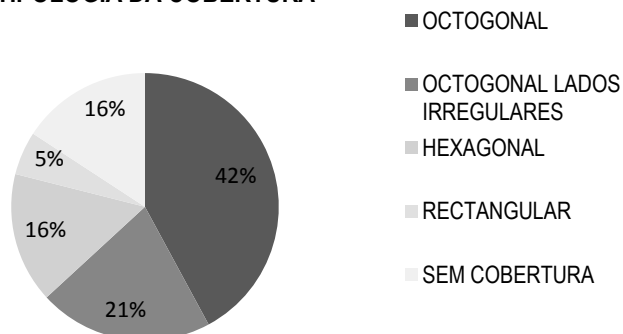


Figura 41 - Gráfico resumo com indicação dos resultados das tipologias das Coberturas dos coretos

No que diz respeito às tipologias das coberturas e de acordo com os resultados obtidos na Fig. 41, estas são na grande maioria de cobertura Octogonal 42% de todos os coretos analisados.

TIPOLOGIAS										
CORETO		PLANTA (Base/Palco)				COBERTURA				
		OCTOGONAL	OCTOGONAL DE LADOS IRREGULARES	HEXAGONAL	RECTANGULAR	OCTOGONAL	OCTOGONAL DE LADOS IRREGULARES	HEXAGONAL	RECTANGULAR	SEM COBERTURA
1	Afife									
2	Amonde									
3	Cardielos									
4	Cardielos / S. Silv.-1									
5	Cardielos / S. Silv.-2									
6	C. Neiva-1									
7	C. Neiva-2									
8	G.L. Stª. Leocádia-1									
9	G.L. Stª. Leocádia-2									
10	G.L. Stª. Maria-1									
11	G.L. Stª. Maria-2									
12	Monsserrate									
13	Montaria									
14	Nogueira									
15	Portela Susã									
16	S.M. Maior									
17	Serreleis-1									
18	Serreleis-2									
19	Vila Mou									
TOTAL		9	4	5	1	8	4	3	1	3

Tabela 07- Relação das tipologias das Plantas e das Coberturas dos coretos do concelho de Viana do Castelo

Analisando a tabela 07 da relação entre as tipologias da base e da cobertura, conclui-se, que as tipologias das coberturas são sempre iguais às tipologias das bases. Com a exceção dos coretos sem cobertura neste caso são três: Coreto 1 - Afife; Coreto 4 - Cardielos São Silvestre¹ e Coreto 18 – Serreleis².

Coretos sem cobertura no Concelho de Viana do Castelo:



Figura 42 - Coreto 1 – Afife



Figura 43 - Coreto 4 - Cardielos São Silvestre¹



Figura 44 - Coreto 18 – Serreleis²

3.3.3 – ACESSO AO PALCO/ORIENTAÇÃO

CORETO		TIPOLOGIA					
		ENTRADA (ORIENTAÇÃO)					
		NORTE	SUL	OESTE	NOROESTE	SUDOESTE	SUDESTE
1	Afife						
2	Amonde						
3	Cardielos						
4	Cardielos/S. Silvestre-1						
5	Cardielos/S. Silvestre-2						
6	C. Neiva-1						
7	C. Neiva-2						
8	G.L. Santa Leocádia-1						
9	G.L. Santa Leocádia-2						
10	G.L. Santa Maria-1						
11	G.L. Santa Maria-2						
12	Monsserrate						
13	Montaria						
14	Nogueira						
15	Portela Susã						
16	S.M. Maior						
17	Serreleis-1						
18	Serreleis-2						
19	Vila Mou						
TOTAL		4	4	1	4	5	1

Tabela 08 - Tipologias da Orientação da entrada dos coretos do concelho de Viana do Castelo

O **acesso ao palco** é geralmente feito por meio de uma escadaria fixa. A orientação da entrada normalmente encontra-se do lado oposto à praça onde se encontra o público, de modo a manter a linha da base limpa de obstáculos e isolar os músicos do público.

ORIENTAÇÃO DA ENTRADA

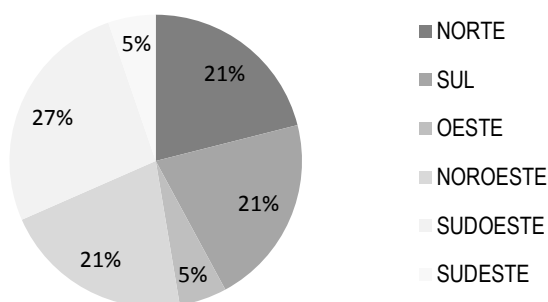
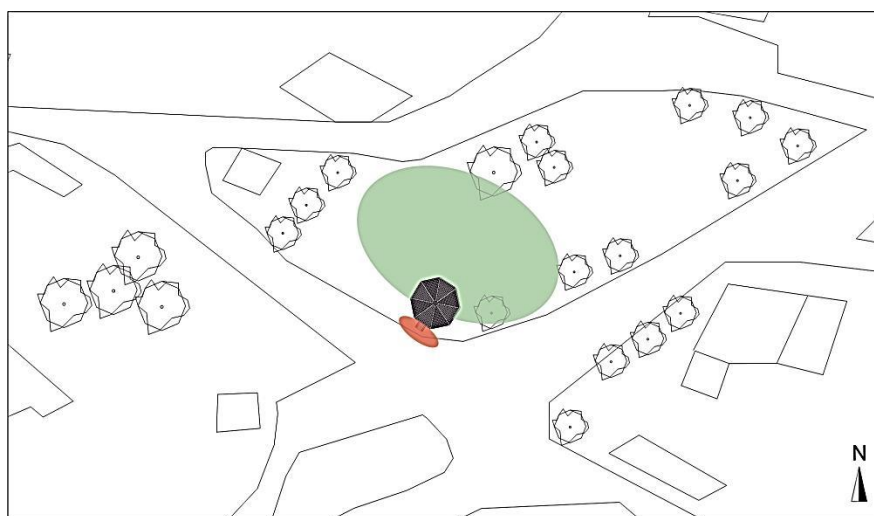


Figura 45 - Gráfico resumo com indicação dos resultados das orientações dos coretos

Os resultados da análise da Fig.46 indica que não há uma regra definida para a orientação da entrada dos coretos, apenas existe o cuidado da construção das escadas de acesso no lado oposto à frente do coreto.



- Entrada do Coreto
- Zona onde o público assiste aos concertos

Figura 46 – Implantação do coreto 13 (Montaria) orientação da entrada (sem escala).

3.3.4 – ÁREAS DE PALCOS

A área do palco varia de coreto para coreto, normalmente têm áreas reduzidas

CORETO		ÁREA DE PALCO
1	Afife	16,81m ²
2	Amonde	30,00m ²
3	Cardielos	20,59m ²
4	Cardielos/S. Silvestre-1	20,37m ²
5	Cardielos/S. Silvestre-2	19,20m ²
6	C. Neiva-1	22,62m ²
7	C. Neiva-2	22,62m ²
8	G.L. Santa Leocádia-1	34,55m ²
9	G.L. Santa Leocádia-2	34,55m ²
10	G.L. Santa Maria-1	54,84m ²
11	G.L. Santa Maria-2	35,50m ²
12	Monsserrate	22,65m ²
13	Montaria	36,60m ²
14	Nogueira	34,66m ²
15	Portela Susã	25,74m ²
16	S.M. Maior	35,88m ²
17	Serreleis-1	17,64m ²
18	Serreleis-2	14,25m ²
19	Vila Mou	23,56m ²

Tabela 09 - Área dos palcos dos coretos do concelho de Viana do Castelo

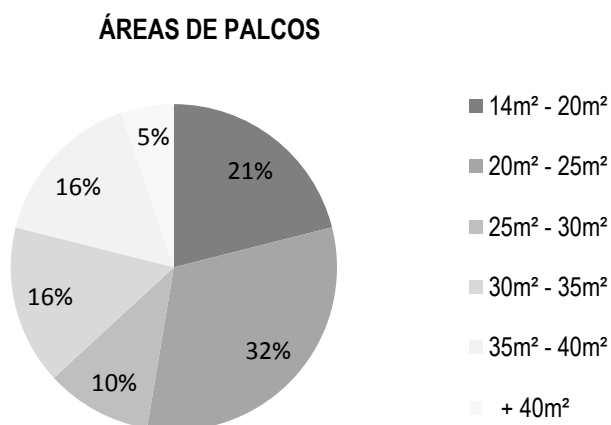


Figura 47 - Gráfico resumo com indicação dos resultados das áreas dos palcos dos coretos

Da análise da tabela 09 e da fig.47 conclui-se que as áreas de palco variam em todos os coretos, dos 14m² aos 20m² existem quatro coretos com uma percentagem de 21%; dos 20m² aos 25m² seis coretos

com uma percentagem de 32%; dos 25m² aos 30m² dois coretos com percentagem de 10%; dos 30m² aos 35m² três coretos com uma percentagem de 16%; dos 35m² aos 40m² três coretos com uma percentagem de 16% e com mais de 40m² apenas um coreto com uma percentagem de 5% de todos os coretos analisados.

Porém existem freguesias onde foram construídos coretos aos pares.

A freguesia de Cardielos no monte de São Silvestre o coreto-1 com área de palco de 20,37m² e o coreto-2 com área de 19,20m² totalizando 39,57m² de áreas de palcos; na freguesia de Castelo de Neiva com dois coretos idênticos com um total de área de palco de 45,24m²; na freguesia de Geraz do Lima Santa Leocádia com dois coretos iguais, perfazendo um total de área de 69,10m²; em Geraz do Lima Santa Maria estão dois coretos ladeados, sendo completamente diferentes entre eles, o coreto-1 com 54,84m² de área de palco e o coreto-2 com 35,50m² de área com um total de área 90,30m², sendo a freguesia com maior área de palco no concelho de Viana do Castelo; na freguesia de Serreleis existem dois coretos que estão bastante afastados ambos implantados nos adros de igrejas, o coreto-1 com área de 17,64m² e o coreto-2 com 14,25m² com um total de 31,89m².

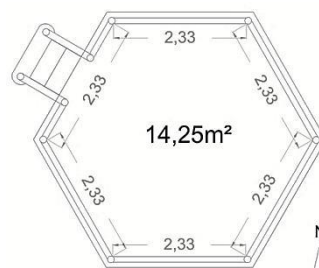


Figura 48 / 49 - Coreto com menor área de palco 14,25m (coreto 18 – Serreleis -2).

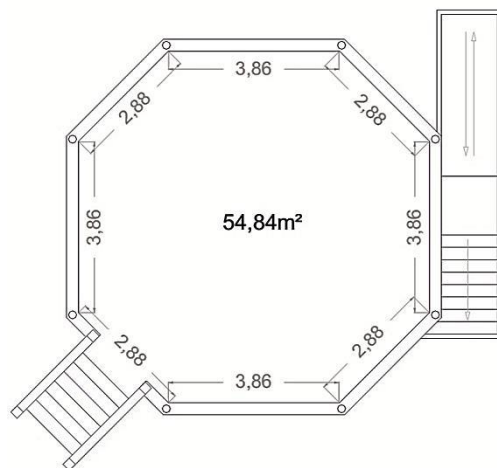


Figura 50 / 51 - Coreto com maior área de palco 54,84m² (coreto 10 – Geraz do Lima Santa Maria-1).

3.4 – MATERIAIS CONSTRUTIVOS DOS CORETOS

3.4.1 – MATERIAIS DA BASE

Na construção da base dos coretos do concelho de Viana do Castelo existem dois tipos de materiais, pedra e betão rebocado.



Figura 52 - Base em pedra (coreto 1 – Afife)



Figura 53 - Base em betão rebocado (coreto 17- Serreleis)

CORETO		MATERIAIS	
		BASE	
		PEDRA	BETÃO REBOCADO
1	Afife		
2	Amonde		
3	Cardielos		
4	Cardielos/S. Silvestre-1		
5	Cardielos/S. Silvestre-2		
6	C. Neiva-1		
7	C. Neiva-2		
8	G.L. Santa Leocádia-1		
9	G.L. Santa Leocádia-2		
10	G.L. Santa Maria-1		
11	G.L. Santa Maria-2		
12	Monsserate		
13	Montaria		
14	Nogueira		
15	Portela Susã		
16	S.M. Maior		
17	Serreleis-1		
18	Serreleis-2		
19	Vila Mou		
TOTAL		6	13

Tabela 10 - Materiais usados na base dos coretos do concelho de Viana do Castelo

MATERIAIS DA BASE

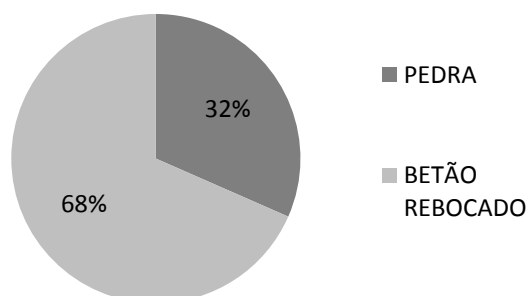


Figura 54 - Gráfico resumo com indicação dos resultados dos materiais usados nas bases dos coretos

Os resultados da análise da Fig.54 indicam que na grande maioria dos coretos do concelho de Viana do Castelo, a construção da base é em betão reboçado, com 68% de todos os coretos analisados.

3.4.2 – MATERIAIS DA COBERTURA

Os materiais usados na construção das coberturas dos coretos são: betão rebocado, ferro/chapa e telha.



Figura 55 - Cobertura em betão rebocado (coreto 8- G.L. Santa Leocádia)



Figura 56 - Cobertura em ferro/chapa (coreto 12- Monserrate)



Figura 57 - Cobertura em betão forrado a telha (coreto 10- G.L. Santa Maria)

CORETO		MATERIAIS		
		COBERTURA		
		BETÃO REBOCADO	FERRO CHAPA	TELHA
1	Afife	----	----	----
2	Amonde			
3	Cardielos			
4	Cardielos/S. Silvestre-1	----	----	----
5	Cardielos/S. Silvestre-2			
6	C. Neiva-1			
7	C. Neiva-2			
8	G.L. Santa Leocádia-1			
9	G.L. Santa Leocádia-2			
10	G.L. Santa Maria-1			
11	G.L. Santa Maria-2			
12	Monsserate			
13	Montaria			
14	Nogueira			
15	Portela Susã			
16	S.M. Maior			
17	Serreleis-1			
18	Serreleis-2	----	----	----
19	Vila Mou			
TOTAL		9	4	3

Tabela 11 - Materiais usados nas coberturas dos coretos do concelho de Viana do Castelo

MATERIAIS DA COBERTURA

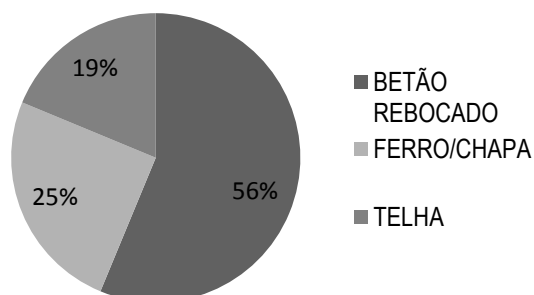


Figura 58 - Gráfico resumo com indicação dos resultados dos materiais usados nas coberturas dos coretos

Os resultados da análise da Fig.58 indicam que na grande maioria dos coretos do concelho de Viana do Castelo, a construção da cobertura é em betão rebocado, com 56% de todos os coretos analisados, de seguida as construções em ferro/chapa e telha.

3.4.3 – MATERIAIS DAS COLUNAS E PILARES

As Colunas e os Pilares, colocadas nos cantos da base são interligados pelo corrimão/guarda que limita o palco, podendo ser de simples ou ornamentadas com detalhes da restante decoração, em pedra, betão ou ferro.

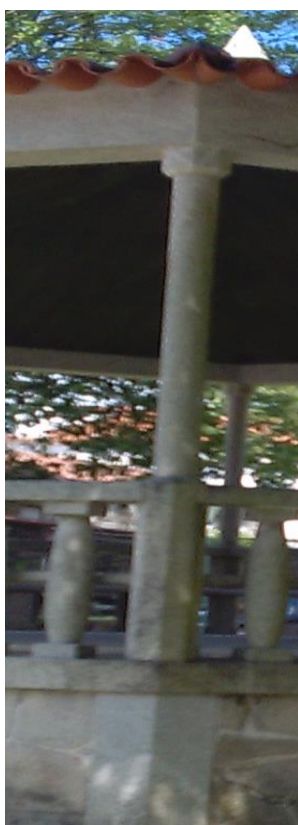


Fig. 59 - Pedra (coreto 13 Montaria) Fig. 60 - Betão (coreto 3 Cardielos) Fig. 61 - Ferro (coreto 12 Monserrate)

CORETO		MATERIAIS		
		PILARES/COLONAS		
		PEDRA	BETÃO	FERRO
1	Afife	----	----	----
2	Amonde			
3	Cardielos			
4	Cardielos/S. Silvestre-1	----	----	----
5	Cardielos/S. Silvestre-2			
6	C. Neiva-1			
7	C. Neiva-2			
8	G.L. Santa Leocádia-1			
9	G.L. Santa Leocádia-2			
10	G.L. Santa Maria-1			
11	G.L. Santa Maria-2			
12	Monserate			
13	Montaria			
14	Nogueira			
15	Portela Susã			
16	S.M. Maior			
17	Serreleis-1			
18	Serreleis-2	----	----	----
19	Vila Mou			
TOTAL		1	11	4

Tabela 12 - Materiais dos Pilares/Colunas dos coretos do concelho de Viana do Castelo

MATERIAIS DA PILARES

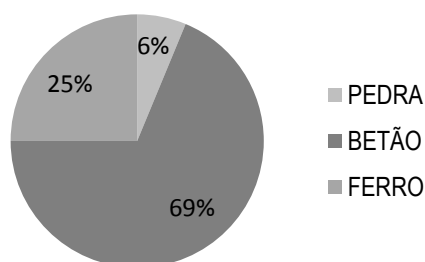


Figura 62 - Gráfico resumo com indicação dos resultados dos materiais usados nos pilares/colunas dos coretos

No que diz respeito aos materiais das colunas e dos pilares de acordo com os resultados obtidos na Fig. 62, conclui-se que o material mais usado é o betão 69%, de seguida o ferro com 25% e apenas com 6% as de pedra referente ao coreto 13 (Montaria).



Figura 63 – Colunas em pedra coreto 13 (Montaria)

3.4.4 – MATERIAIS DA GUARDA/CORRIMÃO

Os materiais usados nas construções das guardas/corrimãos dos coretos são: pedra; betão rebocado; ferro e cerâmica.



Figura 64 – Guarda/corrimão em pedra (coreto 13-Montaria)



Figura 65 – Guarda/corrimão em betão rebocado (coreto 17-Serreleis)



Figura 66 – Guarda/corrimão em ferro (coreto 2-Amonde)



Figura 67 – Guarda/corrimão em cerâmica (coreto 15-Portela Susã)

CORETO		MATERIAIS			
		GUARDA/CORRIMÃO			
		PEDRA	BETÃO REBOCADO	FERRO CHAPA	CERÂMICA
1	Afife				
2	Amonde				
3	Cardielos				
4	Cardielos/S. Silvestre-1				
5	Cardielos/S. Silvestre-2				
6	C. Neiva-1				
7	C. Neiva-2				
8	G.L. Santa Leocádia-1				
9	G.L. Santa Leocádia-2				
10	G.L. Santa Maria-1				
11	G.L. Santa Maria-2				
12	Monserate				
13	Montaria				
14	Nogueira	----	----	----	----
15	Portela Susã				
16	S.M. Maior				
17	Serreleis-1				
18	Serreleis-2				
19	Vila Mou				
TOTAL		2	9	6	1

Tabela 13 - Materiais das guardas/corrimãos dos coretos do concelho de Viana do Castelo

MATERIAIS DA GUARDA/CORRIMÃOS

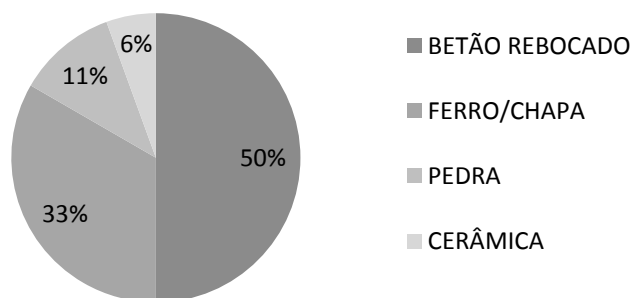


Figura 68 - Gráfico resumo com indicação dos resultados dos materiais usados nas guardas/corrimãos dos coretos

Os resultados da análise da Fig.68 indicam que na grande maioria dos coretos do concelho de Viana do Castelo, na construção das guardas/corrimãos é usado com mais frequência o betão rebocado, com 50% de todos os coretos analisados, de seguida as construções em ferro/chapa com 33%, apenas com 6% a cerâmica, referente ao coreto 15 (Portela de Susã).



Figura 69 – (Coreto 15 Portela de Susã) com guarda em cerâmica

3.4.5 – MATERIAIS DAS ESCADAS

Os materiais usados na construção das escadas são: pedra e betão rebocado.



Figura 70 - Escadas em pedra (coreto 1-Afife)



Figura 71 - Escadas em betão (coreto 11-G.L. Santa Maria 2)

CORETO		MATERIAIS	
		ESCADAS	
		PEDRA	BETÃO
1	Afife		
2	Amonde		
3	Cardielos		
4	Cardielos/S. Silvestre-1		
5	Cardielos/S. Silvestre-2		
6	C. Neiva-1		
7	C. Neiva-2		
8	G.L. Santa Leocádia-1		
9	G.L. Santa Leocádia-2		
10	G.L. Santa Maria-1		
11	G.L. Santa Maria-2		
12	Monserate		
13	Montaria		
14	Nogueira		
15	Portela Susã	----	----
16	S.M. Maior		
17	Serreleis-1		
18	Serreleis-2		
19	Vila Mou		
TOTAL		13	5

Tabela 14 - Materiais das escadas dos coretos do concelho de Viana do Castelo

MATERIAIS DAS ESCADAS

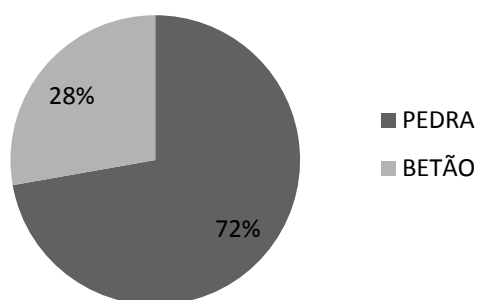
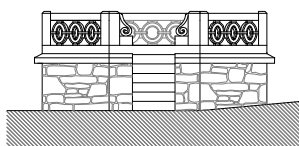
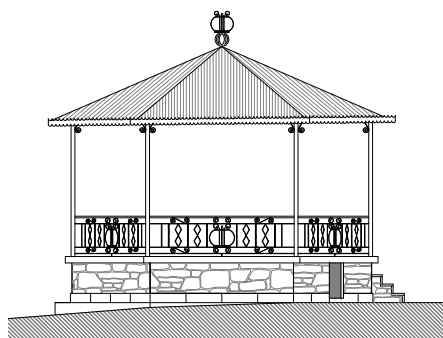


Figura 72 - Gráfico resumo com indicação dos resultados dos materiais usados nas escadas dos coretos

Os resultados da análise da Fig.72 indicam que na grande maioria dos coretos do concelho de Viana do Castelo, a construção das escadas é em pedra, com 72% de todos os coretos analisados.



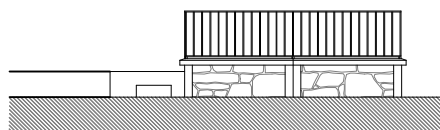
CORETO - 1 (AFIFE)



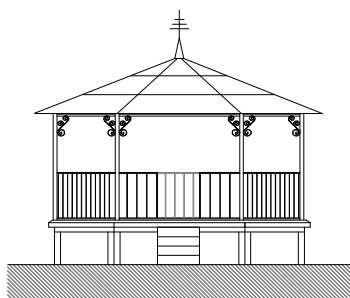
CORETO - 2 (AMONDE)



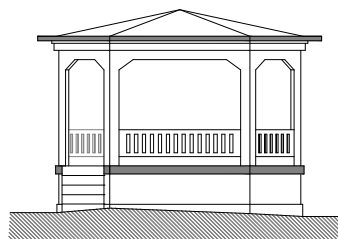
CORETO - 3 (CARDIELOS)



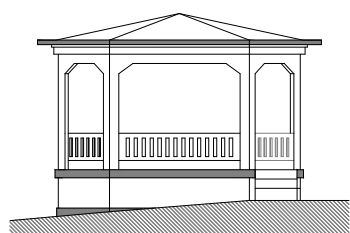
CORETO - 4 (CARDIELOS SÃO SILVESTRE)



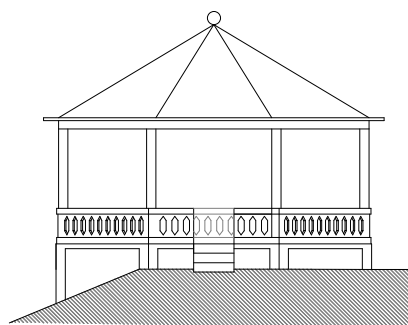
CORETO - 5 (CARDIELOS SÃO SILVESTRE)



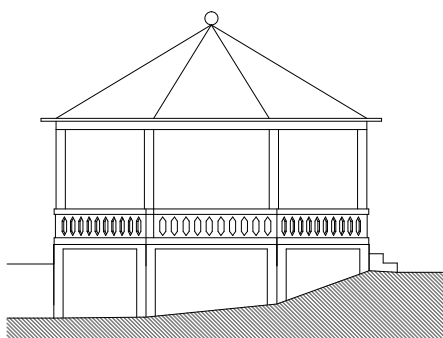
CORETO - 6 (CASTELO DE NEIVA)



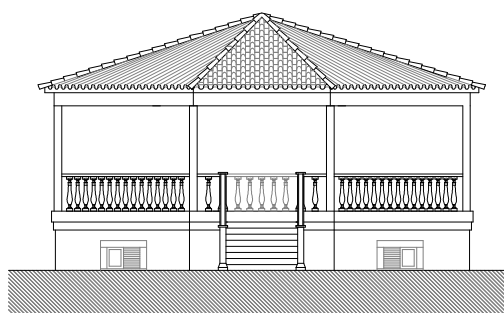
CORETO - 7 (CASTELO DE NEIVA)



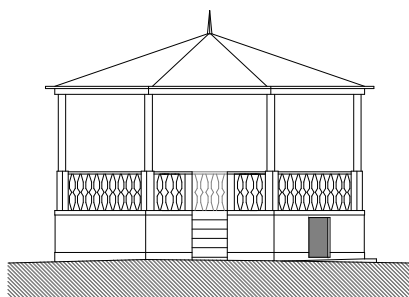
CORETO - 8 (GERAZ DO LIMA SANTA LEOCÁDIA)



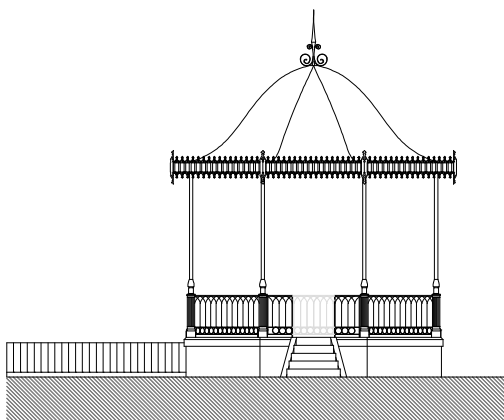
CORETO - 9 (GERAZ DO LIMA SANTA LEOCÁDIA)



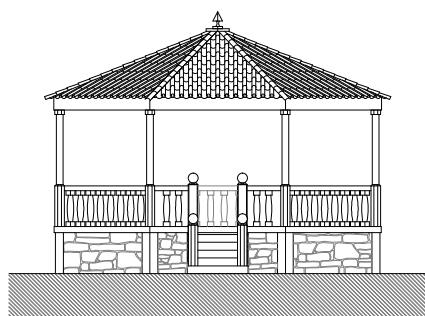
CORETO - 10 (GERAZ DO LIMA SANTA MARIA)



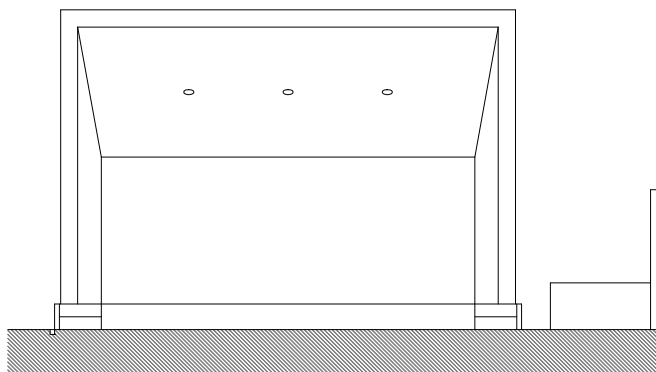
CORETO - 11 (GERAZ DO LIMA SANTA MARIA)



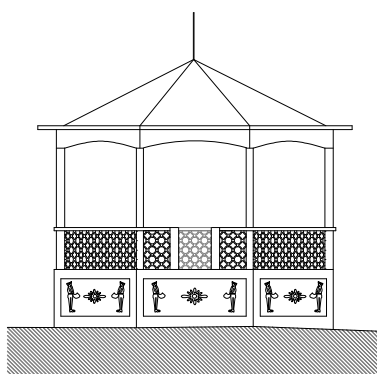
CORETO - 12 (MONSERRATE)



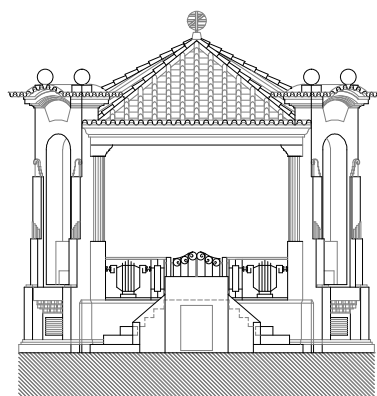
CORETO - 13 (MONTARIA)



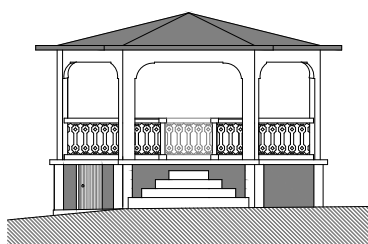
CONCHA ACÚSTICA - 14 (NOGUEIRA)



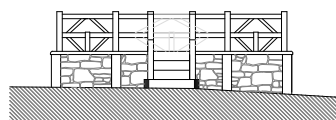
CORETO - 15 (PORTELA SUSÃ)



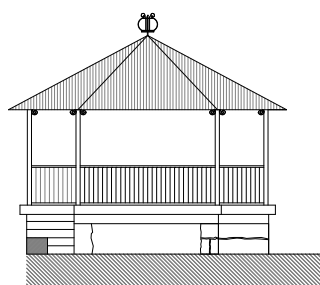
CORETO - 16 (SANTA MARIA MAIOR)



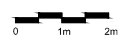
CORETO - 17 (SERRELEIS)

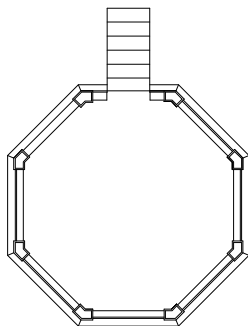


CORETO - 18 (SERRELEIS)

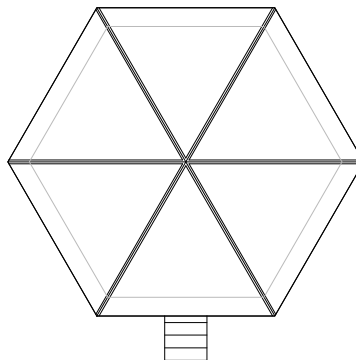


CORETO - 19 (VILA MOU)

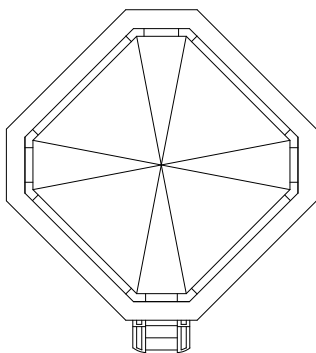




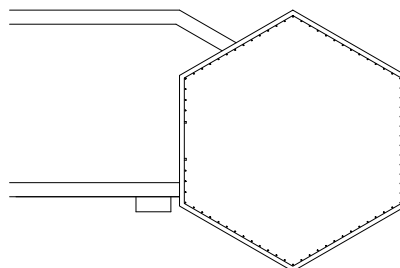
CORETO - 1 (AFIFE)



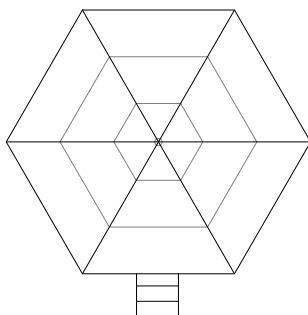
CORETO - 2 (AMONDE)



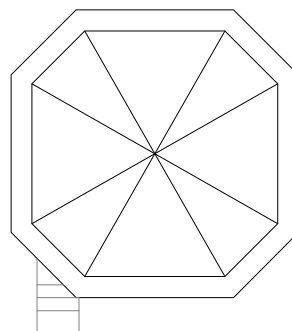
CORETO - 3 (CARDIELOS)



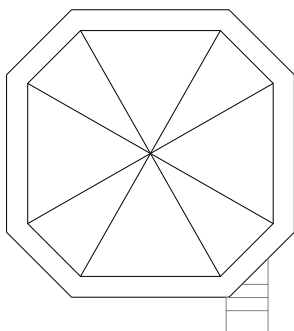
CORETO - 4 (CARDIELOS SÃO SILVESTRE)



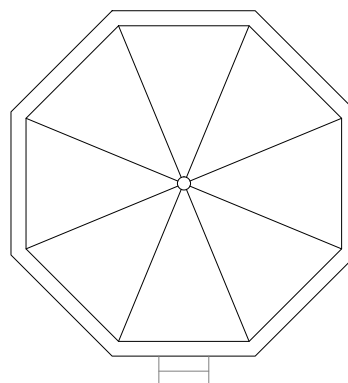
CORETO - 5 (CARDIELOS SÃO SILVESTRE)



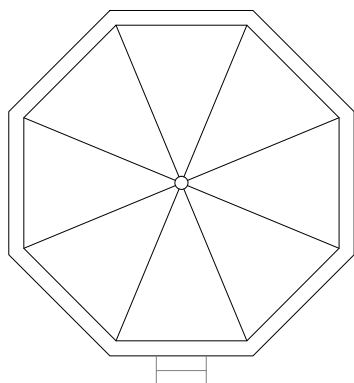
CORETO - 6 (CASTELO DE NEIVA)



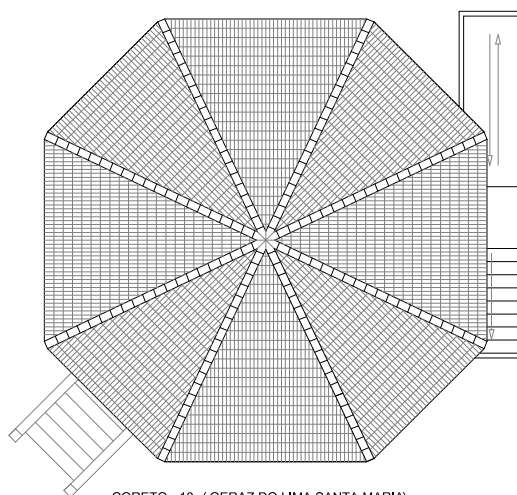
CORETO - 7 (CASTELO DE NEIVA)



CORETO - 8 (GERAZ DO LIMA SANTA LEOCÁDIA)

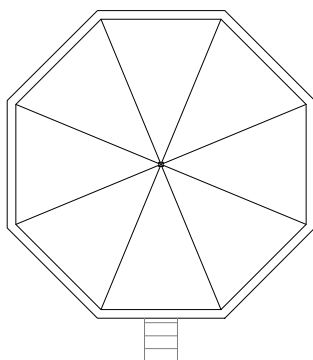


CORETO - 9 (GERAZ DO LIMA SANTA LEOCÁDIA)

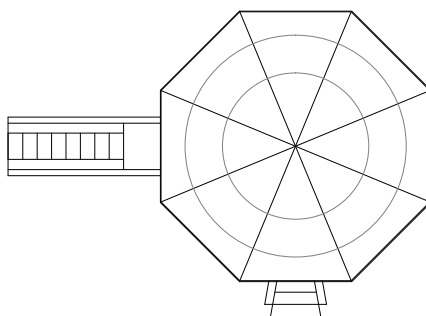


CORETO - 10 (GERAZ DO LIMA SANTA MARIA)

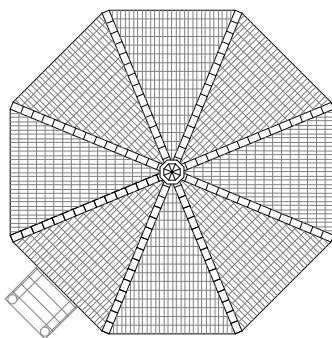
CORETOS DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO



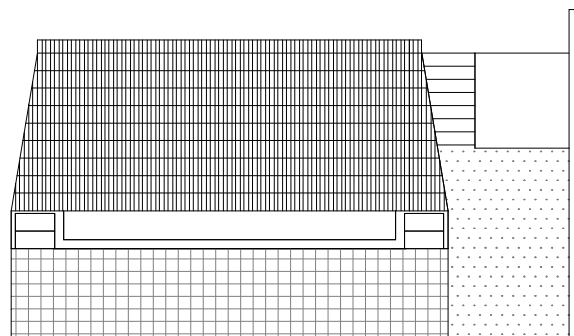
CORETO - 11 (GERAZ DO LIMA SANTA MARIA)



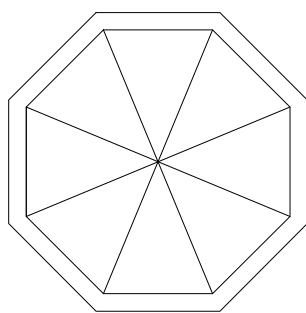
CORETO - 12 (MONSERRATE)



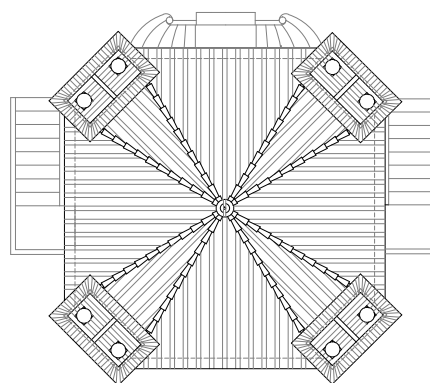
CORETO - 13 (MONTARIA)



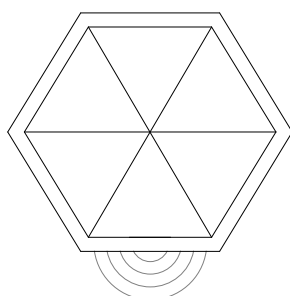
CONCHA ACÚSTICA - 14 (NOGUEIRA)



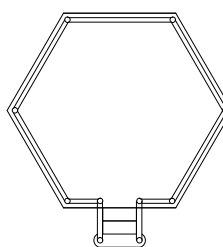
CORETO - 15 (PORTELA SUSÃ)



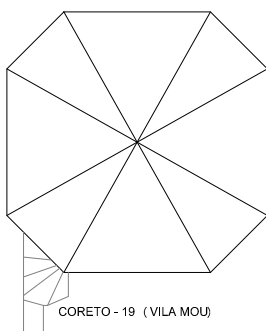
CORETO - 16 (SANTA MARIA MAIOR)



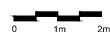
CORETO - 17 (SERRELEIS)



CORETO - 18 (SERRELEIS)



CORETO - 19 (VILA MOU)



4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 – CONCLUSÃO

No capítulo conclusivo que se segue, pretende-se não só dar a conhecer o interesse de todo o trabalho realizado, como as dificuldades/fragilidades inerentes ao tema escolhido – Coretos do Concelho de Viana do Castelo. Neste sentido, pretendia-se, inicialmente, contribuir com um estudo alargado acerca dos coretos do distrito de Viana do Castelo. Após a realização de vários contatos com as entidades responsáveis: câmara, arquivos municipais e juntas de freguesias, constatou-se que existiam setenta coretos, (20 em Arcos de Valdevez, 8 em Caminha, 2 em Melgaço, 3 em Monção, 8 em Paredes de Coura, 1 em Ponte da Barca, 4 em Ponte de Lima, 3 em Valença, 19 em Viana do Castelo e 2 em Vila Nova de Cerveira) identificados junto dos contatos realizados. Neste sentido, este número poderia aumentar significativamente dada a falta de resposta de grande parte das juntas de freguesias do distrito. Desta forma e não perdendo de vista os objetivos do estudo, entendeu-se reduzir a área de estudo do distrito para o concelho de Viana do Castelo.

Por todo o território português existem centenas de coretos espalhados, estes estão associados a um passado cultural, tendo servido de palco para as bandas filarmónicas atuarem, sendo um ponto de referência para a população das freguesias e das aldeias.

Os coretos tiveram a sua origem em Inglaterra a partir de meados do século XVIII, onde tentaram imitar os pavilhões de meditação orientais. No final do século XVIII, os franceses também imitam os coretos Ingleses. Na maioria dos países da Europa, os coretos surgem após os ideais da revolução Francesa entre 1789-1799, importado o modelo de França.

Estas estruturas de influências orientais passaram por várias fases de evolução estrutural e funcional, tendo influenciado o formato do coreto atualmente conhecido. Os coretos ainda existentes são testemunhos de uma época de apogeu na utilização deste género de palcos musicais no espaço público. Através da análise realizada conclui-se que o formato do coreto teve a sua evolução a partir dos finais do século XVIII e ao longo do século XIX. Contudo é nos finais do século XIX e princípios do século XX, que os coretos representam o período de topo na sua utilização e na sua construção. Este facto deve-se ao aparecimento das bandas filarmónicas que impuseram a sua presença no espaço público e ao desenvolvimento da produção industrial que permitiu que os coretos e outros equipamentos urbanos fossem produzidos industrialmente e vendidos por catálogo. A uniformidade e padronização arquitetónica dos coretos, oferecidas pelas empresas de construções metálicas, (coretos armados), nem sempre satisfaziam os municípios que tinham necessidade de afirmar a sua diferença e originalidade num projeto inédito de um coreto fixo, resistente e durável, com a utilização de técnicas e materiais mais sólidos, com o intuito de aumentarem a diversidade de atividades de lazer no espaço público.

Em Portugal as únicas referências sobre os primórdios dos coretos fixos são em Lisboa, a partir de meados de Oitocentos. Os coretos fixos de construção permanente são, normalmente, integrados nos planos urbanísticos dos locais, adaptando o equipamento a todo o meio envolvente, segundo as

necessidades do próprio espaço, implantado na sua maioria nos adros das igrejas ou capelas. Apenas dois coretos, integrados no centro da cidade de Viana do Castelo, coreto de Sta. Maria Maior e de Monserrate encontram-se implantadas em jardins públicos e são estes dois coretos os únicos do concelho de Viana do Castelo que estão classificados como património. Todos os coretos têm na sua envolvente espaços amplos e cuidados, destinados a receber o público para assistirem ao concerto.

Nos coretos existentes no concelho de Viana do Castelo, não houve preocupações com a acústica, de acordo com vários autores, a face interna da cobertura dos coretos deveria ser convexa para melhor reflectir o som. Nos espaços ao ar livre, a distância da fonte aos ouvintes mais afastados e a consequente perda de intensidade, são os principais problemas que se devem ter em conta. A única opção para reforçar o som direto é dotar o palco com concha acústica ou refletores. No caso das conchas acústicas o som é dirigido e concentrado sobre a plateia devido à forma côncava, como se pode verificar na concha acústica, na freguesia de Nogueira, onde foi aproveitado o declive natural do terreno, integrado num anfiteatro.

Da análise dos conteúdos bibliográficos pode-se concluir que a origem e a evolução dos coretos, bem como a implantação dos mesmos nos espaços públicos mantem uma relação estreita com as festas e romarias de cada freguesia. Os coretos são usados, principalmente, em dias de festas, nomeadamente para receber as bandas filarmónicas.

Assim, no capítulo «Festas e Romarias», revendo a abordagem de vários autores, foi possível verificar a existência de uma panóplia de tipologias e categorias de festas já definidas. O número de tipologias para caracterizar diferentes tipos de festas é muito vasto (peregrinações, romarias, festas de igreja, festas mistas, festas de percurso, festas de lugar, celebrações, festas de cunho religioso, festas públicas de iniciativa real, festas populares, festas oficiais, festas urbanas e festas revivalistas).

As festas e romarias são um exemplo de cultura popular, tradicional e de memória social de todas as freguesias do concelho de Viana do Castelo, fazendo parte das tradições, memórias e da identidade do povo.

No concelho de Viana do Castelo predominam as festas mistas, onde o religioso arrasta o profano e quase o absorve. Podem durar vários dias, decalcando alguns elementos das romarias e contando quase sempre com noitada e arraial. A sua organização é geralmente uma grande empresa económica contando com o bairrismo das populações, o empenho das comissões de festa e a comparticipação das autarquias e outros agentes económicos. É nas festas que se promovem a utilização dos coretos.

As apresentações musicais das bandas filarmónicas nos coretos são um exemplo das atividades de lazer existentes no espaço público, deixando de ser um privilegio para as classes mais favorecidas,

constituindo assim um dos meios de desenvolvimento do conhecimento de musica erudita, acessível a todas as classes sociais. Os coretos eram e são, uma das principais atrações nos dias de festa, sendo que a musica no coreto foi uma importante forma de instruir as classes inferiores. As sociedades musicais seguiam o modelo de disciplina das bandas militares e do uso de uniforme, o que contribuiu a divulgação dos valores e ideais da banda, sobretudo nos concertos. Sendo que as exibições ao ar livre eram as atividades que mais se enquadravam na mentalidade das bandas. As bandas filarmónicas adquirem um destacado estatuto em termos locais, proporcionando às comunidades novas dinâmicas sócio-culturais, ocupando o seu papel na preservação, divulgação e formação musical.

Como se viu no que se refere às festas, os espaços públicos são dinamizadores dos diferentes contatos sociais, a qualidade e multifuncionalidade do espaço público influencia a qualidade das atividades de lazer, para as quais se devem oferecer oportunidades, através da promoção de eventos sociais, culturais e recreativos.

A presente investigação também pretende pesquisar e analisar as singularidades de um património cultural, que são os coretos fixos existentes no concelho de Viana do Castelo. Só assim se poderão definir estratégias de valorização para salvaguardar este património. Assim, esta constitui uma síntese geral dos resultados obtidos que permite dar resposta aos objetivos propostos, tendo em conta a metodologia e o processo utilizado no seu desenvolvimento.

Como forma de resposta ao objetivo 1 - **Inventariar e classificar os coretos do concelho de Viana do Castelo** procedeu-se à inventariação da totalidade dos coretos existentes. A inventariação é uma forma de valorização dos bens culturais de um país, região ou qualquer outra entidade, que consiste no levantamento (tendencialmente exaustivo), identificação, sistematização e registo atualizado desses mesmos bens. A sua abrangência cobre não apenas os bens de carácter público (ou seja aqueles cuja propriedade pertence ao Estado ou a entidades coletivas de carácter público), como também os bens privados, propriedade de entidades singulares ou coletivas.

No caso de Viana do Castelo esta inventariação permitiu concluir que atualmente existem dezanove coretos fixos distribuídos por treze freguesias do concelho.

A informação contida nas fichas de levantamento elaboradas poderão contribuir para ações de conservação e conseqüente diminuição do seu abandono, além de que também assegurará a preservação da memória histórica. Tiveram também um importante papel na dissertação, para além da função de apoio à recolha estruturada de informação do trabalho de campo, após preenchimento, dá resposta ao primeiro objetivo definido. Quando correlacionado com os capítulos anteriores definidos na fase inicial, serve de base de dados para uma análise mais aprofundada, permitindo dar resposta aos restantes objetivos.

Em Portugal existem setenta e dois coretos classificados, segundo o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) dos quais cinco se podem encontrar no distrito de Viana do Castelo: dois no concelho de Viana do Castelo, um no concelho de Ponte de Lima, um no concelho de Valença e um no concelho de Caminha. Os coretos classificados no concelho de Viana do Castelo são o coreto do jardim D. Fernando (Nº 12 Monserrate) e o coreto da Beira-Rio (Nº 16 Santa Maria Maior), ambos implantados nos principais jardins públicos da cidade, propriedade municipal, como se infere das fichas de inventário.

O coreto Nº 12 - (Monserrate), este foi construído inicialmente no jardim beira-rio no séc. XIX, no séc. XX, foi trasladado para o monte de Santa Luzia e, posteriormente, para o jardim de D. Fernando.

Trata-se de um coreto representativo da arquitetura do ferro, característica do final do séc. XIX, com planta octogonal e cobertura em cúpula de latão suportada por colunas em ferro fundido, com utilização de elementos decorativos em ferro forjado.

O coreto Nº 16 - (Santa Maria Maior), ou coreto da Beira-Rio, coreto emblemático com características únicas, mais elaborado e ornamentado do que a maior parte dos coretos estudados, mesmo dos coretos classificados a nível nacional. Trata-se de um coreto representativo do estilo Arte-Deco, com base de planta octogonal, escada dupla, de granito, adossados à fachada principal, gradeamentos em ferro forjado, com arestas definidas em ventanas, sobrelevadas, em arco pleno, com cobertura em telhado de quatro águas, rematada por acrotério ornado com esfera armilar e catavento zoomórfico.

Como forma de resposta ao objetivo 2 - **Identificar as características construtivas fundamentais dos coretos de Viana do Castelo**, procedeu-se à descrição e comparação dos indicadores analíticos estabelecidos segundo o Estado da Arte efetuado no capítulo dois.

Uma vez mais, se destacam os dois coretos classificados no concelho, já que as suas características, em muito, se diferenciam dos restantes.

Sendo que as características que diferenciam os coretos classificados do concelho de Viana do Castelo dos coretos não classificados do concelho são:

- O cuidado na implantação, em locais de grande movimento de peões, jardins emblemáticos.
- O tratamento estético ou de embelezamento, preocupação com pormenores, pensados e projectados supostamente por arquitetos e/ou projetistas de formação mais erudita.
- O fato de serem propriedade administrada pelo município, justificando outro tipo de manutenção e arranjos na sua envolvente que os coretos propriedade das juntas de freguesias ou de associações como as comissões de festas não possuem.
- Fazem parte dos planos urbanísticos da cidade, são elementos de referência urbana.
- O facto de serem propriedade municipal faz com que seja um fator positivo para a sua classificação.

Os restantes dezassete coretos que não são classificados apresentam características simples, uma construção mais contida com materiais menos nobres, sem preocupações com pormenores estéticos e muitos deles a precisarem de manutenção, aparentemente pensados e construídos por “pedreiros” locais. Relevante é o fato de todos estes coretos estarem implantados em adros de igrejas ou capelas, com uma envolvente menos definida e qualificada, ao nível dos arranjos exteriores.

1 - Base - constituída por diferentes tipologias (octogonal, octogonal de lados irregulares, hexagonal e rectangular), nos coretos estudados a tipologia que domina é a de planta octogonal. Quanto aos materiais usados nas bases pedra e betão rebocado este último predomina nos coretos estudados.

2 - Coberturas - existem diferentes tipologias (cobertura octogonal, octogonal de lados irregulares, hexagonais, uma água, quatro águas e sem cobertura), nos coretos estudados o tipo de cobertura dominante é a octogonal. Os materiais usados na construção das coberturas são (betão rebocado, ferro/chapa e telha), em que o betão rebocado é o material mais frequente.

3 - Pilares/Colunas - colocadas nos cantos da base são interligados pelo corrimão/guarda que limita o palco, podendo ser em pedra, betão ou ferro. O material mais usado é o betão.

4 - Guarda/Corrimão - guarda - corpos, gradeamento de proteção colocadas nas faces laterais da base, os materiais usados nas construções das guardas/corrimãos dos coretos são: pedra; betão rebocado; ferro e cerâmica. O material mais usado é o betão rebocado.

5 - Escadas - nos coretos estudados as escadas de acesso ao palco variam o número de degraus em função da altura do palco e da inclinação do terreno, entre, o mínimo de dois degraus e o máximo de seis degraus, os materiais usados na construção das escadas são: pedra e betão rebocado. O material mais usado é a pedra.

6 - Área de palco - varia de coreto para coreto, em que o coreto com menor área é o de Serreleis 2 com uma área de 14,25m², o coreto com maior área é o de Geraz do Lima Santa Maria 1 com uma área de 54,84m².

A área reduzida do palco, na maioria dos coretos do concelho de Viana do Castelo, foi um fator determinante para o abandono dos coretos em dias de festa. O palco era insuficiente para albergar as bandas filarmónicas com todos os seus elementos e instrumentos. Contudo algumas freguesias construíram dois coretos, não só com o objetivo de aumentar a área de palco, mas também para as bandas atuarem de forma desafiante.

Atualmente e quando o coreto não oferece condições de espaço adequadas à banda, as freguesias montam palcos desmontáveis, adaptados aos espaços e às necessidades dos “concertos”, substituindo-se assim, a função dos coretos tradicionais.

Dos coretos não classificados estudados podemos considerar quatro casos que se destacam dos restantes, devido ao seu estado de conservação e ao local de implantação.

O Coreto Nº1 (Afife) - implantado no adro de uma pequena capela no monte de Santo António, com uma exposição privilegiada que acaba por ser um miradouro com vistas para a freguesia.

Planta octogonal, de lados iguais, constituído pela base em alvenaria de seis panos, sem cobertura, patamar percorrido com guarda em granito. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Norte, por escadaria em cantaria de granito. O mesmo encontra-se em bom estado de conservação.

O Coreto N°3 (Cardielos) - implantado no adro da igreja Paroquial de Cardielos em praça calcetada, ladeado de oliveiras.

Planta octogonal, de lados irregulares, constituído pela base em alvenaria rebocada de oito panos delimitados por cantarias a nível dos cunhais e do embasamento, cobertura octogonal em betão rebocado de oito águas com beirado saliente, assenta em colunas de betão rebocado, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Norte, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sudoeste inscrição do ano 1957. O mesmo encontra-se em bom estado de conservação.

Os Coretos N°8 e 9 (Geraz do Lima Santa Leocádia) - implantados no adro da capela Senhora da Guia no monte da Senhora da Guia, em declive do monte acabando também por ser um miradouro com vistas para a freguesia.

Par de coretos com tipologias iguais, planta octogonal, de lados iguais, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão de oito águas assenta em pilares de betão colocados nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Su-sudoeste inscrição do ano 1998-1999.

Os dois coretos estão juntos de modo a aumentar a área de palco e para que as bandas possam fazer o típico despique entre elas. Encontram-se em bom estado de conservação.

Estes quatro coretos têm características que se diferenciam dos outros coretos estudados aproximando-se dos dois coretos classificados, devido ao seu bom estado de conservação aos pormenores construtivos e estéticos e ao seu local de implantação.

Em algumas freguesias do concelho de Viana do Castelo os coretos foram demolidos devido à falta de uso ou por não se enquadrar com a envolvente, como referiu um elemento da junta da União de Freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã numa conversa telefónica o mesmo mencionou que o coreto de Portela Susã “não passava deste ano devido à falta de uso e por ser um “mamarracho” que ali está”.

Assim se deduz que a principal ameaça à conservação destes equipamentos não é arquitetónica, uma vez que a grande maioria dos coretos estudados se encontra em bom estado de conservação. A principal ameaça encontra-se na desvalorização deste património por parte das comunidades locais.

Os coretos caíram em desuso, mas sendo um património cultural que deve ser protegido e, sempre que possível, promovida a sua reintegração nos usos culturais. Uma das principais características associada aos coretos é o seu **valor utilitário**, já que as construções sem um uso definido estão destinadas ao abandono, por este motivo a reutilização é a forma mais adequada para a sua preservação e **valor rememorativo**, que nos conduz a recordações passadas vividas nos coretos, pois a sua identidade está ligada a um uso.

Por este motivo, a conservação deste tipo de equipamento é fundamental, de modo a manter a identidade e a autenticidade destes espaços públicos.

No que diz respeito ao uso dado aos coretos, de modo a evitar o seu abandono, conclui-se que a utilização dos coretos, documentada ao longo da investigação contraria a expectativa inicial, ou seja pode-se estabelecer o propósito original dos coretos (actuação das bandas filarmónicas nos dias de festa), todavia a sua apropriação demonstra claramente a sua flexibilidade de utilização, o mais importante para a sua continuidade ao serviço da comunidade.

Sendo que a sua utilização se encontra mais relacionada com a dinâmica cultural da comunidade local e menos com a sua condição morfológica.

A falta de continuidade da utilização dos coretos deve-se a mudanças culturais e sociais, em que as gerações mais novas, pouco interesse têm neste tipo de reportório musical, seria um estudo de âmbito mais sociológico do que propriamente da área arquitetónica e urbana, não descurando obviamente a sua inter-relação fundamental.

A recuperação dos coretos fixos do concelho de Viana do Castelo deve ter em vista a integração de atividades inovadoras e atrativas, para a devida sustentabilidade do equipamento e da sua envolvente. Os coretos existentes tornaram-se peças que representam parte do património dos lugares, que devem ser protegidas e utilizadas (novos usos) sempre que for possível, através da inovação, reabilitação e reaproveitamento das suas áreas, com o objetivo de contribuir para a preservação da memória de uma época.

Os coretos não devem ser vistos ou considerados como peça de decoração, devem sim continuar a promover os encontros no espaço público, por meio de diferentes tipos de atuações musicais, ou com outros tipos de uso (salas de exposições, leilões, peças de teatro, bares, espaços de vendas, escritórios, ateliers de arte, etc.) de modo a reinventar o passado, perspectivando um futuro diferente, evitando o abandono dos coretos existentes. Ou mesmo como acontece no norte Alentejano, a Rota dos Coretos, organizada e apoiada pela fundação INATEL de Portalegre, que durante os meses de Julho, Agosto e Setembro criam um roteiro em volta de todos os coretos das vilas, onde decorrem concertos das bandas locais, de modo a proporcionar à população espetáculos gratuitos, fazendo-os “ressuscitar”, dando-lhe pelo menos um uso anual.

Como defende o Maestro António Victorino de Almeida, «(...) porque não o aproveitamento do espaço para outras iniciativas de igual interesse publico?», as iniciativas culturais devem, sempre que possível, aliar-se às construções existentes, como forma de motivar os encontros sociais, a própria preservação, a manutenção do património e a utilização do espaço publico. Como se pode atestar nos registos fotográficos que se seguem.



Figura 73 – Coreto 18 Serreleis – Banda Filarmónica a atuar em palco.



Figura 74 – Coreto 9 – Geraz do Lima Stª Leocádia – Banda filarmónica a atuar em palco.



Figura 75 - Coreto 16 – Stª Maria Maior – Noite de Fados.



Figura 76 - Coreto 5 – Cardielos Monte São Silvestre – Ulteira dos Cursistas.

Em suma e mesmo sabendo que o tema está longe de ser esgotado, considera-se esta dissertação como um contributo na documentação e registo do património, que poderá acentuar o valor que os coretos do concelho de Viana do Castelo tiveram e tem. Até à presente data trata-se do único documento exclusivamente dedicado aos coretos deste concelho, colmatando assim a lacuna existente relativa a este tipo de equipamento dos espaços públicos. Este documento tem ainda a ambição de alertar e sensibilizar os munícipes de Viana do Castelo para a importância deste legado e, simultaneamente, contribuir para uma consciencialização do poder local para a necessidade de atuação sobre este património de grande valor cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim, A., & Licarião, C. (2005). Conforto acústico. FEC/UNICAMP. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/65084907/CONFORTO-ACUSTICO>.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em edição: Uma introdução à teoria e métodos. Porto: Edições Porto Editora.

Brandi, C. (2006). Teoria do Restauro. Amadora: Edições ORION.

Cabral, C. M. F. B. (2009). Património Cultural Imaterial: Proposta de uma Metodologia de Inventariação. Dissertação Conducente à Obtenção do Grau de Mestre em Ciências Antropológicas. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Caldeira, N. M. P. (2014). A Formação (Musical) no Movimento Associativo - Um estudo exploratório sobre a Associação Musical da Pocariça; Mestrado em Arte e Educação. Lisboa: Universidade Aberta.

Câmara de Viana do Castelo. (2002). O Sagrado pelas ruas - O figurado das procissões. Viana do Castelo: Publicação Câmara municipal de Viana do Castelo.

Carcajeiro, H. L. P. T. (2011). O Espaço Urbano de Festa. Lisboa. Universidade Lusíada de Lisboa.

Carvalho, D.D. (2006). Os Coretos do distrito de Leiria. Leiria: Editora INATEL.

Carvalho, D. D. (2010). Origem etimológica de CORETO e denominações noutros idiomas. Vila Nova de Gaia. Meloteca. Disponível em: <http://www.meloteca.com/pdfartigos/delmar-domingos-de-carvalho-origem-etimologica-de-coreto.pdf>.

Carvalho, D. D. (2010). OS CORETOS. Vila Nova de Gaia. Meloteca. Disponível em: <http://www.meloteca.com/pdfartigos/delmar-domingos-de-carvalho-os-coretos.pdf>.

Choay, F. (1999). A alegoria do património. Lisboa: Edições 70.

Choay, F. (2011). As Questões do Património - Antologia para um Combate. Lisboa, Edições 70.

Correia, M. (2009). *Conservation intervention in earthen heritage: Assessment and significance of failure, criteria, conservation theory and strategies* (Tese de doutoramento). Oxford Brookes University.

Dias, Geraldo J. A. C. (1987). A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos. Revista da Faculdade de Letras: História, II série, 4, 227-256. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/F?func=findb&find_code=SYS&request=000189181.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. (2002). Tomo 2. António Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Círculo de Leitores.

Feilden, B. (2004). *Conservation of Historic Buildings*. Oxford: Butterworth- Heinemann.

Franco, J. E. D. (2011). *Bandas Filarmónicas Portuguesas, Ancorensis – Cooperativa de ensino*, C.R.L.

Gil, A. (1995). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (4ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.

Gonçalves, J. M. (2004). *Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*. Dissertação submetida à Universidade de Nova de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Geografia na especialidade de Gestão do Território. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

González, V. I. (2008). *Conservación de bienes culturales: Teoría historia, principios e normas*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Lessa, E. (2014). *O jardim, o coreto e a banda de música: diálogos entre cultura e natureza*. Guimarães: Universidade do Minho.

Léssard-Hébert, M., Goyete, G., & Boutin, G. (1994). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lopes, F., & Correia, M.B. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico: Cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Lopes, F., & Correia, M.B. (2014). Património Cultural: Critérios e normas internacionais de proteção. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Lopes, N. J. M. (2011). Centro de Artes e Espectáculo do Mindelo. Universidade da Beira Interior.

Lourosa, H. M. M. (2012). À sombra de um passado: Banda de Música de Santiago de Riba-Ul. Aveiro: Universidade de Aveiro – Departamento de Comunicação e Arte.

Macedo, A. M. Á. (2015). Dissertação Mestrado em Engenharia Civil - Caracterização Acústica de Conchas Acústicas ao ar Livre. Porto: Faculdade de Engenharia FEUP.

Machado, J. P. (1967). Dicionário Etimológico a Língua Portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados. 2ª edição. Lisboa: Editorial Confluência.

Moreira, C. (2006). Estudo de caso das Festas e Romarias nos concelhos do Vale do Sousa. Marketing Integrado de Comunicação e Promoção do Turismo. Castelo de Paiva: Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa.

Nunes, J. S. (2012). O coreto na cidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Design de Equipamento. Lisboa: Faculdade de Belas Artes.

Orbasli, A. (2008). Architectural Conservation. Principles and Practice. Oxford: Blackwell Pub.

Peralta, E. (2000). Património e Identidade: Os Desafios do Turismo Cultural. Antropológicas. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Pereira, P. (1997). Intervenções no Património 1995-2000. Lisboa: IPPAR/Ministério da Cultura.

Pereira, R. P. (2014). A Importância Histórica, Educativa e Cultural das Bandas Filarmónicas em Portugal. Comunicação apresentada no 2º Congresso de Bandas Filarmónicas, Braga, 2014, e no 1º Congresso Bienal Turismo Natureza Algarve, Aljezur.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Relvas, E., & Braga, P. B. (1991). Os Coretos em Lisboa: 1790-1990. Lisboa: Editora Fragmentos, LDA.

- Riegl, A. (1987). *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor.
- Rodrigues, F. A. (1875). *Dicionário Technico e Histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Russo, S. B. (2007). *As bandas filarmónicas enquanto património: um estudo de caso no concelho de Évora*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Sanchis, P. (1983). *Arraial: Festas de um povo - As romarias portuguesas*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Saint-Georges, P. D. (1997). *Pesquisa e crítica das fontes de documentação no domínio económico, social e político. In Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, F. C. A. (2008). *Características físicas e sociais do espaço público: Nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- Silva, A. M. (1890). *Diccionario da Lingua Portuguesa por António de Moraes Silva (natural do Rio de Janeiro)*. 8.^aEdição. Volume 1 A-E. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense de A. A. da Silva Lobo.
- Simões, F. M. (2011). *Acústica Arquitectónica*. Trabalho elaborado no âmbito do convénio ECV033/04 realizado entre ELETROBRAS PROCEL e a UFAL. Rio de Janeiro. Disponível em: http://static.webarcondicionado.com.br/blog/uploads/2011/09/guia_acustica.pdf.
- Teixeira, A. (2010). *Substratos sociais do sagrado festivo: uma aproximação antropológica*. *Comunicação & Cultura*, (10), 57-72. Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/10483>.
- Teixeira, S. C. M. (2012). *Espaços públicos, processos de desenvolvimento urbano e períodos morfológicos da cidade do Porto*. Porto: (FEUP) Faculdade de Engenharia.
- Valima (Associação de municípios do vale do lima). (2000). *Cores, Sabores e Tradições Passeios no Vale do Lima*. Edição Valima-Associação de municípios do vale do lima.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos* (2^a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Yin, R. (2003). *Case Study Research: Design and Methods* (3^aed.). California: Sage Publications

CARTAS / CONVENÇÕES / DECLARAÇÕES / DOCUMENTOS:

Carta de Brasília, Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade - ICOMOS, 1995

Carta de Burra - Para a Conservação dos Sítios com Significado Cultural - ICOMOS, Austrália, 1999

Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído.
Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000

Carta Europeia do Património Arquitectónico - Amsterdão, Outubro de 1975

Convenção de Faro – Conselho da Europa. Quadro do Conselho da Europa relativo ao Valor do Património Cultural para a Sociedade. Faro, 2005.

Carta Internacional sobre o Turismo Cultural – ICOMOS, cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999

Carta para a Preservação do Património do QUEBEC- ICOMOS, Declaração de Deschambault. Adoptada pelo Conselho dos Monumentos e dos Sítios do Québec Comité do ICOMOS do Canadá Francófono, Abril de 1982

Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítio – ICOMOS, Maio 1964

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, 16 de Outubro de 1990
Ratificação da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, assinada em Granada, a 3 de Outubro de 1985

Convenção da Haia - Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado - UNESCO, 1954

Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural - UNESCO - 1972

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial – UNESCO, Paris, 17 de Outubro de 2003

Convenção de Granada - Convenção para a Salvaguardado Património Arquitectónico da Europa - Conselho da Europa, 1985

Declaração de Amsterdam – Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, 21 – 25 de Outubro de 1975, Tradução por António de Borja Araújo, Engenheiro Civil IST, Maio de 2007.

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural – UNESCO, 2001. Adoptada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura na sua 31.ª sessão, a 2 de Novembro de 2001. Versão portuguesa disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_20/IIIPAG3_20_3.htm

IHRU, IGESPAR (2010) Património Arquitectónico - Geral (Kits património, no 1, versão 2.0). Lisboa: IHRU, IGESPAR. Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/EstudosDocumentos/KIT01.pdf.

Lei 107/2001, de 8 de Setembro, Artigos 16º e 18º. PGDL – Procuradoria Geral Distrital de Lisboa, Ministério Público. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis

Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea – UNESCO, Nairobi (Quénia), 26 de Novembro de 1976

ICOMOS-ISC20C, 2011, Documento de Madrid - Critérios para a Conservação do Património Arquitectónico do Século XX

Documento de Nara sobre a Autenticidade, UNESCO, ICCROM e ICOMOS; 1994.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 - Instrumentos tocados pelas filarmónicas. Pág. 39

Créditos: Carvalho, 2009.

Figura 02 - Ilustração de Pavilhão de Jardim. Jaipur, Índia. Pág. 46

Créditos: Nunes, 2012.

Figura 03 - Uma noite de festa e dança no vauxhall. Gravura de Cruickshank (cerca de 1822). Pág. 47

Créditos: Nunes, 2012.

Figura 04 - Catálogo da empresa Guillot-Pelletier, Orleans, em 1900. Pág. 51

Créditos: Nunes, 2012.

Figura 05 - Coreto tosco - Santos Populares, 1963, Largo de São Miguel Lisboa. Pág. 52

Créditos: Relvas & Braga, 1991.

Figura 06 - Coreto Cuidado - Quermesse, 1908, Albergue de crianças abandonadas. Pág. 52

Créditos: Relvas & Braga, 1991.

Figura 07 - Coreto Cuidado - Inauguração da lápide de comemoração do 31 de Janeiro, 1911. Pág. 53

Créditos: Relvas & Braga, 1991.

Figura 08 - Coreto de Aparato – Casamento de D. Carlos I, 1886. Pág. 53

Créditos: Relvas & Braga, 1991.

Figura 09 Coreto de Aparato – Visita de Afonso XIII, 1903, Av. da Liberdade. Pág. 53

Créditos: Relvas & Braga, 1991.

Figura 10 - Coreto de Aparato - Esfera Armilar, Feira franca, 1898. Pág. 54

Créditos: Relvas & Braga, 1991.

Figura 11 - Coreto de Aparato - Pandeireta, Visita de Afonso XIII, 1903. Pág. 54

Créditos: Relvas & Braga, 1991.

Figura 12 - Coreto Tribuna - Discurso de Sidónio Pais, 1918. Pág. 54

Créditos: Relvas & Braga, 1991.

Figura 13 - Coreto Tribuna - Discurso de Bernardo Machado. Pág.55

Créditos: Relvas & Braga, 1991.

Figura 14 - Geometria de cobertura convexa. Pág. 58

Créditos: Amorim & Licarião, 2005.

Figura 15 - Geometria de coretos. Pág. 68

Créditos: Flávio Maia Simões, 2011.

Figura 16 - Dispersão sonora das reflexões em difusão devido à curvatura da superfície. Pág. 59

Créditos: Macedo, 2015.

Figura 17 - Concha Acústica. Pág. 59

Créditos: Simões, 2015.

Figura 18 - Parabolóide das conchas acústicas. Pág. 59

Créditos: Amorim & Licarião, 2005.

Figura 19 / 20 - Hollywood Bowl em 1929 (concha acústica ao ar livre em Hollywood, Los Angeles, Califórnia, EUA). Pág. 60

Créditos: Macedo, 2015.

Figura 21 / 22 - Guggenheim Bandshell, concha acústica ao ar livre de estrutura fixa. Pág. 61

Créditos: Macedo, 2015.

Figura 23 / 24 - Concha acústica de estrutura móvel montada no palco de uma sala de espetáculos (*Fox Cities Performing Arts Center*, Appleton, Wisconsin, EUA); fase de montagem (esq.) e aspecto final (dir.). Pág. 61

Créditos: Macedo, 2015.

Figura 25 / 26 - Duas situações de conchas acústicas móveis (ambas insufláveis e destinadas ao uso no exterior). Pág. 62

Créditos: Macedo, 2015.

Figura 27 - Concha acústica modular ajustável (*Teatro Grande di Brescia*, Itália). Pág. 62

Créditos: Macedo, 2015.

Figura 28 - Canópia ajustável da *Hollywood Bowl*, concha acústica ao ar livre (Hollywood, Los Angeles, Califórnia, EUA). Pág. 63

Créditos: Macedo, 2015.

Figuras 29 / 30 - Concha acústica (Freguesia de Nogueira, concelho de Viana do Castelo). Pág. 63

Créditos: Do autor

Figuras 31 / 32 - Concha acústica (Freguesia de Nogueira, concelho de Viana do Castelo). Pág. 64

Créditos: Do autor

Figura 33 - Enquadramento geográfico do município de Viana do Castelo. Pág. 67

Créditos: IGEO (<http://mapas.igeo.pt/igp/igp.phtml> (adaptado))

Figura 34 - Municípios que integram o distrito de Viana do Castelo - destaque para o de Viana do Castelo.

Pág. 67

Créditos: IGEO (<http://mapas.igeo.pt/igp/igp.phtml> (adaptado))

Figura 35 - Freguesias que integram o concelho de Viana do Castelo. Pág. 68

Créditos: Camara municipal de Viana do Castelo

Figura 36 - Mapa do concelho de Viana do Castelo com indicação das freguesias com coretos. Pág. 70

Créditos: Do autor

Figura 37 - Mapa do concelho de Viana do Castelo com indicação dos coretos nas respectivas freguesias.

Pág. 72

Créditos: Do autor

Figura 38 - Gráfico resumo com indicação dos resultados das tipologias das Plantas dos coretos. Pág. 159

Créditos: Do autor

Figura 39 / 40 - Concha acústica (Freguesia de Nogueira, Viana do Castelo). Pág. 159

Créditos: Do autor

Figura 41 - Gráfico resumo com indicação dos resultados das tipologias das Coberturas dos coretos. Pág. 161

Créditos: Do autor

Figura 42 - Coreto 1 – Afife. Pág. 162

Créditos: Do autor

Figura 43 - Coreto 4 - Cardielos São Silvestre¹. Pág. 162

Créditos: Do autor

Figura 44 - Coreto 18 – Serreleis². Pág. 162

Créditos: Do autor

Figura 45 - Gráfico resumo com indicação dos resultados das orientações dos coretos. Pág. 164

Créditos: Do autor

Figura 46 – Implantação do coreto 13 (Montaria) orientação da entrada (sem escala). Pág. 164

Créditos: Do autor

Figura 47 - Gráfico resumo com indicação dos resultados das áreas dos palcos dos coretos. Pág. 165

Créditos: Do autor

Figura 48 / 49 - Coreto com menor área de palco 14,25m (coreto 18 – Serreleis -2). Pág. 166

Créditos: Do autor

Figura 50 / 51 - Coreto com maior área de palco 54,84m² (coreto 10 – Geraz do Lima Santa Maria-1).
Pág. 166

Créditos: Do autor

Figura 52 - Base em pedra (coreto 1 – Afife). Pág. 167

Créditos: Do autor

Figura 53 - Base em betão rebocado (coreto 17- Serreleis). Pág. 167

Créditos: Do autor

Figura 54 - Gráfico resumo com indicação dos resultados dos materiais usados nas bases dos coretos.
Pág. 168

Créditos: Do autor

Figura 55 - Cobertura em betão rebocado (coreto 8- G.L. Santa Leocádia). Pág. 169

Créditos: Do autor

Figura 56 - Cobertura em ferro/chapa (coreto 12-Monserrate). Pág. 169

Créditos: Do autor

Figura 57 - Cobertura em betão forrado a telha (coreto 10- G.L. Santa Maria). Pág. 169

Créditos: Do autor

Figura 58 - Gráfico resumo com indicação dos resultados dos materiais usados nas coberturas dos coretos. Pág. 170

Créditos: Do autor

Figura 59 – Materiais Colunas/Pilares - Pedra (coreto 13 Montaria). Pág. 171

Créditos: Do autor

Figura 60 - Materiais Colunas/Pilares - Betão (coreto 3 Cardielos). Pág. 171

Créditos: Do autor

Figura 61 - Materiais Colunas/Pilares - Ferro (coreto 12 Monserrate). Pág. 171

Créditos: Do autor

Figura 62 - Gráfico resumo com indicação dos resultados dos materiais usados nos pilares/colunas dos coretos. Pág. 172

Créditos: Do autor

Figura 63 – Único exemplar com colunas em pedra (coreto 13 Montaria). Pág. 173

Créditos: Do autor

Figura 64 – Guarda/corrimão em pedra (coreto 13-Montaria). Pág. 173

Créditos: Do autor

Figura 65 – Guarda/corrimão em betão rebocado (coreto 17-Serreleis). Pág. 173

Créditos: Do autor

Figura 66 – Guarda/corrimão em ferro (coreto 2-Amonde). Pág.174

Créditos: Do autor

Figura 67 – Guarda/corrimão em cerâmica (coreto 15-Portela Susã). Pág. 174

Créditos: Do autor

Figura 68 - Gráfico resumo com indicação dos resultados dos materiais usados nas guardas/corrimãos dos coretos. Pág. 175

Créditos: Do autor

Figura 69 – (Coreto 15 Portela de Susã) com guarda em cerâmica. Pág. 175

Créditos: Do autor

Figura 70 - Escadas em pedra (coreto 1-Afife). Pág. 176

Créditos: Do autor

Figura 71 - Escadas em betão (coreto 11-G.L Santa Maria 2). Pág. 176

Créditos: Do autor

Figura 72 - Gráfico resumo com indicação dos resultados dos materiais usados nas escadas dos coretos. Pág. 177

Créditos: Do autor

Figura 73 – Coreto 18 Serreleis – Banda Filarmónica a atuar em palco. Pág. 192

Créditos: Comissão de festas de Serreleis.

Figura 74 – Coreto 9 – Geraz do Lima Stª Leocádia – Banda filarmónica a atuar em palco. Pág. 192

Créditos: Blog - Amigos da Banda dos Bombeiros Voluntários de Esposende.
<http://amigosbbve.blogspot.pt/>

Figura 75 - Coreto 16 – Stª Maria Maior – Noite de Fados (feira de artesanato). Pág. 193

Créditos: Do autor

Figura 76 - Coreto 5 – Cardielos Monte São Silvestre – Ulteia dos Cursistas. Pág. 193

Créditos: Paróquia de Cardielos. <http://www.paroquiocardielos.com/?p=1353>

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Festas e romarias das freguesias com coretos, do concelho de Viana do Castelo. Pág. 37

Créditos: Do autor

Tabela 02 - Local de implantação dos coretos fixos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 42

Créditos: Do autor

Tabela 03 – Uniões de Freguesias do concelho de Viana do Castelo. Pág. 68

Créditos: Camara Municipal de Viana do Castelo, 2013.

Tabela 04 - Variações demográficas do concelho de Viana do Castelo. Pág. 69

Créditos: I.N.E.

Tabela 05 - Tipologias das plantas dos coretos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 158

Créditos: Do autor

Tabela 06 - Tipologias das Coberturas dos coretos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 160

Créditos: Do autor

Tabela 07- Relação das tipologias das Plantas e das Coberturas dos coretos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 161

Créditos: Do autor

Tabela 08 - Tipologias da Orientação da entrada dos coretos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 163

Créditos: Do autor

Tabela 09 - Área dos palcos dos coretos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 165

Créditos: Do autor

Tabela 10 - Materiais usados na base dos coretos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 168

Créditos: Do autor

Tabela 11 - Materiais usados nas coberturas dos coretos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 170

Créditos: Do autor

Tabela 12 - Materiais dos Pilares/Colunas dos coretos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 172

Créditos: Do autor

Tabela 13 - Materiais das guardas/corrimãos dos coretos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 174

Créditos: Do autor

Tabela 14 - Materiais das escadas dos coretos do concelho de Viana do Castelo. Pág. 176

Créditos: Do autor

ANEXOS

ANEXO – 1 Coreto 12 Monserrate (Jardim D. Fernando)

Ficha e descrição SIPA

- [SIPA »](#)
- [Parceiros SIPA »](#)
- [Recursos »](#)
- [Produtos e Serviços »](#)
- [Revista Monumentos »](#)
- [Notícias](#)
- [Agenda](#)
- [Forte Sacavém »](#)

CORETO DO JARDIM DE D. FERNANDO

IPA.00008911

Portugal, Viana do Castelo, Viana do Castelo, União das freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela

Arquitectura civil pública, do ferro. Coreto representativo da arquitectura do ferro característica do final do séc. 19, com planta octogonal e cobertura em cúpula de latão suportada por colunas em ferro fundido, com utilização de elementos decorativos em ferro forjado.



Número IPA Antigo: PT011609190102

Registo visualizado 162 vezes desde 27 Julho de 2011

0

Registo

Mapa

Alterar Registo

Votar/Comentar

Arquivos e colecções

9 Imagens

Adicionar Imagens

Votos/Comentários (0)

REGISTO

Edifício e estrutura ☒ Estrutura ☐ Cultural e recreativo ☐ Estrutura de lazer ☐ Coreto ☐

DESCRIÇÃO

Planta centralizada, octogonal, regular, de volume simples, constituído pela base e cobertura em cúpula, de perfil ondulado, em latão e também de planta octogonal. Embasamento com c. de 50 cm de altura a partir da superfície, com os ângulos em cantaria de granito e as faces em alvenaria rebocada. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento, acedido por porta de verga recta na face E., precedida por escada. O acesso ao coreto faz-se na face N., por escadaria em cantaria de granito, protegida por gradeamento em ferro forjado que se prolonga em para-rechoz bordando o coreto. A cobertura assenta em colunas de ferro fundido, colocadas nos ângulos, compostas por uma base canelada e fuste tripartido decorado por motivos fitomórficos e relacionando-se com a cobertura através de elementos em voluta; o interior da cobertura apresenta uma estrutura em grelha piramidal, de apoio à cúpula, com decorações em voluta junto às colunas; cúpula encimada por pináculo e corrida por lambrequim em rendilhado de ferro. A iluminação é feita por globo de vidro pendurado no centro da cúpula.

ACESSOS

Pç. General Barbosa, Jd. de D. Fernando. WGS84 (graus decimais) lat.: 41,694303; long.: -8,823146

PROTECÇÃO

Inexistente

ENQUADRAMENTO

Urbano, isolado, em local plano, implantação harmónica. Próximo do vértice O. do Jardim de D. Fernando, no centro de um lajeado de granito rodeado por placas ajardinadas e árvores.

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR

A balaustrada em ferro forjado apresenta um desenho composto por uma barra inferior com círculos a que se sobrepõem arcos quebrados entrelaçados.

UTILIZAÇÃO INICIAL

Cultural e recreativa: coreto

UTILIZAÇÃO ACTUAL

Cultural e recreativa: coreto



[Registo](#) | [Login](#)



PROPRIEDADE

Pública: municipal

AFECTAÇÃO

ÉPOCA CONSTRUÇÃO

Séc. 19

ARQUITECTO / CONSTRUTOR / AUTOR

CRONOLOGIA

Séc. 19, 4º quartel - construção no jardim da beira-rio; séc. 20, década de 20 - trasladação para o monte de Santa Luzia e, posteriormente, para o jardim de D. Fernando.

DADOS TÉCNICOS

Estrutura mista.

MATERIAIS

Cantaria e alvenaria de granito; ferro forjado e fundido; latão.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Francisco Carneiro, Viana Monumental e Artística, Viana do castelo, 1990; CALDAS, João Vieira e GOMES, Paulo Varela, Viana do Castelo, 1990.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA

DGEMN: DSID

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

DGEMN: DSID

DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

DGEMN: DSID

INTERVENÇÃO REALIZADA

C.M.V.C.: década de 90 - requalificação do jardim e restauro do coreto.

OBSERVAÇÕES

No local em que originalmente se situava o coreto, no jardim da beira-rio, foi na década de 30 construído o café Girassol. O gradeamento original da balaustrada do coreto, decorado com folhagens estilizadas, já desapareceu tendo sido substituído pelo actual (Fernandes, 1990: 113).

AUTOR E DATA

Paulo Amaral e Miguel Rodrigues 2000

ACTUALIZAÇÃO



Termos e Condições de Utilização dos Conteúdos SIPA

Coreto do Jardim de D. Fernando

Registo

Edifício e estrutura Estrutura Cultural e recreativo Estrutura de lazer Coreto
Descrição Planta centralizada, octogonal, regular, de volume simples, constituído pela base e

cobertura em cúpula, de perfil ondulado, em latão e também de planta octogonal. Embasamento com c. de 50 cm de altura a partir da superfície, com os ângulos em cantaria de granito e as faces em alvenaria rebocada. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento, acedido por porta de verga recta na face E., precedida por escada. O acesso ao coreto faz-se na face N., por escadaria em cantaria de granito, protegida por gradeamento em ferro forjado que se prolonga em parapeito bordejando o coreto. A cobertura assenta em colunas de ferro fundido, colocadas nos ângulos, compostas por uma base canelada e fuste tripartido decorado por motivos fitomórficos e relacionando-se com a cobertura através de elementos em voluta; o interior da cobertura apresenta uma estrutura em grelha piramidal, de apoio à cúpula, com decorações em voluta junto às colunas; cúpula encimada por pináculo e corrida por lambrequim em rendilhado de ferro. A iluminação é feita por globo de vidro pendurado no centro da cúpula. Acessos Pç. General Barbosa, Jd. de D. Fernando. WGS84 (graus decimais) lat.: 41,694303; long.: - 8,823146 Protecção Inexistente Enquadramento Urbano, isolado, em local plano, implantação harmónica. Próximo do vértice O. do Jardim de D. Fernando, no centro de um lajeado de granito rodeado por placas ajardinadas e árvores. Descrição complementar A balaustrada em ferro forjado apresenta um desenho composto por uma barra inferior com círculos a que se sobrepõem arcos quebrados entrelaçados. Utilização Inicial Cultural e recreativa: coreto Utilização Actual Cultural e recreativa: coreto Propriedade Pública: municipal Afectação Época Construção Séc. 19 Arquitecto / Construtor / Autor Cronologia Séc. 19, 4º quartel - construção no jardim da beira-rio; séc. 20, década de 20 - trasladação para o monte de Santa Luzia e, posteriormente, para o jardim de D. Fernando. Dados Técnicos Estrutura mista. Materiais Cantaria e alvenaria de granito; ferro forjado e fundido; latão. Bibliografia FERNANDES, Francisco Carneiro, Viana Monumental e Artística, Viana do castelo, 1990; CALDAS, João Vieira e GOMES, Paulo Varela, Viana do Castelo, 1990. Documentação Gráfica DGEMN: DSID Documentação Fotográfica DGEMN: DSID Documentação Administrativa DGEMN: DSID Intervenção Realizada C.M.V.C.: década de 90 - requalificação do jardim e restauro do coreto. Observações No local em que originalmente se situava o coreto, no jardim da beira-rio, foi na década de 30 construído o café Girassol. O gradeamento original da balaustrada do coreto, decorado com folhagens estilizadas, já desapareceu tendo sido substituído pelo actual (Fernandes, 1990: 113). Autor e Data Paulo Amaral e Miguel Rodrigues 2000

SIPA

O que é o SIPA

O SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico é um sistema de informação e

documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português e de origem ou matriz portuguesas gerido pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

mais Princípios

O património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, enquanto relevante componente do património cultural de um país, de uma região ou de uma comunidade, é um poderoso fator de distinção e de identificação sociais de indivíduos e de populações, bem como um motor de qualificação e de desenvolvimento de lugares e territórios.

A gestão e o desenvolvimento do SIPA orientam-se pelo princípio segundo o qual a produção e aquisição, a conservação, a divulgação e difusão de informação e documentação autêntica e de qualidade relacionadas com os diversos valores territoriais em presença — designadamente o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico —, são atividades essenciais tendo em vista a identificação, o reconhecimento e a compreensão, assim como a gestão, a salvaguarda e a valorização dos referidos bens culturais.

Objetivos

São objetivos genéricos do SIPA constituir-se como ferramenta de informação de suporte às políticas, às estratégias e às ações de intervenção no ambiente construído, de qualificação e reabilitação urbanas e de salvaguarda e valorização do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico.

Por outro lado, é objetivo específico do SIPA promover a produção e a recolha, o processamento e a conservação, o acesso e a utilização de mais e de melhor informação e documentação autêntica sobre arquitetura e sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico e, por essa via, contribuir para:

- a) a melhoria da qualidade do desempenho científico, técnico e administrativo dos gestores e utilizadores desse património, quer ao nível da definição de políticas e estratégias de atuação, quer ao nível do planeamento, execução, controlo e avaliação de intervenções;
- b) o reforço da transparência dos processos decisórios e a responsabilização pública dos vários agentes;
- c) o aumento da consciência coletiva sobre a qualidade da arquitetura e do ambiente construído e sobre a importância de se proteger o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico;
- d) a promoção da investigação científica e técnica em arquitetura e em campos disciplinares associados;
- e) o encorajamento da utilização da informação e documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico como recurso educativo e fonte de fruição cultural e turística.

Responsabilidade

A responsabilidade pela gestão e desenvolvimento do SIPA, desde 1992 acometida à ex-Direção-

Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), cabe atualmente à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), competência que lhe foi conferida pela publicação, em Diário da República, do Decreto-Lei n.º 102/2015, de 5 de junho.

No contexto da DGPC, a responsabilidade sobre o SIPA está especificamente atribuída à Divisão de Documentação, Comunicação e Informática e à Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, sendo assegurada por uma equipa experiente e multidisciplinar que congrega especialistas de diferentes áreas científicas e técnicas.

Contribui ainda para o desenvolvimento e qualificação dos diversos recursos SIPA um conjunto significativo de entidades singulares e coletivas com as quais são firmadas parcerias, universo em que se incluem entidades produtoras de informação SIG, entidades de Investigação & Desenvolvimento e entidades gestoras de património arquitetónico, urbanístico e paisagístico.

Podem, por fim, contribuir livremente com propostas de conteúdos destinados aos diversos recursos SIPA os indivíduos e as organizações que, sendo detentores, gestores, estudiosos, utilizadores ou fruidores de património arquitetónico, urbanístico ou paisagístico, se interessem pelo seu estudo, salvaguarda e valorização, devendo, para tal, previamente inscrever-se como contribuidores SIPA.

Em suma, a produção e a atualização sistemáticas dos recursos de informação e documentação que integram o SIPA dependem, em grande medida, do esforço e da contribuição empenhada de uma rede de entidades muito diversificadas que têm em comum a consciência de que a preservação e a valorização dos testemunhos materiais que fundamentam a memória nacional, a das diversas regiões, comunidades e indivíduos, deve ser uma responsabilidade partilhada.

Destinatários

São destinatários potenciais do SIPA:

- a) Agentes do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, singulares e coletivos, públicos e privados, designadamente os diversos órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e das autarquias regionais e locais, as empresas, as associações e os profissionais do sector;
- b) Comunidade educativa (estudantes e professores dos diversos graus de ensino);
- c) Comunidade científica;
- d) Público em geral.

Termos e condições de utilização

1. Todos os registos e documentos incluídos nos arquivos, coleções, inventários patrimoniais e outras bases de dados que integram o SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

estão protegidos por direitos de autor ou são propriedade da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), sendo a sua consulta disponibilizada por esta direção-

geral – nos termos da legislação aplicável – na Internet ou unicamente nas suas instalações, através da rede informática interna (Intranet) ou em formato original.

2. Sem prejuízo das exceções permitidas por lei e do disposto no n.º 3, é proibida a reprodução, alteração, distribuição, comercialização ou difusão da totalidade ou de parte dos registos e documentos incluídos no SIPA, salvo autorização prévia por escrito da DGPC.

2.1. A autorização acima referida é efetuada de acordo com os termos e condições estabelecidos no

Regulamento e Tabela de Taxas do IHRU, aprovados pela Portaria 1068/2009, de 18 de Setembro.

2.2. As imagens cedidas pela DGPC só poderão ser utilizadas nos termos e condições incluídos no presente texto e no Documento de Autorização elaborado por esta entidade, a ser assinado por ambas as partes.

3. As versões dos registos e documentos integrantes do SIPA disponibilizadas no sítio www.monumentos.pt podem ser publicamente utilizadas nos termos e condições estabelecidos pela licença pública Creative Commons CC BY-NC-ND-3.0, com exceção dos ficheiros e dos dados espaciais disponibilizados na nossa Infraestrutura de Dados Espaciais, aos quais se aplica a licença Creative Commons CC BY-NC-SA-4.0.

4. O Utilizador dos registos e documentos integrantes do SIPA reconhece a eventualidade de existência de direitos de imagem por parte de pessoas retratadas ou referenciadas nos documentos, bem como direitos de autor, ou outros, eventualmente existentes sobre obras neles reproduzidos, sendo em exclusivo responsável por qualquer litígio que venha a surgir em consequência da utilização que fizer desses documentos.

5. A DGPC não se responsabiliza por quaisquer danos resultantes da utilização não autorizada dos conteúdos do presente acervo.

6. Embora a DGPC tenha envidado todos os esforços nesse sentido, não foi possível estabelecer a autoria da totalidade dos documentos contidos no presente acervo. Agradece-se a quem tiver conhecimento desses elementos o favor de os comunicar, através do endereço sipa@dgpc.pt, ao Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, para que essa informação possa ser atualizada e os créditos atribuídos a quem, de direito, seja o seu titular.

©Direção-Geral do Património Cultural. Todos os direitos reservados.

ANEXO – 2 Coreto 16 Santa Maria Maior (Beira Rio)

Ficha e descrição SIPA

- SIPA »
- Parceiros SIPA »
- Recursos »
- Produtos e Serviços »
- Revista Monumentos »
- Notícias
- Agenda
- Forte Sacavém »

CORETO DA BEIRA RIO

IPA.00010631

Portugal, Viana do Castelo, Viana do Castelo, União das freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela

Arquitectura civil cultural, Art Deco. Coreto com base de planta octogonal, escada dupla, de granito, adossada à fachada principal, gradeamentos em ferro forjado, com arestas definidas em ventanas, sobrelevadas, em arco pleno, com cobertura em telhado de quatro águas, rematada por acrotério ornado com esfera armilar e catavento zoomórfico.



Número IPA Antigo: PT011609310127

Registo visualizado 661 vezes desde 27 Julho de 2011

0

Registo

Mapa

Alterar Registo

Votar/Comentar

Arquivos e colecções

10 Imagens

Adicionar Imagens

Votos/Comentários (0)

REGISTO

Edifício e estrutura Estrutura Cultural e recreativo Estrutura de lazer Coreto

DESCRIÇÃO

Base de planta octogonal, de lados desiguais, assente em soleira de betão, com paramentos rebocados e pintados de azul e branco, nos lados menores integrando grelha de arejamento sobrepujada por friso enxaquetado e com porta de vão rectangular nas fachadas E. e O. As arestas, em empena de cornija contracurvada sobrelevada, são decorada com caravela relevada e cobertura em beiral, coroado por esferas, estando definidas em ventanas, em arco pleno, assente em ombreiras avivadas por motivo decorativo em falsos flautados, dispostos em harpa, sobreposto a segmento da base. A fachada principal, voltada a E., articula dupla escadaria, de lanço único, adossada à fachada, de seis degraus e guarda cimentada, e possui frente às ventanas dois candeeiros de campânula apoiados num suporte curvo. Sobre o plinto da base corre gradeamento em ferro forjado com corrimão de madeira, onde se insere a entrada, cerrada por portão de ferro forjado. Cobertura, em telhado de quatro águas, rematada no vértice por acrotério ornado com esfera armilar e catavento zoomórfico. Pavimento cimentado e tecto oitavado, em ripado de madeira e estuque.

ACESSOS

Jd. da Beira Rio; Gauss: M-142.500, P-525.200; Fl. 40

PROTECÇÃO

ENQUADRAMENTO

Urbano, integração harmónica na periferia do Jardim da Beira Rio, de planta rectangular, alongada, definido por passeios calçadados com cubos graníticos, ladeando um dos arruamentos principais de Viana do Castelo, defronte da marina da foz do Lima. O coreto bordeja a alameda central do Jardim, em saibro compactado, enquadrada por tílias de grande porte e envolto por canteiros relvados e pontuados por tufo de flores.

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR

UTILIZAÇÃO INICIAL

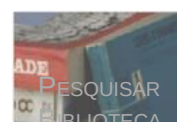
Cultural e recreativa: coreto

UTILIZAÇÃO ACTUAL

Cultural e recreativa: marco histórico-cultural

PROPRIEDADE

Registo|Login



Pública: Municipal.....

AFFECTAÇÃO

Sem afectação

ÉPOCA CONSTRUÇÃO

Séc. 20

ARQUITECTO / CONSTRUTOR / AUTOR

Desconhecido.

CRONOLOGIA

Séc. 20, 1º terço - ajardinamento do Jardim Público à beira-rio, que foi prolongado e arborizado até à ponte metálica a partir de 1912; 1930, início da década - construção do coreto; séc. 20, 2ª metade - abertura da Av. Central, integrada no Plano de Melhoramentos Municipal.

DADOS TÉCNICOS

Estrutura autoportante.

MATERIAIS

Estrutura em betão; gradeamento em ferro forjado; escadas de granito; cobertura exterior em telha e interior em madeira e estuque; pavimento cimentado; portas, candeeiros e acrotério metálicos.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Francisco José Carneiro, Viana Monumental e Artística. Espaço urbano e património de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1990, p. 115.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

DGEMN: DSID

DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

INTERVENÇÃO REALIZADA

OBSERVAÇÕES

AUTOR E DATA

Paulo Amaral 2001

ACTUALIZAÇÃO



Termos e Condições de Utilização dos Conteúdos SIPA

Copyright © 2001-2016 _ Direção-Geral do Património Cultural _ Ministério da Cultura

[Avisos Legais](#)

Coreto da Beira Rio

Registo

Edifício e estrutura Estrutura Cultural e recreativo Estrutura de lazer Coreto Descrição Base de planta octogonal, de lados desiguais, assente em soleira de betão, com paramentos rebocados e pintados de azul e branco, nos lados menores integrando grelha de arejamento sobrepujada por friso enxaquetado e com porta de vão rectangular nas fachadas E. e O. As arestas, em empena de cornija contracurvada sobrelevada, são decorada com caravela relevada e cobertura em beiral, coroado por esferas, estando definidas em ventanas, em arco pleno, assente em ombreiras avivadas por motivo decorativo em falsos flautados, dispostos em harpa, sobreposto a segmento da base. A fachada principal, voltada a E., articula dupla escadaria, de lança único, adossada à fachada, de seis degraus e guarda cimentada, e possui frente às ventanas dois candeeiros de campânula apoiados num suporte curvo. Sobre o plinto da base corre gradeamento em ferro forjado com corrimão de madeira, onde se insere a entrada, cerrada por portão de ferro forjado. Cobertura, em telhado de quatro águas, rematada no vértice por acrotério ornado com esfera armilar e catavento zoomórfico. Pavimento cimentado e tecto oitavado, em ripado de madeira e estuque. Acessos Jd. da Beira Rio; Gauss: M-142.500, P-525.200; Fl. 40 Protecção Enquadramento Urbano, integração harmónica na periferia do Jardim da Beira Rio, de planta rectangular, alongada, definido por passeios calcetados com cubos graníticos, ladeando um dos arruamentos principais de Viana do Castelo, defronte da marina da foz do Lima. O coreto bordeja a alameda central do Jardim, em saibro compactado, enquadrada por tílias de grande porte e envolto por canteiros relvados e pontuados por tufo de flores. Descrição Complementar Utilização Inicial Cultural e recreativa: coreto Utilização Actual Cultural e recreativa: marco histórico-cultural Propriedade Pública: Municipal Afectação Sem afectação Época Construção Séc. 20 Arquitecto / Construtor / Autor Desconhecido. Cronologia Séc. 20, 1º terço - ajardinamento do Jardim Público à beira-rio, que foi prolongado e arborizado até à ponte metálica a partir de 1912; 1930, início da década - construção do coreto; séc. 20, 2ª metade - abertura da Av. Central, integrada no Plano de Melhoramentos Municipal. Dados Técnicos Estrutura autoportante. Materiais Estrutura em betão; gradeamento em ferro forjado; escadas de granito; cobertura exterior em telha e interior em madeira e estuque; pavimento cimentado; portas, candeeiros e acrotério metálicos. Bibliografia FERNANDES, Francisco José Carneiro, Viana Monumental e Artística. Espaço urbano e património de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1990, p. 115. Documentação Gráfica «Documentação Fotográfica DGEMN: DSID Documentação Administrativa Intervenção Realizada Observações Autor e Data Paulo Amaral 2001

SIPA

O que é o SIPA

O SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico é um sistema de informação e

documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português e de origem ou matriz portuguesas gerido pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

mais Princípios

O património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, enquanto relevante componente do património cultural de um país, de uma região ou de uma comunidade, é um poderoso fator de distinção e de identificação sociais de indivíduos e de populações, bem como um motor de qualificação e de desenvolvimento de lugares e territórios.

A gestão e o desenvolvimento do SIPA orientam-se pelo princípio segundo o qual a produção e aquisição, a conservação, a divulgação e difusão de informação e documentação autêntica e de qualidade relacionadas com os diversos valores territoriais em presença — designadamente o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico —, são atividades essenciais tendo em vista a identificação, o reconhecimento e a compreensão, assim como a gestão, a salvaguarda e a valorização dos referidos bens culturais.

Objetivos

São objetivos genéricos do SIPA constituir-se como ferramenta de informação de suporte às políticas, às estratégias e às ações de intervenção no ambiente construído, de qualificação e reabilitação urbanas e de salvaguarda e valorização do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico.

Por outro lado, é objetivo específico do SIPA promover a produção e a recolha, o processamento e a conservação, o acesso e a utilização de mais e de melhor informação e documentação autêntica sobre arquitetura e sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico e, por essa via, contribuir para:

- a) a melhoria da qualidade do desempenho científico, técnico e administrativo dos gestores e utilizadores desse património, quer ao nível da definição de políticas e estratégias de atuação, quer ao nível do planeamento, execução, controlo e avaliação de intervenções;
- b) o reforço da transparência dos processos decisórios e a responsabilização pública dos vários agentes;
- c) o aumento da consciência coletiva sobre a qualidade da arquitetura e do ambiente construído e sobre a importância de se proteger o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico;
- d) a promoção da investigação científica e técnica em arquitetura e em campos disciplinares associados;
- e) o encorajamento da utilização da informação e documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico como recurso educativo e fonte de fruição cultural e turística.

Responsabilidade

A responsabilidade pela gestão e desenvolvimento do SIPA, desde 1992 acometida à ex-Direção-

Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), cabe atualmente à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), competência que lhe foi conferida pela publicação, em Diário da República, do Decreto-Lei n.º 102/2015, de 5 de junho.

No contexto da DGPC, a responsabilidade sobre o SIPA está especificamente atribuída à Divisão de Documentação, Comunicação e Informática e à Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, sendo assegurada por uma equipa experiente e multidisciplinar que congrega especialistas de diferentes áreas científicas e técnicas.

Contribui ainda para o desenvolvimento e qualificação dos diversos recursos SIPA um conjunto significativo de entidades singulares e coletivas com as quais são firmadas parcerias, universo em que se incluem entidades produtoras de informação SIG, entidades de Investigação & Desenvolvimento e entidades gestoras de património arquitetónico, urbanístico e paisagístico.

Podem, por fim, contribuir livremente com propostas de conteúdos destinados aos diversos recursos SIPAos indivíduos e as organizações que, sendo detentores, gestores, estudiosos, utilizadores ou fruidores de património arquitetónico, urbanístico ou paisagístico, se interessem pelo seu estudo, salvaguarda e valorização, devendo, para tal, previamente inscrever-se como contribuidores SIPA.

Em suma, a produção e a atualização sistemáticas dos recursos de informação e documentação que integram o SIPA dependem, em grande medida, do esforço e da contribuição empenhada de uma rede de entidades muito diversificadas que têm em comum a consciência de que a preservação e a valorização dos testemunhos materiais que fundamentam a memória nacional, a das diversas regiões, comunidades e indivíduos, deve ser uma responsabilidade partilhada.

Destinatários

São destinatários potenciais do SIPA:

- a) Agentes do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, singulares e coletivos, públicos e privados, designadamente os diversos órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e das autarquias regionais e locais, as empresas, as associações e os profissionais do sector;
- b) Comunidade educativa (estudantes e professores dos diversos graus de ensino);
- c) Comunidade científica;
- d) Público em geral.

Termos e condições de utilização

1. Todos os registos e documentos incluídos nos arquivos, coleções, inventários patrimoniais e outras bases de dados que integram o SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

estão protegidos por direitos de autor ou são propriedade da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), sendo a sua consulta disponibilizada por esta direção-geral – nos termos da legislação aplicável – na Internet ou unicamente nas suas instalações, através da rede informática interna (Intranet) ou em formato original.

2. Sem prejuízo das exceções permitidas por lei e do disposto no n.º 3, é proibida a reprodução, alteração, distribuição, comercialização ou difusão da totalidade ou de parte dos registos e documentos incluídos no SIPA, salvo autorização prévia por escrito da DGPC.

2.1. A autorização acima referida é efetuada de acordo com os termos e condições estabelecidos no

Regulamento e Tabela de Taxas do IHRU, aprovados pela Portaria 1068/2009, de 18 de Setembro.

2.2. As imagens cedidas pela DGPC só poderão ser utilizadas nos termos e condições incluídos no presente texto e no Documento de Autorização elaborado por esta entidade, a ser assinado por ambas as partes.

3. As versões dos registos e documentos integrantes do SIPA disponibilizadas no sítio www.monumentos.pt podem ser publicamente utilizadas nos termos e condições estabelecidos pela licença pública Creative Commons CC BY-NC-ND-3.0, com exceção dos ficheiros e dos dados espaciais disponibilizados na nossa Infraestrutura de Dados Espaciais, aos quais se aplica a licença Creative Commons CC BY-NC-SA-4.0.

4. O Utilizador dos registos e documentos integrantes do SIPA reconhece a eventualidade de existência de direitos de imagem por parte de pessoas retratadas ou referenciadas nos documentos, bem como direitos de autor, ou outros, eventualmente existentes sobre obras neles reproduzidos, sendo em exclusivo responsável por qualquer litígio que venha a surgir em consequência da utilização que fizer desses documentos.

5. A DGPC não se responsabiliza por quaisquer danos resultantes da utilização não autorizada dos conteúdos do presente acervo.

6. Embora a DGPC tenha envidado todos os esforços nesse sentido, não foi possível estabelecer a autoria da totalidade dos documentos contidos no presente acervo. Agradece-se a quem tiver conhecimento desses elementos o favor de os comunicar, através do endereço sipa@dgpc.pt, ao Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, para que essa informação possa ser atualizada e os créditos atribuídos a quem, de direito, seja o seu titular.

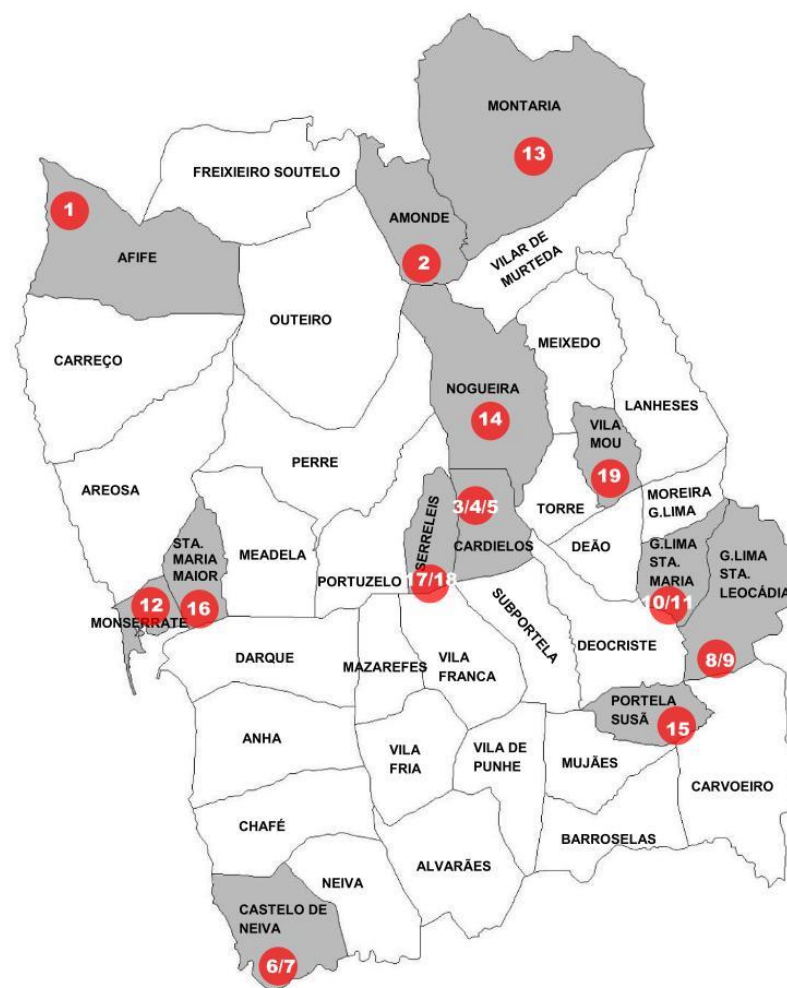
©Direção-Geral do Património Cultural. Todos os direitos reservados.

ANEXO – 3 Ficha síntese dos coretos do concelho de Viana do Castelo

Coretos do concelho de Viana do Castelo

Freguesias com Coretos no concelho de Viana do Castelo:

- 1 - Afife
- 2 - Amonde
- 3/4/5 - Cardielos
- 6/7 – Castelo de Neiva
- 8/9 – Geraz do Lima – Santa Leocádia
- 10/11 – Geraz do Lima Santa Maria
- 12 - Monserrate
- 13 - Montaria
- 14 - Nogueira
- 15 – Portela Susã
- 16 – Santa Maria Maior
- 17/18 - Serreleis
- 19 – Vila Mou



Mapa do concelho de Viana do Castelo

Nº	Coreto	Representação	Ano	Caraterísticas Construtivas							
				Base			Cobertura			Escadas	
				Forma	Materiais	Acesso ao interior da base	Forma	Suporte	Materiais	Forma	Orientação da entrada
1	Afife (Monte S. António)		-	Octogonal	Cantaria	Uma porta de acesso	Sem cobertura	-	-	Escada exterior de 6 degraus	Norte
2	Amonde (Adro Igreja)		1962	Hexagonal	Alvenaria / Cantaria	Uma portinhola de acesso	Hexagonal de 6 águas	6 Pilares	Ferro / Chapa	Escada exterior de 5 degraus	Noroeste
3	Cardielos (Adro Igreja)		1957	Octogonal de lados irregulares	Betão armado	Uma portinhola de acesso	Octogonal de 8 águas	8 Colunas	Betão armado	Escada exterior de 4 degraus	Norte
4	Cardielos (Monte S. Silvestre) Coreto - 1		-	Hexagonal	Cantaria	Sem acesso	Sem cobertura	-	-	Escada exterior de 2 degraus	Sudoeste

Nº	Coreto	Representação	Ano	Caraterísticas Construtivas							
				Base			Cobertura			Escadas	
				Forma	Materiais	Acesso ao interior da base	Forma	Suporte	Materiais	Forma	Orientação da entrada
5	Cardielos (Monte S. Silvestre) Coreto - 2		1953	Hexagonal	Cantaria	Sem acesso	Hexagonal de 6 águas	6 Pilares	Ferro /Chapa	Escada exterior de 4 degraus	Sudeste
6	Castelo de Neiva (Junto á Capela N. Sra. dos Emigrantes) Coreto - 1		-	Octogonal	Betão armado	Uma portinhola de acesso	Octogonal de 8 águas	8 Colunas	Betão armado	Escada exterior de 2 degraus	Sudeste
7	Castelo de Neiva (Junto á Capela N. Sra. dos Emigrantes) Coreto - 2		-	Octogonal	Betão armado	Uma portinhola de acesso	Octogonal de 8 águas	8 Colunas	Betão armado	Escada exterior de 2 degraus	Sudeste
8	Geraz do Lima Santa Leocádia Coreto - 1		1998 1999	Octogonal	Betão armado /Cantaria	Uma portinhola de acesso	Octogonal de 8 águas	8 Pilares	Betão armado	Escada exterior de 2 degraus	Sul

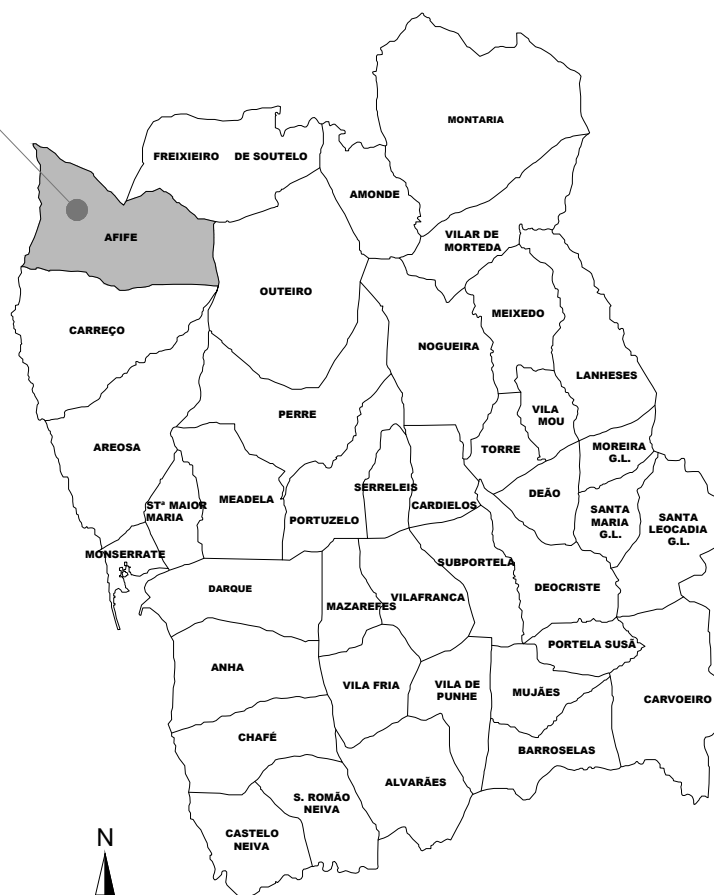
Nº	Coreto	Representação	Ano	Caraterísticas Construtivas							
				Base			Cobertura			Escadas	
				Forma	Materiais	Acesso ao interior da base	Forma	Suporte	Materiais	Forma	Orientação da entrada
9	Geraz do Lima Santa Leocádia Coreto - 2		1998 1999	Octogonal	Betão armado /Cantaria	Uma portinhola de acesso	Octogonal de 8 águas	8 Pilares	Betão armado	Escada exterior de 2 degraus	Sul
10	Geraz do Lima Santa Maria Coreto - 1		-	Octogonal	Betão armado	Uma porta de acesso	Octogonal de 8 águas	8 Pilares	Telha e Betão armado	Escada exterior de 6 degraus	Sudoeste
11	Geraz do Lima Santa Maria Coreto - 2		-	Octogonal	Betão armado	Uma portinhola de acesso	Octogonal de 8 águas	8 Pilares	Betão armado	Escada exterior de 4 degraus	Noroeste
12	Monsserrate (Jardim D. Fernando)		-	Octogonal	Alvenaria /Cantaria	Uma porta de acesso	Cúpula de perfil ondulado	8 Pilares	Ferro /Latão	Escada exterior de 4 degraus	Norte

Nº	Coreto	Representação	Ano	Caraterísticas Construtivas							
				Base			Cobertura			Escadas	
				Forma	Materiais	Acesso ao interior da base	Forma	Suporte	Materiais	Forma	Orientação da entrada
13	Montaria		2000	Octogonal	Alvenaria /Cantaria	Uma portinhola de acesso	Octogonal de 8 águas	8 Pilares	Telha, Betão armado e granito	Escada exterior de 5 degraus	Sudoeste
14	Nogueira (Adro Igreja) (Concha acústica)		1995	Retangular	Betão armado /Cantaria	Sem acesso	Retangular de uma água	3 Muros	Betão armado	Duas escadas exteriores de 3 degraus, nas pontas da base	Oeste
15	Coreto Portela Susã		1980	Octogonal	Betão armado	Sem acesso	Octogonal de 8 águas	8 Pilares	Betão armado	Sem escada fixa (escada amovível de ferro ou madeira)	Sul
16	Santa Maria Maior		Séc. XX	Octogonal de lados irregulares	Betão armado	Uma porta de acesso	Telhado de 4 águas	8 Colunas	Telha e Betão armado	Escada exterior dupla de 5 degraus	Noroeste

Nº	Coreto	Representação	Ano	Caraterísticas Construtivas							
				Base			Cobertura			Escadas	
				Forma	Materiais	Acesso ao interior da base	Forma	Suporte	Materiais	Forma	Orientação da entrada
17	Serreleis (Adro Igreja)		1952	Hexagonal	Betão armado Cantaria	Uma portinhola de acesso	Hexagonal de 6 águas	6 Colunas	Betão armado	Escada exterior de 4 degraus	Sul
18	Serreleis (Adro Capela)		1950	Hexagonal	Alvenaria /Cantaria	Sem acesso	Sem cobertura	-	-	Escada exterior de 3 degraus	Noroeste
19	Vila Mou Adro Igreja		-	Octogonal de lados irregulares	Betão armado /Cantaria	Sem acesso	Octogonal de 8 águas	8 Pilares	Ferro /Chapa	Escada exterior de 5 degraus	Sul

Ficha Nº 1 - AFIFE (Monte de Santo António)

Afife - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 11,08 km² de área e 1632 habitantes, com uma densidade populacional de 147,3 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 1 - AFIFE (Monte de Santo António)

Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, constituído pela base em alvenaria de seis panos, sem cobertura, patamar percorrido com guarda em granito. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Norte, por escadaria em cantaria de granito.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Afife - Monte de Santo António

Coordenadas: lat.: 41,7810; long.: -8,8618

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados iguais.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no alto do monte de Santo António em Afife, junto da capela de Santo António.

Materiais:

Cantaria de granito.

Área de Palco:

16,81m².

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

Não existe

Estado de conservação:

Bom - Conservado



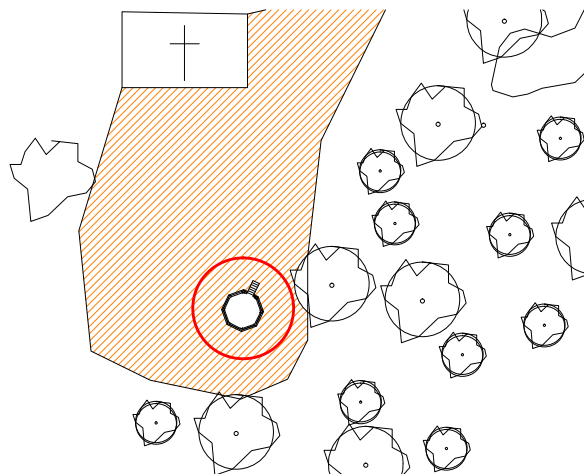
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:

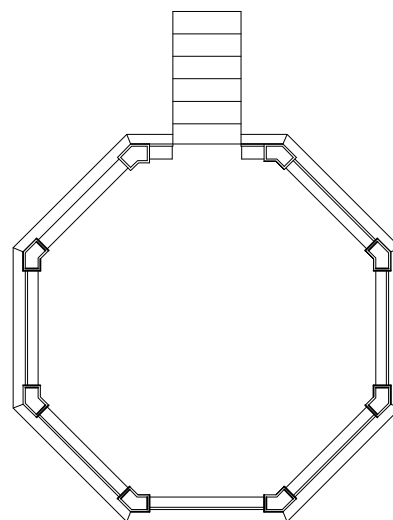


Ficha Nº 1 - AFIFE (Monte de Santo António)

Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, constituído pela base em alvenaria de seis panos, sem cobertura, patamar percorrido com guarda em granito. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Norte, por escadaria em cantaria de granito.

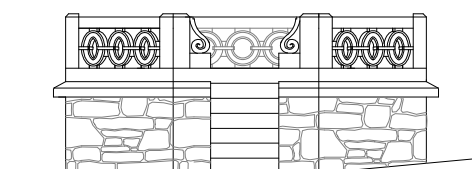
Levantamento:



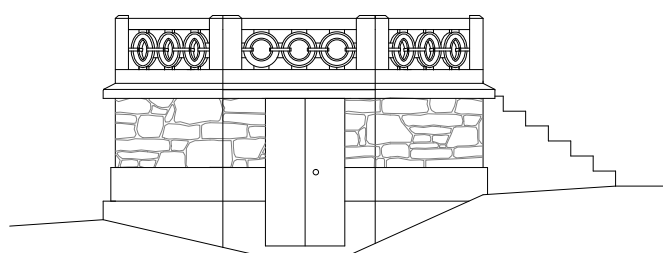
planta 1/100



Fotografias:



alçado norte 1/100



alçado este 1/100

Ficha Nº 2 - AMONDE

Amonde - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 6,04 km² de área e 293 habitantes, com uma densidade populacional de 48,5 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 2 - AMONDE

Tipologia:

Planta hexagonal, de lados iguais, base em alvenaria de seis panos, cobertura hexagonal em chapa de seis águas, assenta em colunas de ferro, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em ferro, decorado por motivos fitomórficos. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Noroeste, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sudoeste inscrição do ano 08-09-1962.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo
Freguesia: Amonde - Rua Padre Gonçalves Correia
Coordenadas: lat.: 41,7870; long.: -8,7610

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta hexagonal de lados iguais.
Cobertura hexagonal de seis águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no adro da Igreja Paroquial de Amonde.
Praceta calcetada a cubo granítico, ladeado de oliveiras.

Materiais:

Alvenaria; cantaria de granito; ferro forjado; latão.

Área de Palco:

30,00m².

Intervenções realizadas:

Valor Patrimonial:

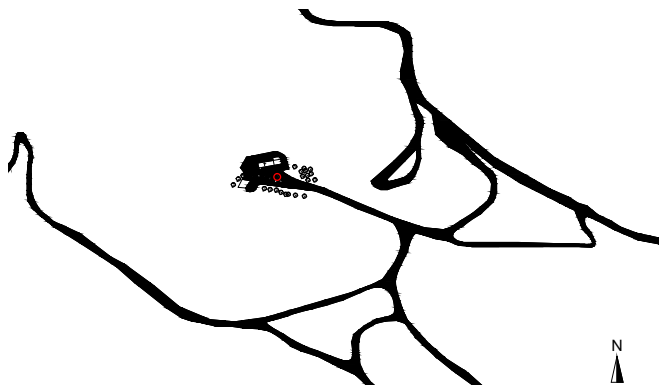
Não existe

Estado de conservação:

Bom - Conservado



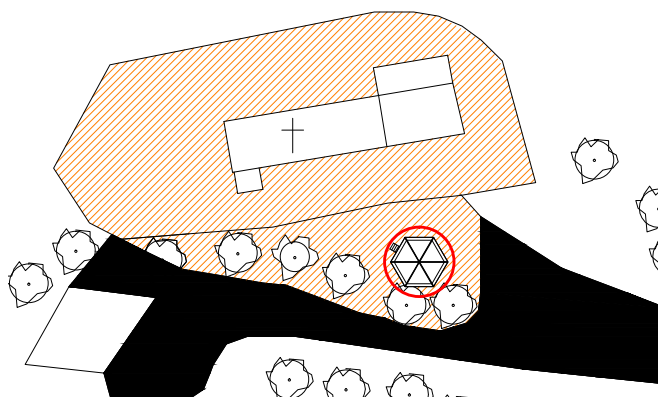
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 2 - AMONDE

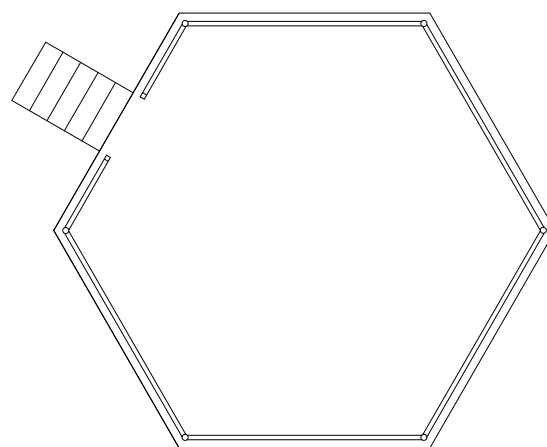
Tipologia:

Planta hexagonal, de lados iguais, base em alvenaria de seis panos, cobertura hexagonal em chapa de seis águas, assenta em colunas de ferro, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em ferro, decorado por motivos fitomórficos. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Noroeste, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sudoeste inscrição do ano 08-09-1962.

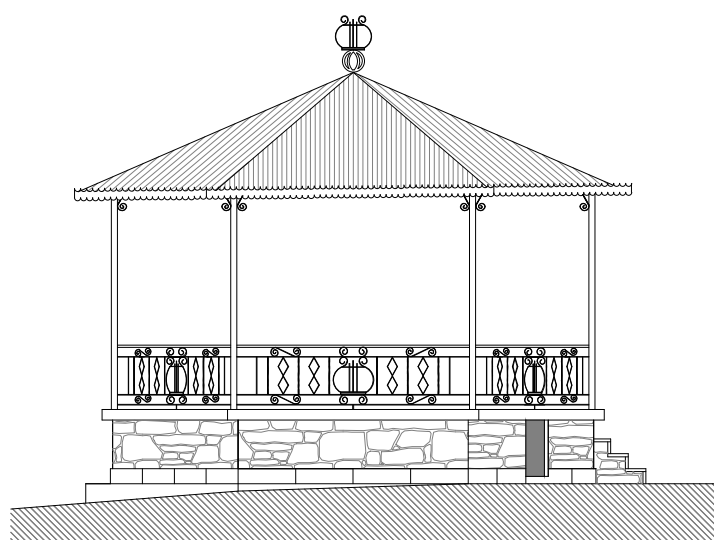
Fotografias:



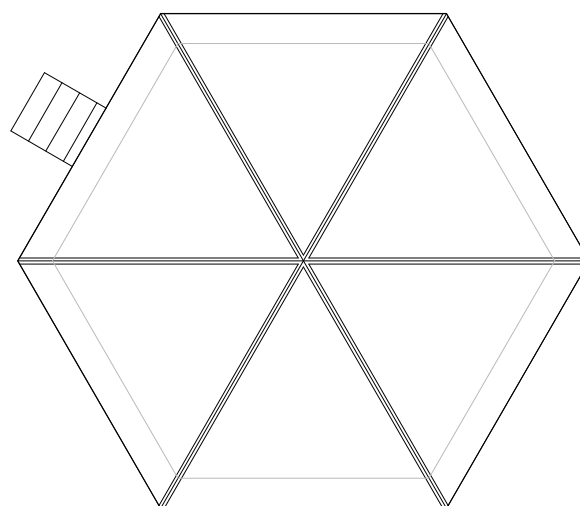
Levantamento:



planta 1/100



alçado norte 1/100

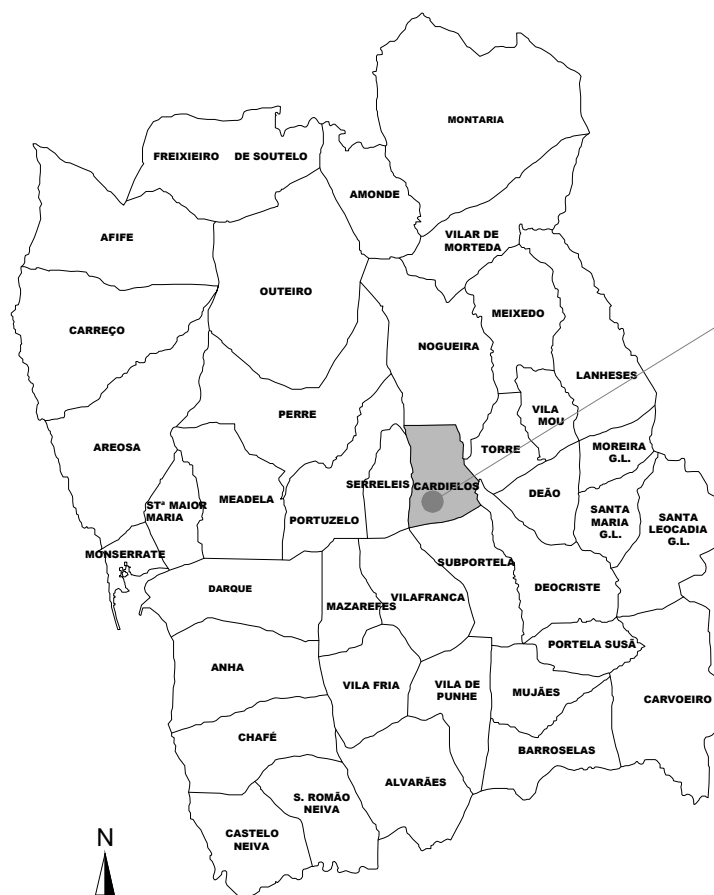


cobertura 1/100



Ficha Nº 3 - CARDIELOS

Cardielos - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 3,88 km² de área e 1 309 habitantes, com uma densidade populacional de 337,4 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 3 - CARDIELOS

Tipologia:

Planta octogonal, de lados irregulares, constituído pela base em alvenaria rebocada de oito panos delimitados por cantarias a nível dos cunhais e do embasamento, cobertura octogonal em betão rebocado de oito águas, com beirado saliente, assenta em colunas de betão rebocado, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Norte, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sudoeste inscrição do ano 1957.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Cardielos - Rua da igreja

Coordenadas: lat.: 41,7133; long.: -8,7422

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados desiguais.
Cobertura octogonal de oito águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no adro da Igreja Paroquial de Cardielos.
Praceta calçetada a cubo granítico, ladeado de oliveiras.

Materiais:

Alvenaria rebocada; betão armado; cantaria de granito.

Área de Palco:

20,59m²

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

Não existe

Estado de conservação:

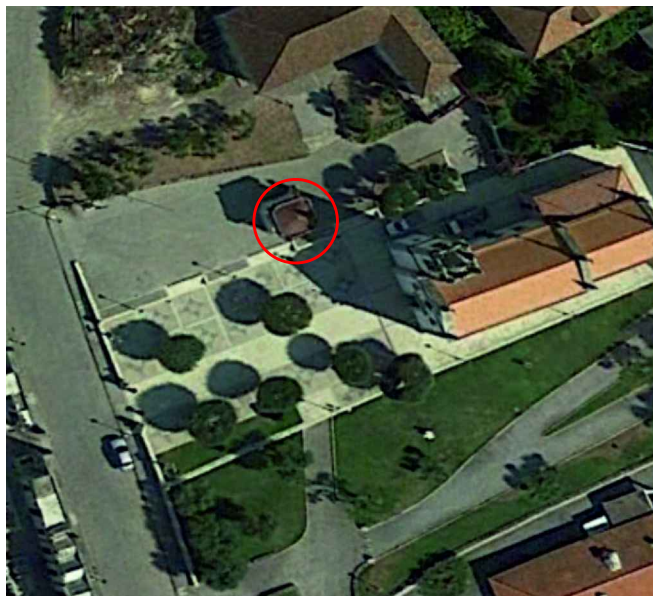
Bom - Conservado



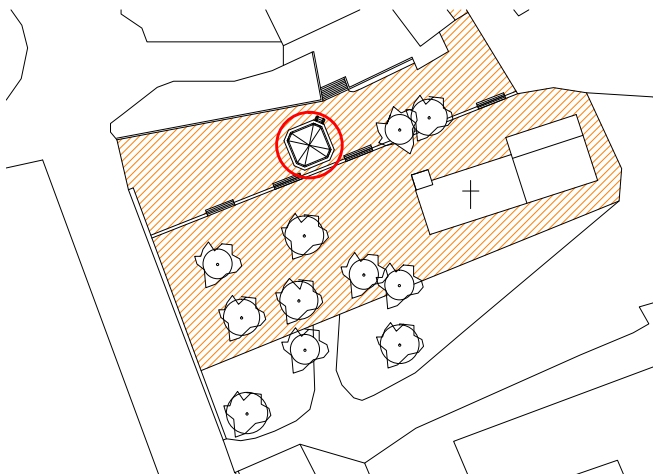
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 3 - CARDIELOS

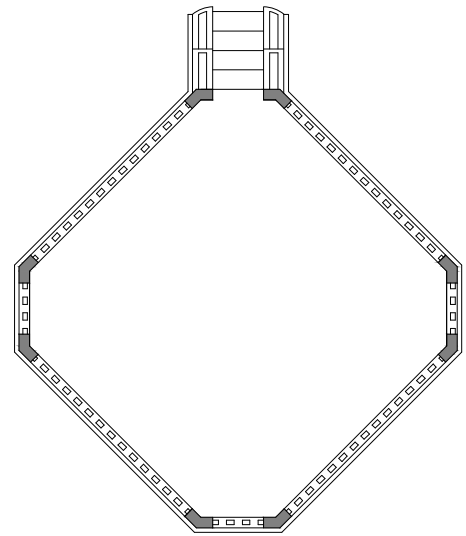
Tipologia:

Planta octogonal, de lados desiguais, constituído pela base em alvenaria rebocada de oito panos delimitados por cantarias a nível dos cunhais e do embasamento, cobertura octagonal em betão rebocado de oito águas, com beirado saliente, assenta em colunas de betão rebocado, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Norte, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sudoeste inscrição do ano 1957.

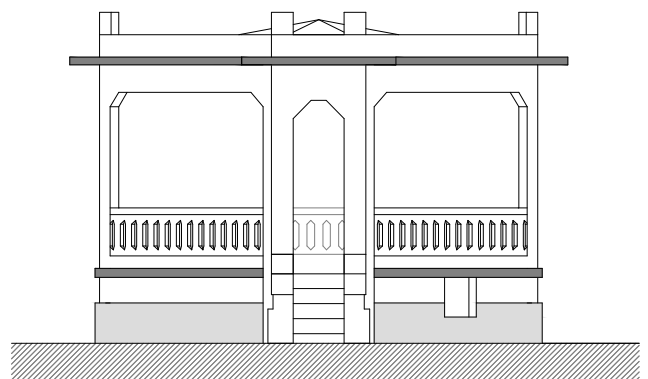
Fotografias:



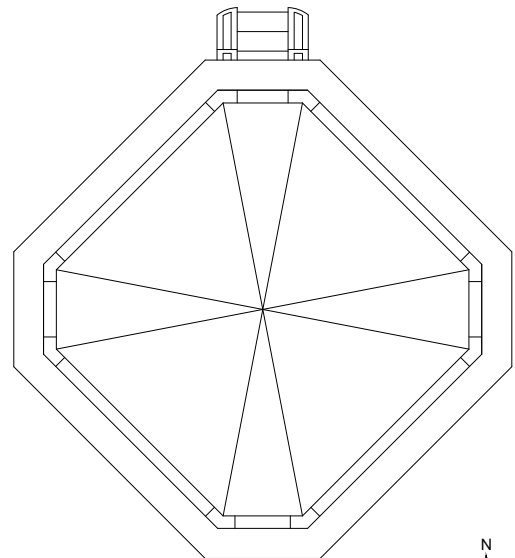
Levantamento:



planta 1/100



alçado norte 1/100

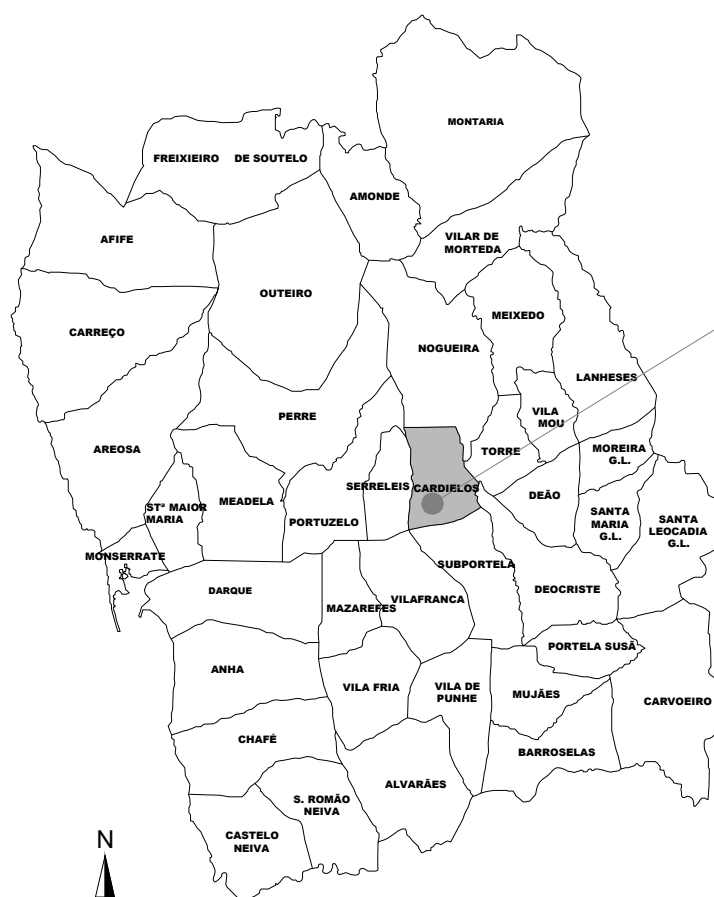


cobertura 1/100



Ficha Nº 4 - CARDIELOS (MONTE SÃO SILVESTRE) coreto -1

Cardielos - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 3,88 km² de área e 1 309 habitantes, com uma densidade populacional de 337,4 hab/km² (INE - 2011).

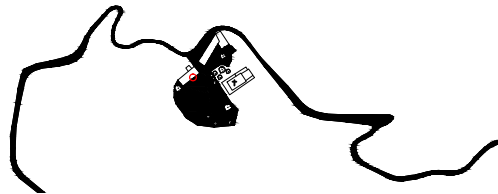


Ficha Nº 4 - CARDIELOS (MONTE SÃO SILVESTRE) coreto -1

Tipologia:

Planta hexagonal, constituído pela base em alvenaria de granito de seis panos, sem cobertura, palco percorrido com guarda em ferro. O acesso ao coreto faz-se na face Sudoeste, por escadaria em cantaria de granito.

Enquadramento 1-10000:



Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Cardielos - São Silvestre

Coordenadas: lat.: 41,7208; long.: -8,7472



Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta hexagonal de lados iguais.
Sem cobertura.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Enquadramento:

Rural, isolado implantado na praça do santuário do monte de São Silvestre (Cardielos)

Materiais:

Cantaria; ferro.

Área de Palco:

20,37m².

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

Não existe

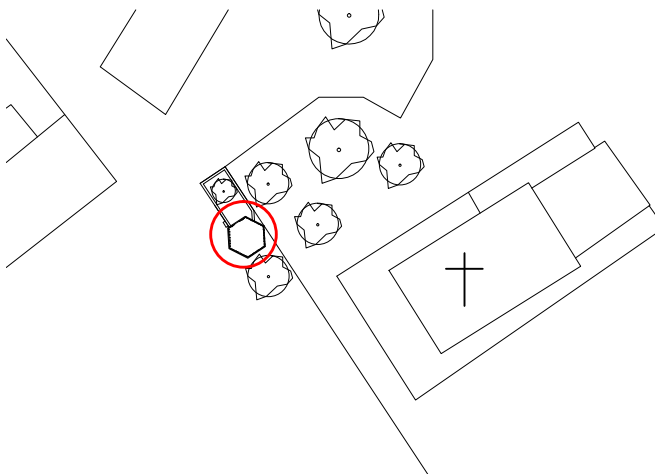
Estado de conservação:

Bom - Conservado

Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 4 - CARDIELOS (MONTE SÃO SILVESTRE) coreto -1

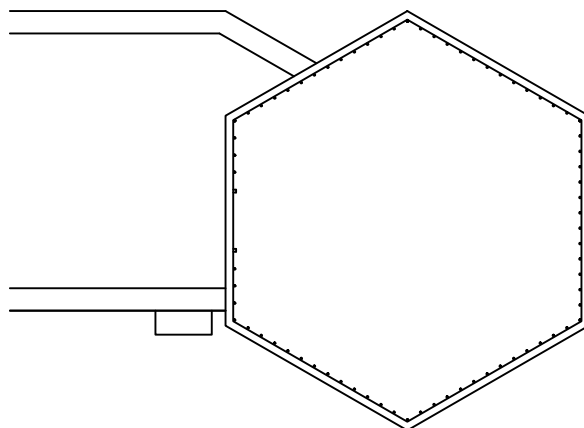
Tipologia:

Planta hexagonal, constituído pela base em alvenaria de granito de seis panos, sem cobertura, palco percorrido com guarda em ferro. O acesso ao coreto faz-se na face Sudoeste, por escadaria em cantaria de granito.

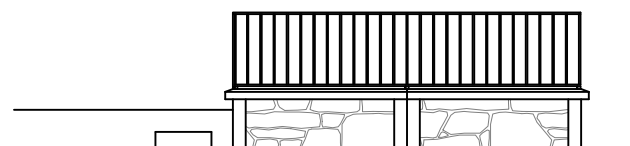
Fotografias:



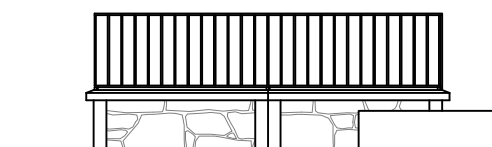
Levantamento:



planta 1/100



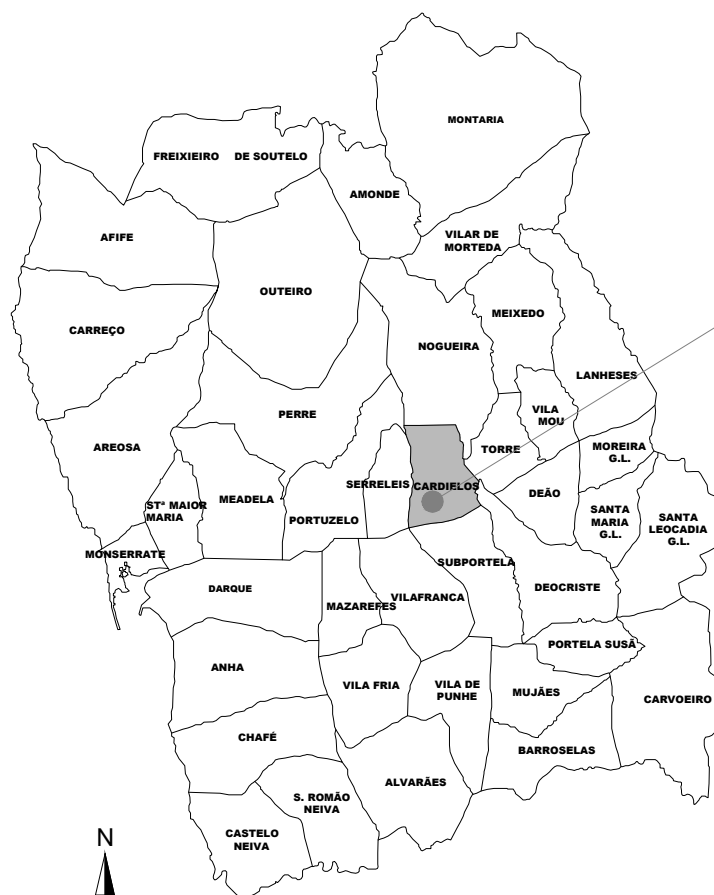
alçado sul 1/100



alçado norte 1/100

Ficha Nº 5 - CARDIELOS (MONTE SÃO SILVESTRE) coreto -2

Cardielos - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 3,88 km² de área e 1 309 habitantes, com uma densidade populacional de 337,4 hab/km² (INE - 2011).

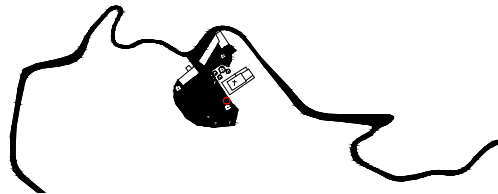


Ficha Nº 5 - CARDIELOS MONTE SÃO SILVESTRE - (coreto -2)

Tipologia:

Planta hexagonal, constituído pela base em alvenaria de granito de seis panos, sem cobertura, cobertura hexagonal em chapa de seis águas, assenta em pilares de ferro colocados nos cantos. Patamar percorrido com guarda em ferro. O acesso ao coreto faz-se na face Sudeste, por escadaria em cantaria de granito.

Enquadramento 1-10000:



Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Cardielos - São Silvestre

Coordenadas: lat.: 41,7206; long.: -8,7470

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta hexagonal de lados iguais.
Cobertura hexagonal de seis águas

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado na praça do santuário do monte de São Silvestre (Cardielos)

Materiais:

Granito; ferro; chapa.

Área de Palco:

19,20m².

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

Não existe

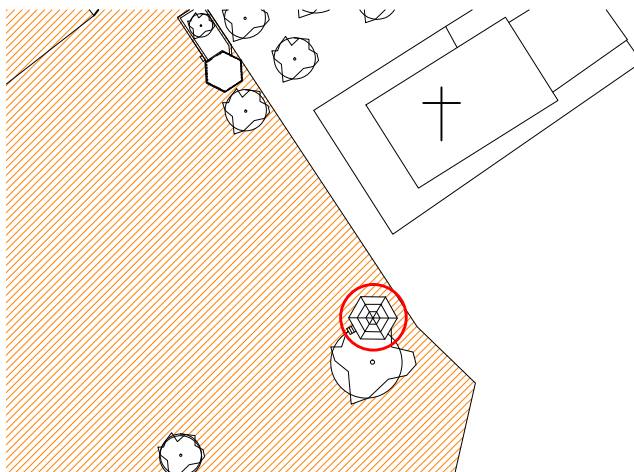
Estado de conservação:

Bom - Conservado

Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 5 - CARDIELOS (MONTE SÃO SILVESTRE) coreto -2

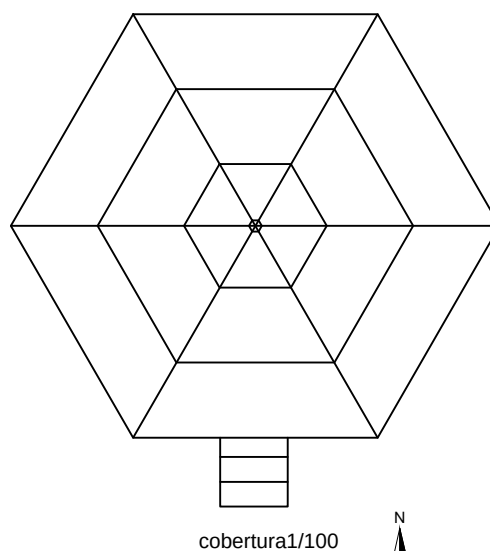
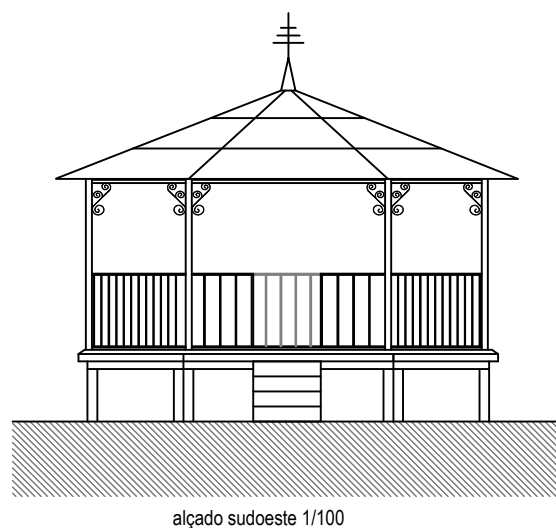
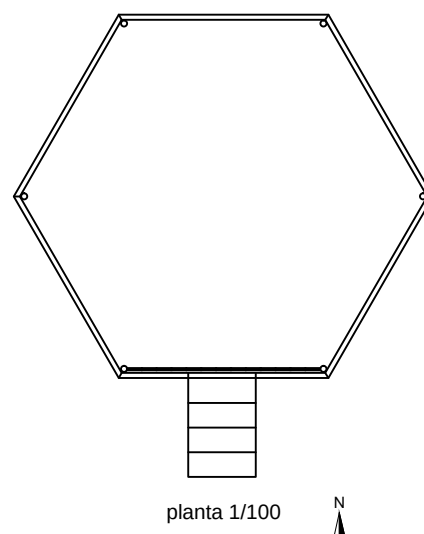
Tipologia:

Planta hexagonal, constituído pela base em alvenaria de granito de seis panos, sem cobertura, cobertura hexagonal em chapa de seis águas, assenta em pilares de ferro colocados nos cantos. Patamar percorrido com guarda em ferro. O acesso ao coreto faz-se na face Sudeste, por escadaria em cantaria de granito.

Fotografias:

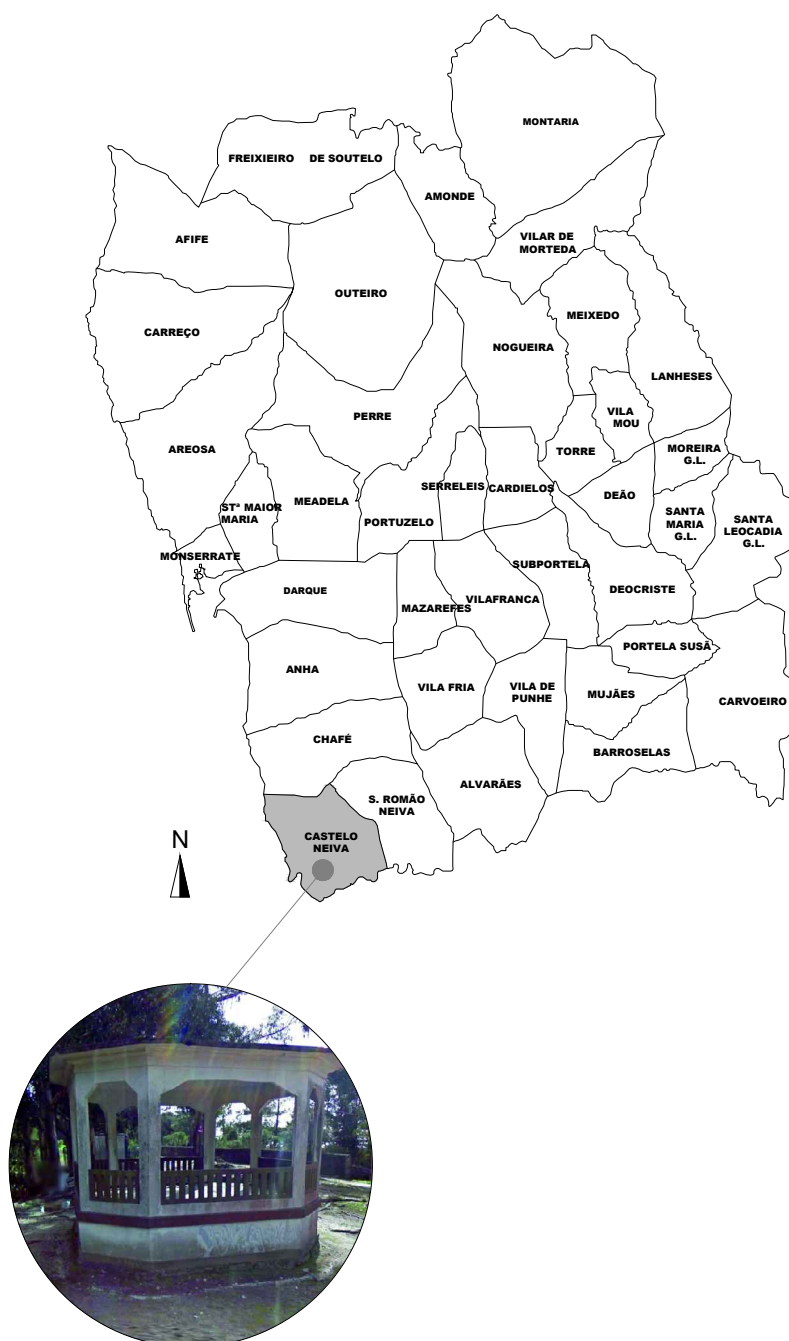


Levantamento:



Ficha Nº 6 - CASTELO DE NEIVA (coreto - 1)

Castelo de Neiva - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 7,64 km² de área e 2 930 habitantes, com uma densidade populacional de 383,5 hab/km² (INE - 2011).

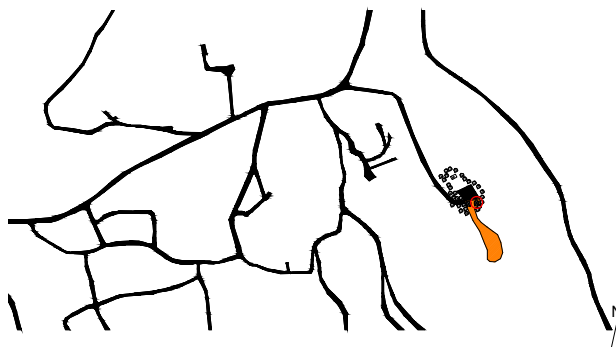


Ficha Nº 6 - CASTELO DE NEIVA (coreto - 1)

Tipologia:

Planta octogonal, de lados irregulares, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão rebocado de oito águas, assenta em colunas de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em betão rebocado.

Enquadramento 1-10000:



Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Castelo de Neiva - Rua Monte do Castelo

Coordenadas: lat.: 41,6152; long.: -8,7855

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados irregulares.
Cobertura octogonal de oito águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no monte de Nossa Srª dos Emigrantes

Materiais:

Betão rebocado.

Área de Palco:

22,62m².

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

Não existe

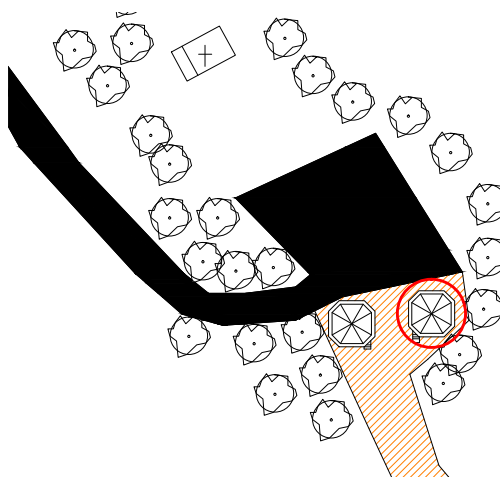
Estado de conservação:

Bom - Conservado

Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:

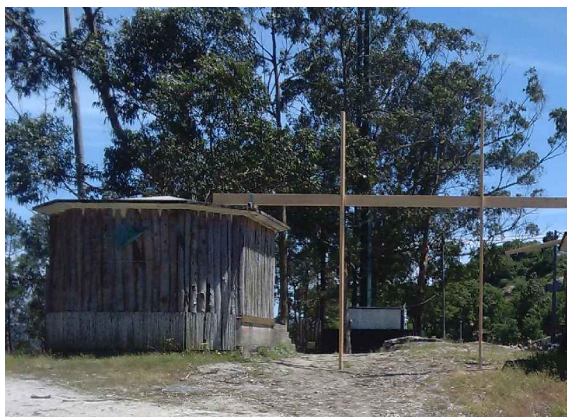


Ficha Nº 6 - CASTELO DE NEIVA (coreto - 1)

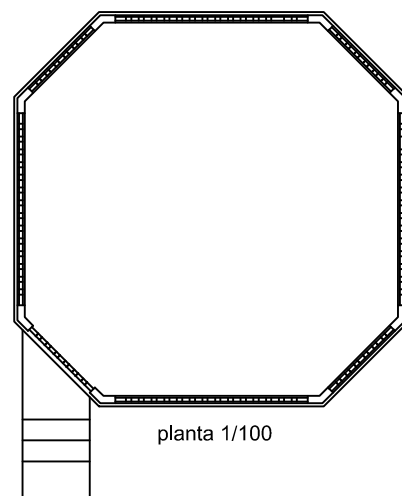
Tipologia:

Planta octogonal, de lados irregulares, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão rebocado de oito águas, assenta em colunas de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em betão rebocado.

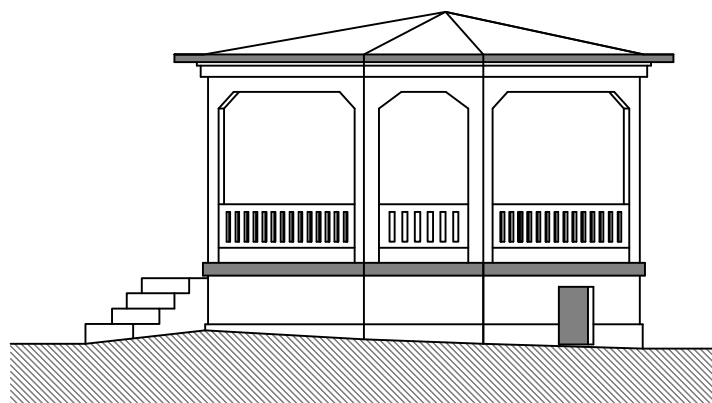
Fotografias:



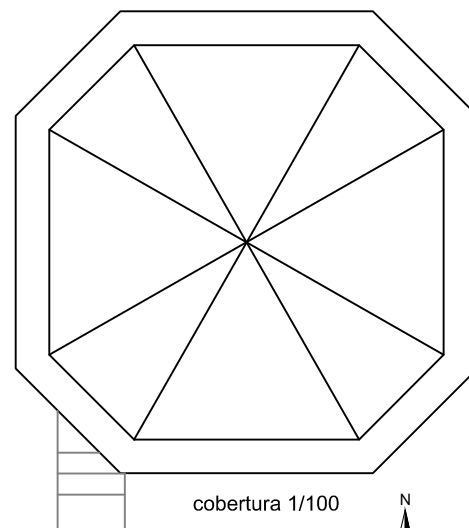
Levantamento:



N



alçado sudeste 1/100

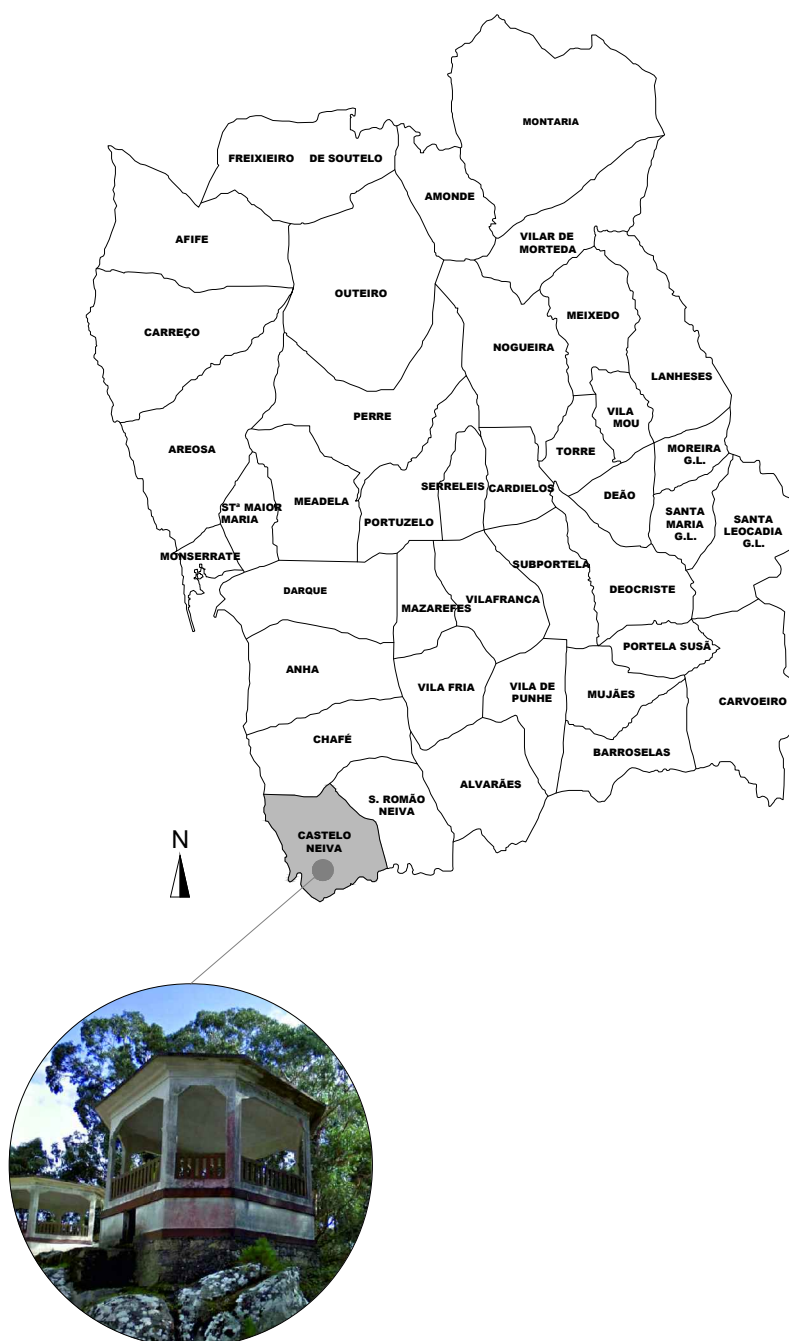


cobertura 1/100

N

Ficha Nº 7 - CASTELO DE NEIVA (coreto - 2)

Castelo de Neiva - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 7,64 km² de área e 2 930 habitantes, com uma densidade populacional de 383,5 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 7 - CASTELO DE NEIVA (coreto - 2)

Tipologia:

Planta octogogonal, de lados irregulares, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão rebocado de oito águas, assenta em colunas de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em betão rebocado.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Castelo de Neiva - Rua Monte do Castelo

Coordenadas: lat.: 41,6152; long.: -8,7857

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados irregulares.
Cobertura octogonal de oito águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no monte de Nossa Srª dos Emigrantes

Materiais:

Betão rebocado.

Área de Palco:

22,62m².

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

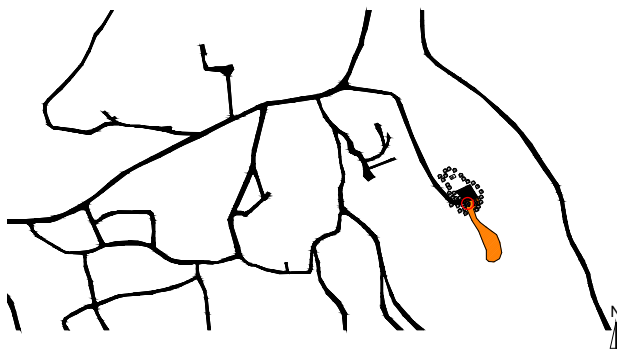
Não existe

Estado de conservação:

Bom - Conservado



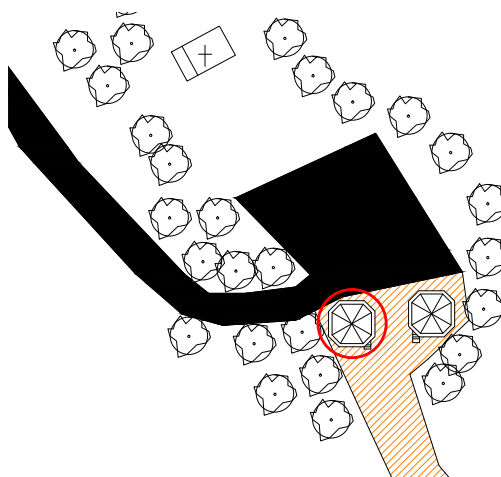
Enquadramento 1:10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 7 - CASTELO DE NEIVA (coreto - 2)

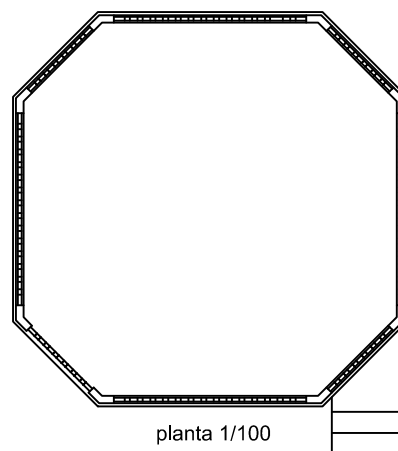
Tipologia:

Planta octogogonal, de lados irregulares, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão rebocado de oito águas, assenta em colunas de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sudeste, por escadaria em betão rebocado.

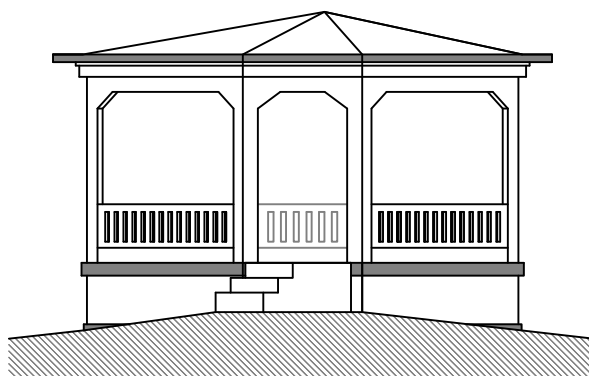
Fotografias:



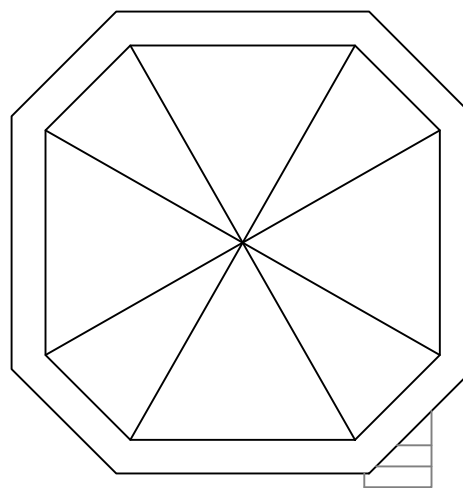
Levantamento:



planta 1/100



alçado sudeste 1/100



cobertura 1/100



Ficha Nº 8 - GERAZ DO LIMA SANTA LEOCÁDIA (coreto-1)

Geraz do Lima Santa Leocádia - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 7,35 km² de área e 916 habitantes, com uma densidade populacional de 124,6 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 8 - GERAZ DO LIMA SANTA LEOCÁDIA (coreto-1)

Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão de oito águas, assenta em pilares de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sul-Sudeste inscrição do ano 1998/1999.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Geraz do Lima - Stª Leocádia - Recinto Capela Srª da Guia

Coordenadas: lat.: 41,6977; long.: -8,6551

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados iguais.
Cobertura octogonal de oito águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no recinto da capela Srª. da Guia, praticeta calçada a cubo granítico, ladeado de árvores.

Materiais:

Betão; reboco; alvenaria de granito.

Área de Palco:

34,55m².

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

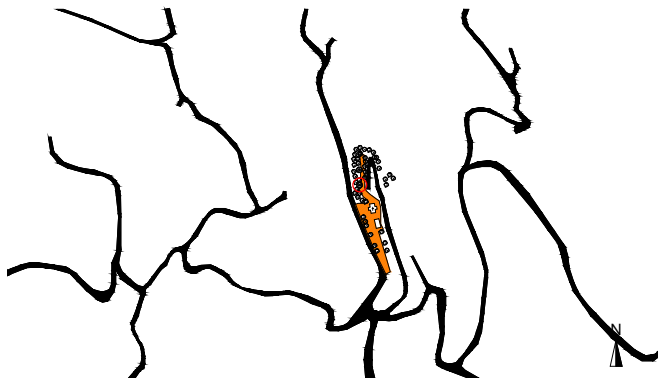
Não existe

Estado de conservação:

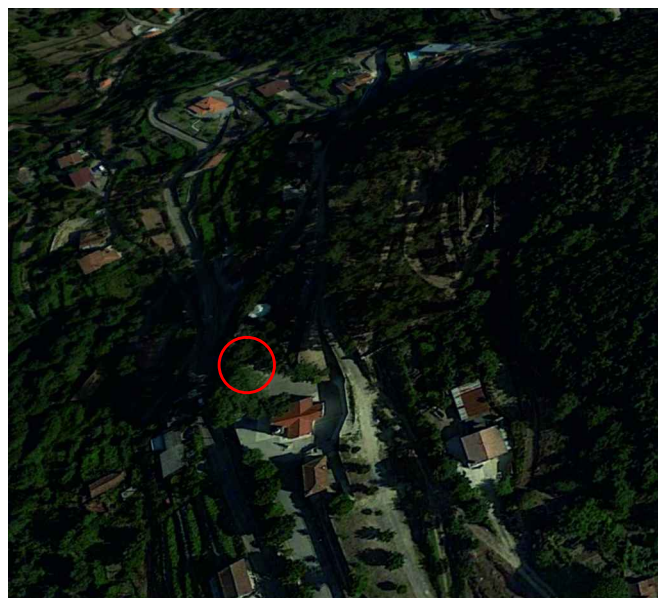
Bom - Conservado



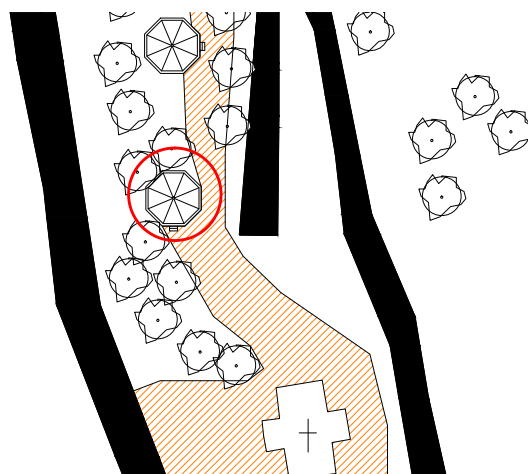
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 8 - GERAZ DO LIMA SANTA LEOCÁDIA (coreto-1)

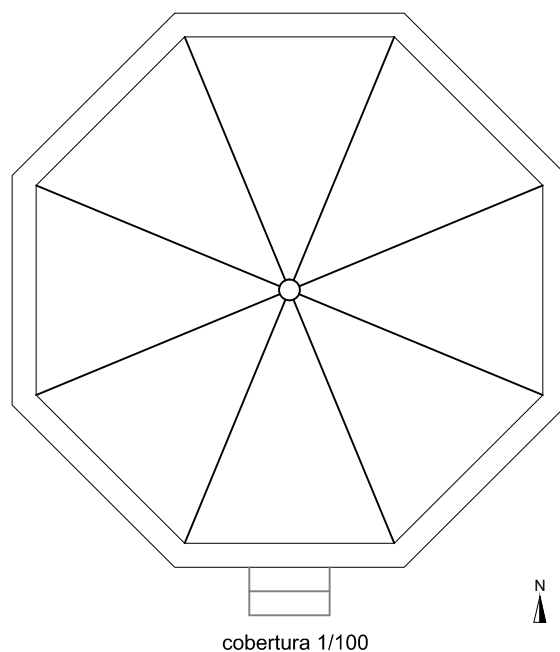
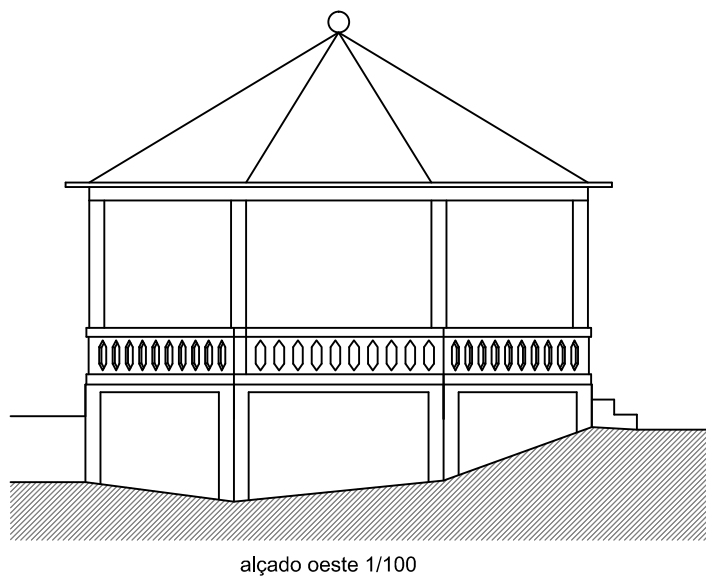
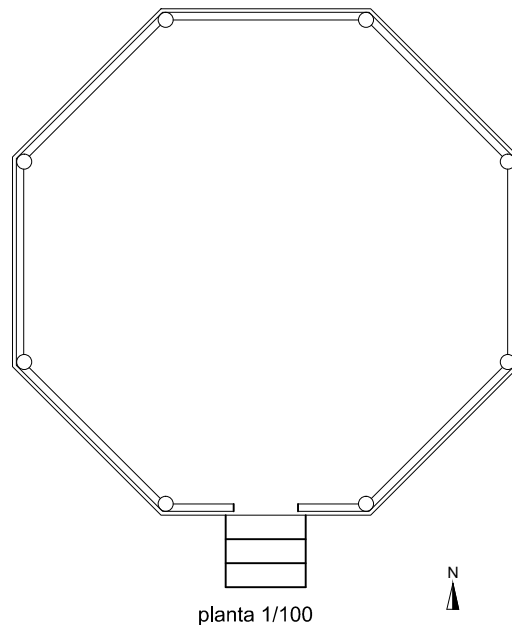
Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão de oito águas, assenta em pilares de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sul-Sudeste inscrição do ano 1998/1999.

Fotografias:



Levantamento:



Ficha Nº 9 - GERAZ DO LIMA SANTA LEOCÁDIA (coreto-2)

Geraz do Lima Santa Leocádia - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 7,35 km² de área e 916 habitantes, com uma densidade populacional de 124,6 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 9 - GERAZ DO LIMA SANTA LEOCÁDIA (coreto-2)

Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão de oito águas, assenta em pilares de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sul-Sudoeste inscrição do ano 1998/1999.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Gerez do Lima - Stª Leocádia - Recinto Capela Srª da Guia

Coordenadas: lat.: 41,6976; long.: -8,6551

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados iguais.
Cobertura octogonal de oito águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no recinto da capela Srª. da Guia, praticeta calçetada a cubo granítico, ladeado de árvores.

Materiais:

Betão; reboco; alvenaria de granito.

Área de Palco:

34,55m².

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

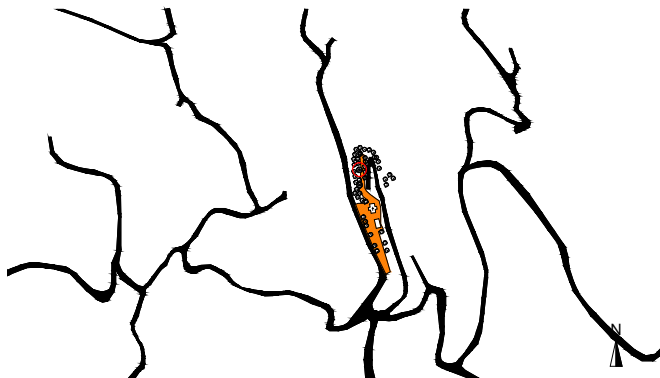
Não existe

Estado de conservação:

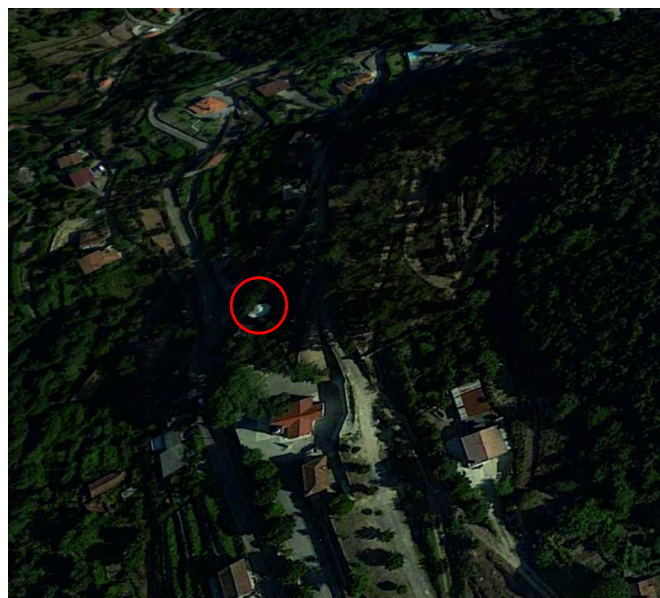
Bom - Conservado



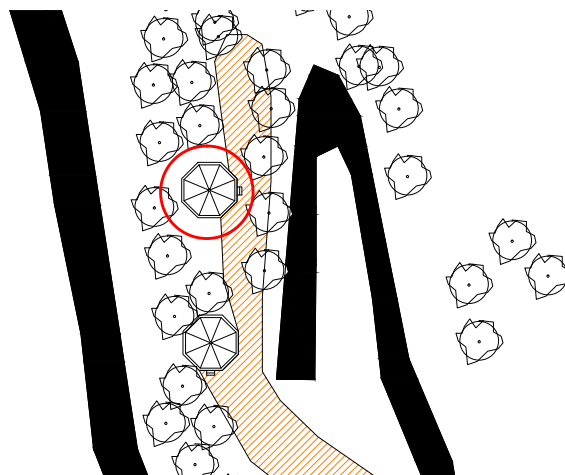
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 9 - GERAZ DO LIMA SANTA LEOCÁDIA (coreto-2)

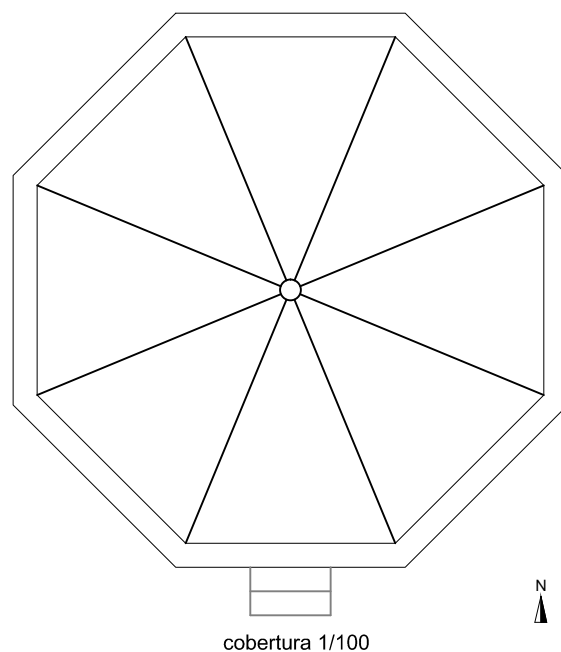
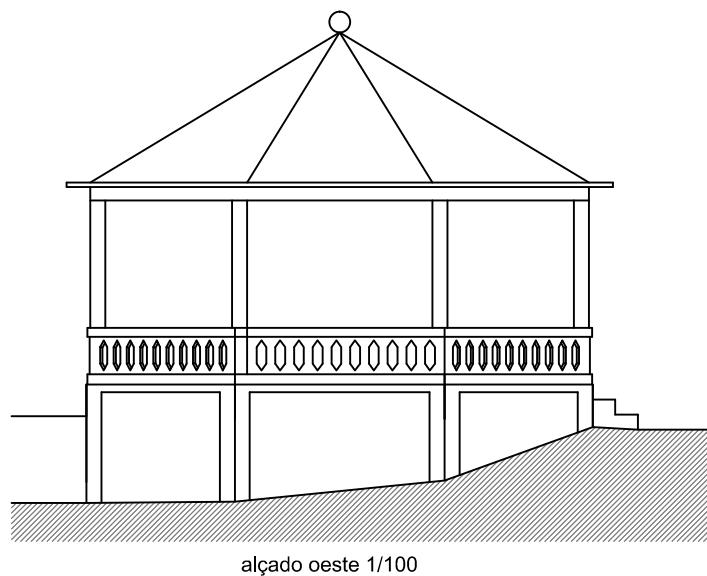
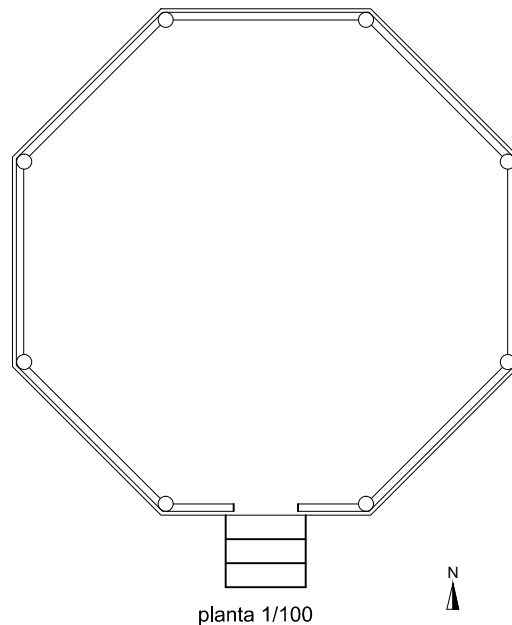
Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão de oito águas, assenta em pilares de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sul-Sudoeste inscrição do ano 1998/1999.

Fotografias:



Levantamento:



Ficha Nº 10 - GERAZ DO LIMA SANTA MARIA (coreto-1)

Geraz do Lima Santa Maria - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 5,44 km² de área e 875 habitantes, com uma densidade populacional de 160,8 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 10 - GERAZ DO LIMA SANTA MARIA (coreto-1)

Tipologia:

Planta octogonal, de lados irregulares, constituído pela base em alvenaria rebocada de oito panos, cobertura octogonal em betão de oito águas forrada com telha canudo, assenta em oito pilares em betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazen e casas de banho. O acesso ao coreto faz-se na face Sudoeste, por escadaria de granito.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Gerez do Lima Santa Maria - Rua São Sebastião

Coordenadas: lat.: 41,7080; long.: -8,6752

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados irregulares.
Cobertura octogonal de oito águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no adro da capela São Sebastião. Praceta calçada a cubo granítico.

Materiais:

Alvenaria rebocada; betão armado; cantaria de granito.

Área de Palco:

54,84m²

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

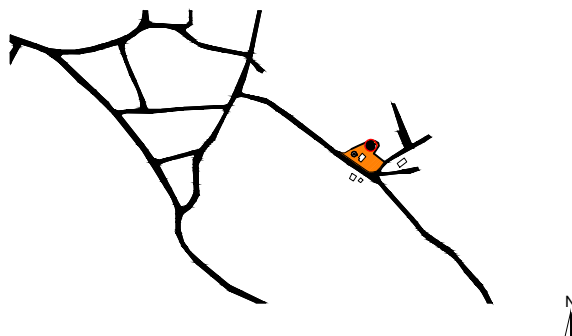
Não existe

Estado de conservação:

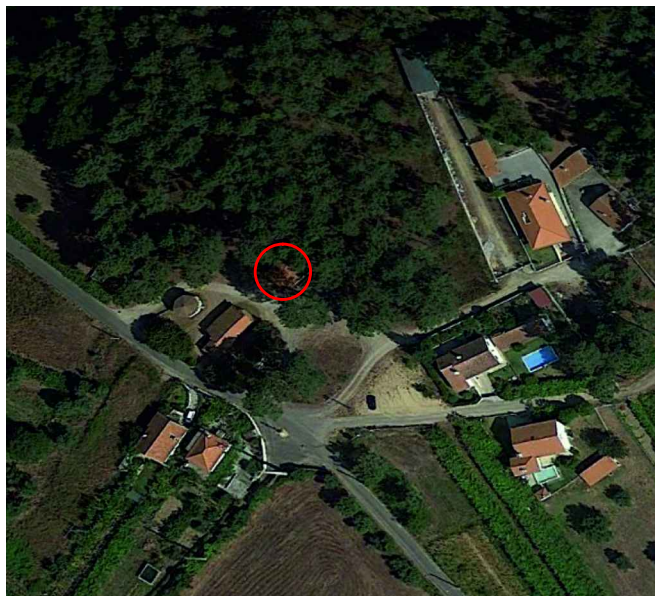
Bom - Conservado



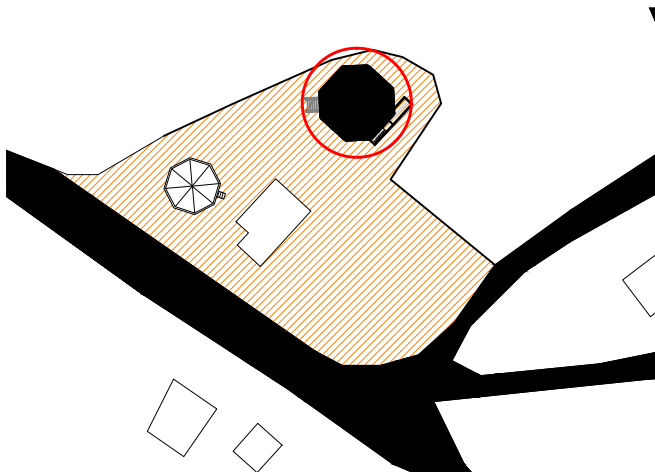
Enquadramento 1-10000:



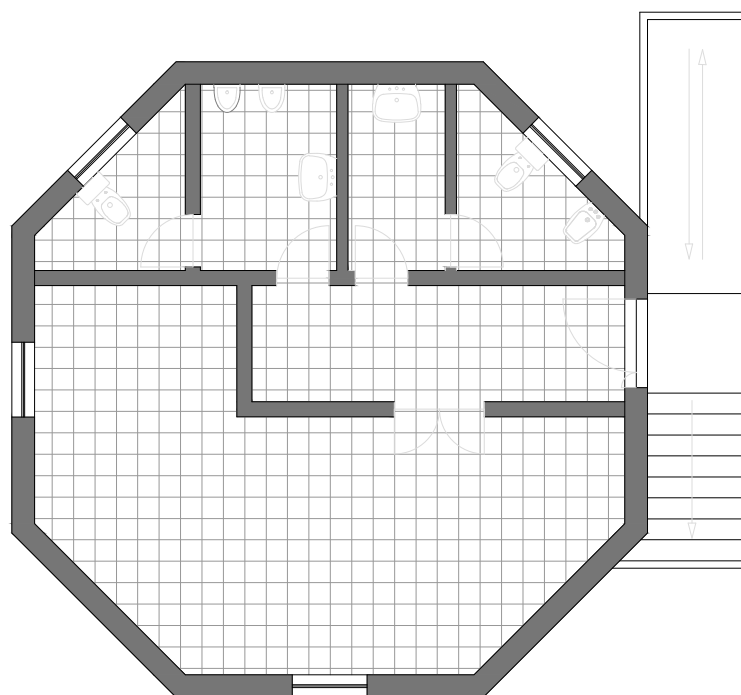
Planta de Localização:



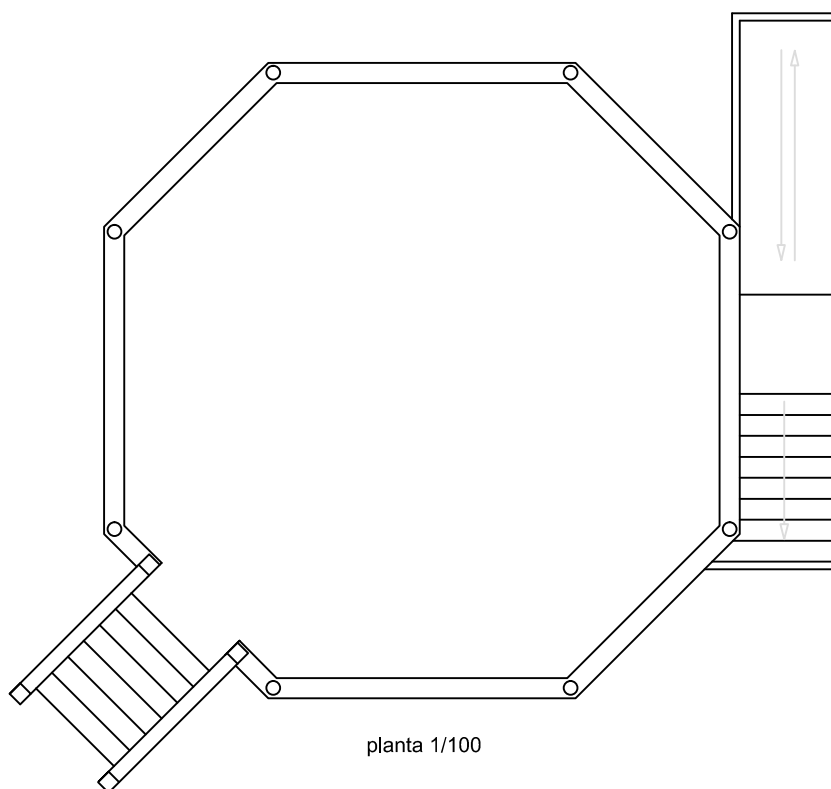
Planta de Implantação 1/1000:



Levantamento:

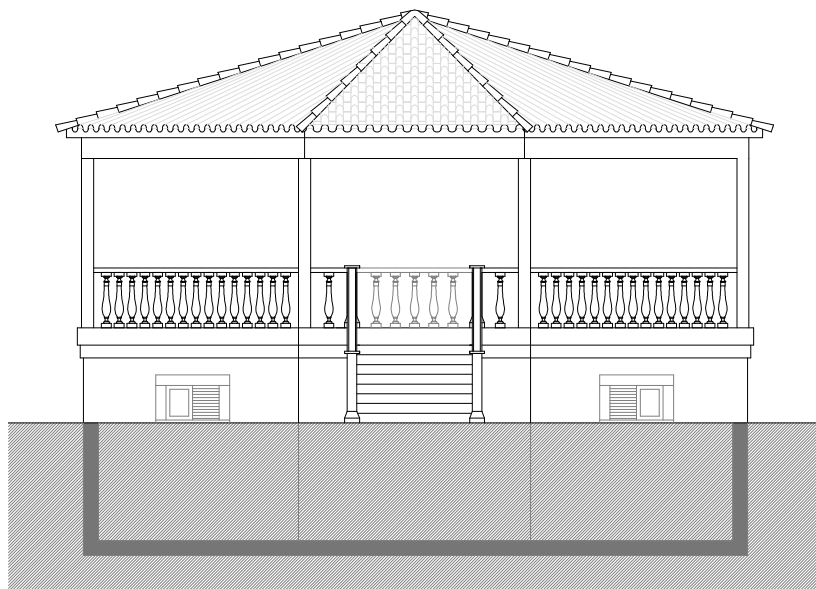


cave 1/100

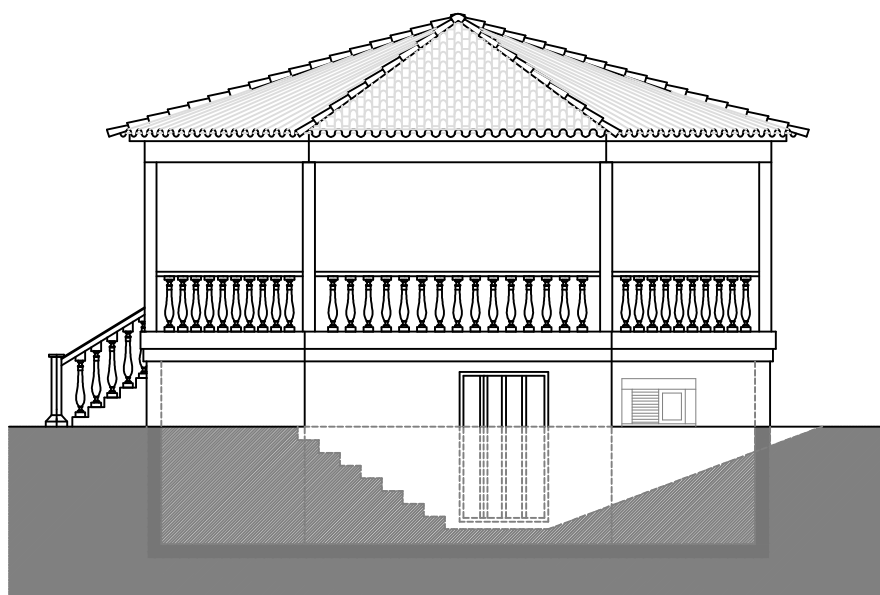


planta 1/100

Levantamento:

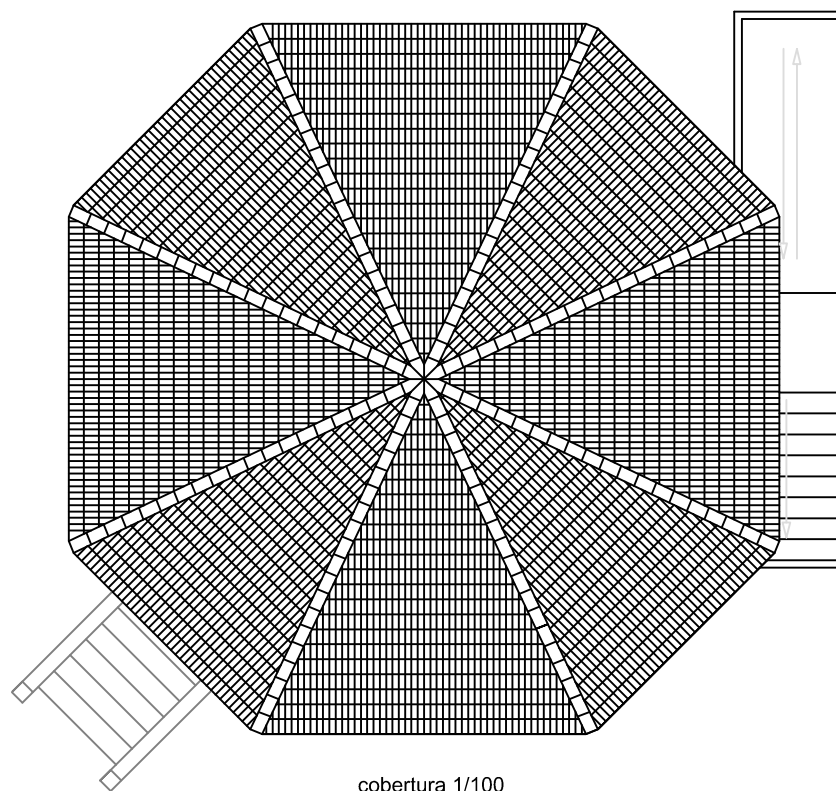


alçado sudoeste 1/100



alçado sudeste 1/100

Levantamento:



cobertura 1/100

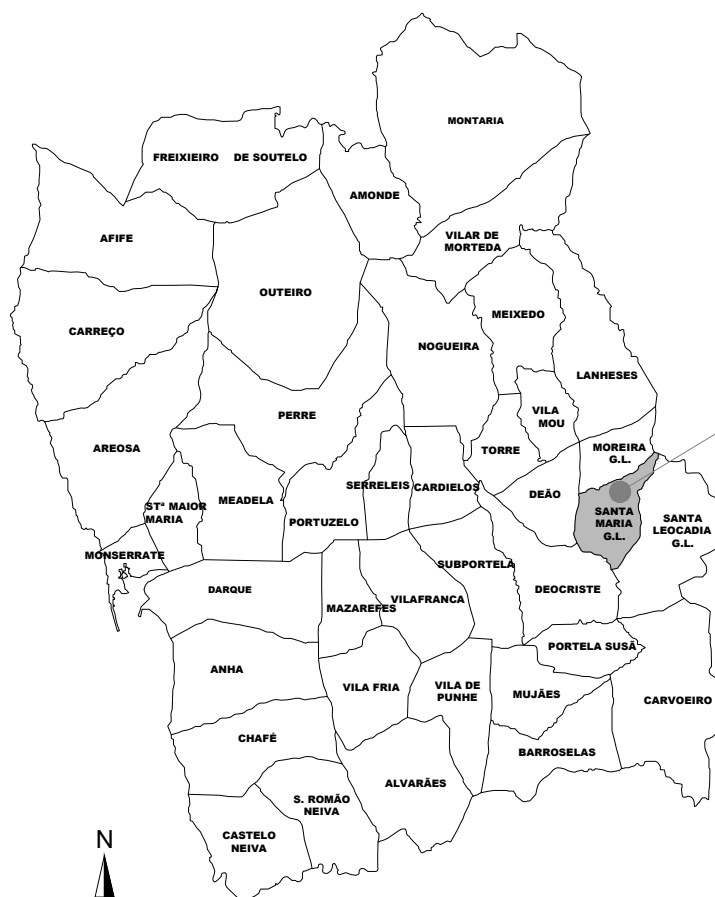
Ficha Nº 10 - GERAZ DO LIMA SANTA MARIA (coreto-1)

Levantamento Fotográfico:



Ficha Nº 11 - GERAZ DO LIMA SANTA MARIA (coreto-2)

Geraz do Lima Santa Maria - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 5,44 km² de área e 875 habitantes, com uma densidade populacional de 160,8 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 11 - GERAZ DO LIMA SANTA MARIA (coreto-2)

Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão de oito águas, assenta em pilares de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Noroeste.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Geraz do Lima Santa Maria - Rua São Sebastião

Coordenadas: lat.: 41,7079; long.: -8,6755

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Geometria:

Planta octogonal de lados iguais.
Cobertura octogonal de oito águas.

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no adro da capela São Sebastião. Praceta calçada a cubo granítico.

Materiais:

Betão; reboco.

Área de Palco:

35,50m²

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

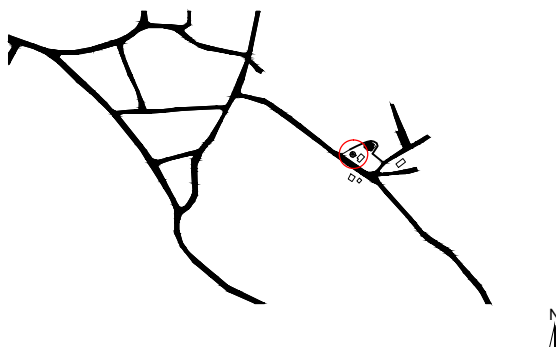
Não existe

Estado de conservação:

Bom - Conservado



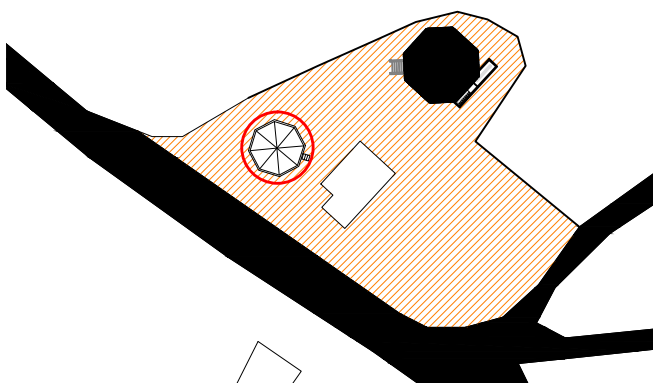
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:

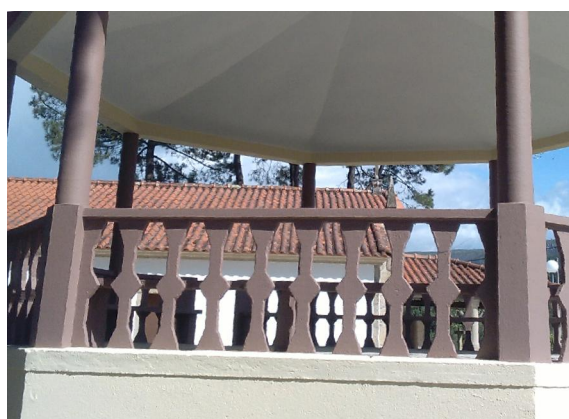


Ficha Nº 11 - GERAZ DO LIMA SANTA MARIA (coreto-2)

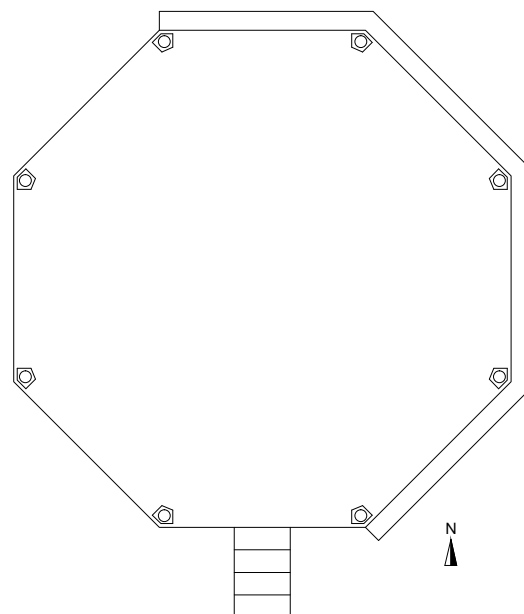
Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão de oito águas, assenta em pilares de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Noroeste.

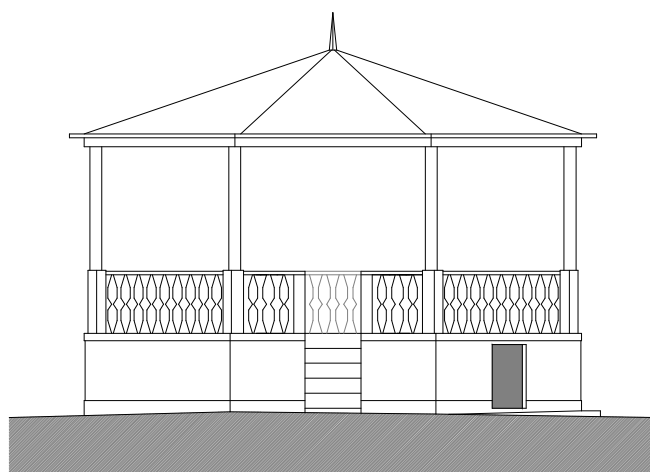
Fotografias:



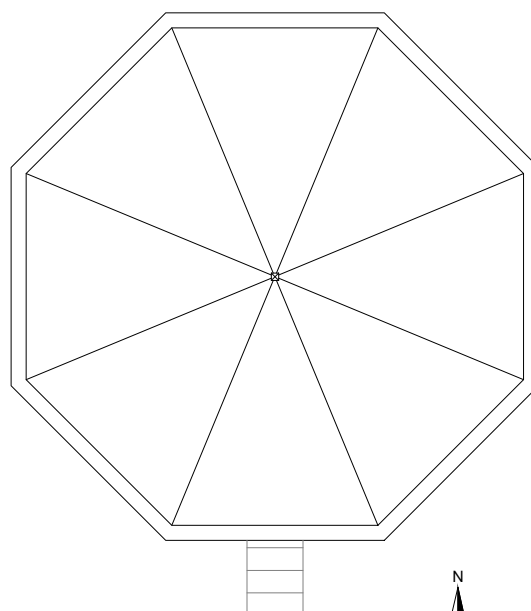
Levantamento:



planta 1/100



alçado noroeste 1/100



Ficha Nº 12 - MONSERRATE - Jardim D. Fernando

Monserrate - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 2,07 km² de área e 4 948 habitantes, com uma densidade populacional de 2390,3 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 12 - MONSERRATE - Jardim D. Fernando

Tipologia:

Planta centralizada octogonal, constituído pela base e cobertura em cúpula, de perfil ondulado em latão. Embasamento com 50cm de altura a partir da superfície, com os ângulos em cantaria de granito e as faces em alvenaria rebocada. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Norte, por escadaria em cantaria de granito. A cobertura assenta em colunas de ferro fundido, colocadas nos ângulos, compostas por uma base canelada e fuste tripartido decorado por motivos fitomórficos e relacionando-se com a cobertura através de elementos em voluta; o interior da cobertura apresenta uma estrutura em grelha piramidal, de apoio à cúpula, com decoração em voluta junto às colunas, cúpula encimada por pináculo e corrida por lambrequim em rendilhado de ferro. A iluminação é feita por globo de vidro no centro da cúpula.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Monserrate -

Coordenadas: lat. 41,694303; long.: -8,823146

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal.
Cobertura em cúpula de latão.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XIX - construção no jardim da beira-rio; séc. XX década de 20 - trasladação para o monte de Santa Luzia e, posteriormente, para o jardim D. Fernando.

Enquadramento:

Urbano, isolado em local plano, no centro de um lajeado de granito rodeado por zonas ajardinadas e árvores.

Materiais:

Cantaria e alvenaria de granito; ferro forjado e fundido; latão.

Área de Palco:

22,65m²

Intervenções realizadas:

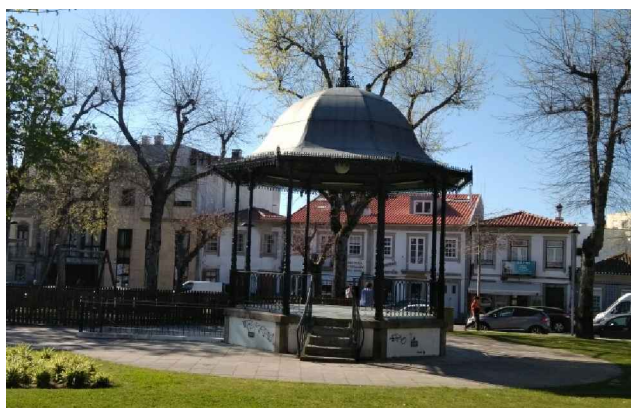
C.M.V.C.: década de 90 - requalificação do jardim e restauro do coreto.

Valor Patrimonial:

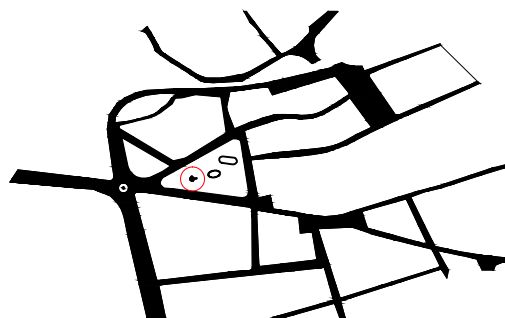
Existente - IPA.00008911

Estado de conservação:

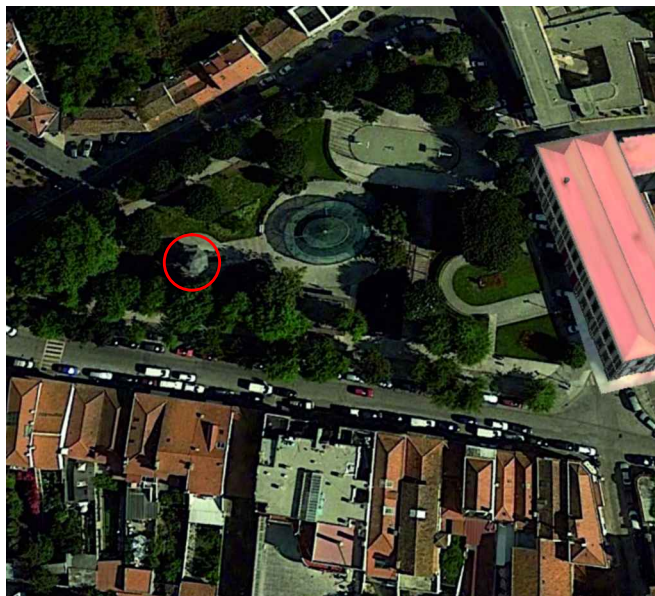
Bom - Conservado



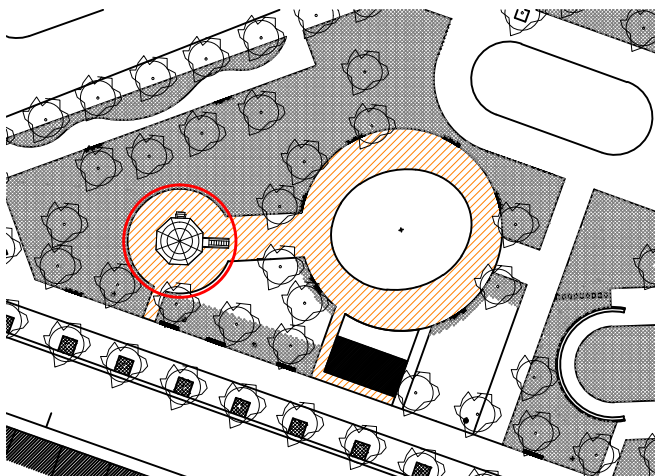
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:

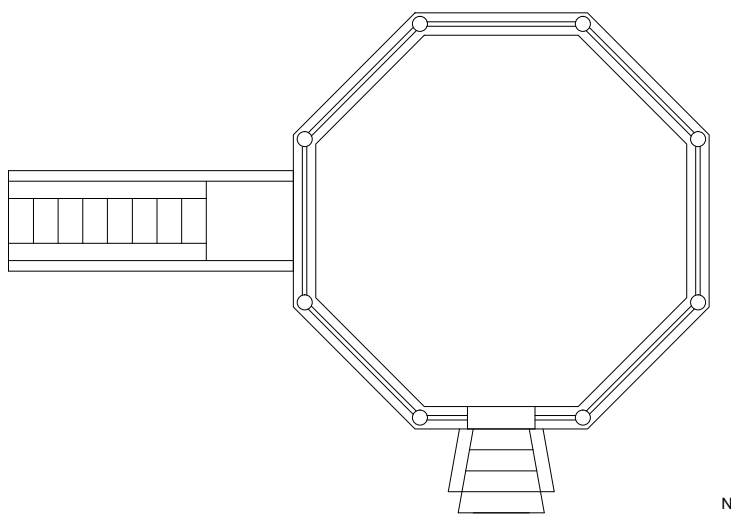


Planta de Implantação 1/1000:

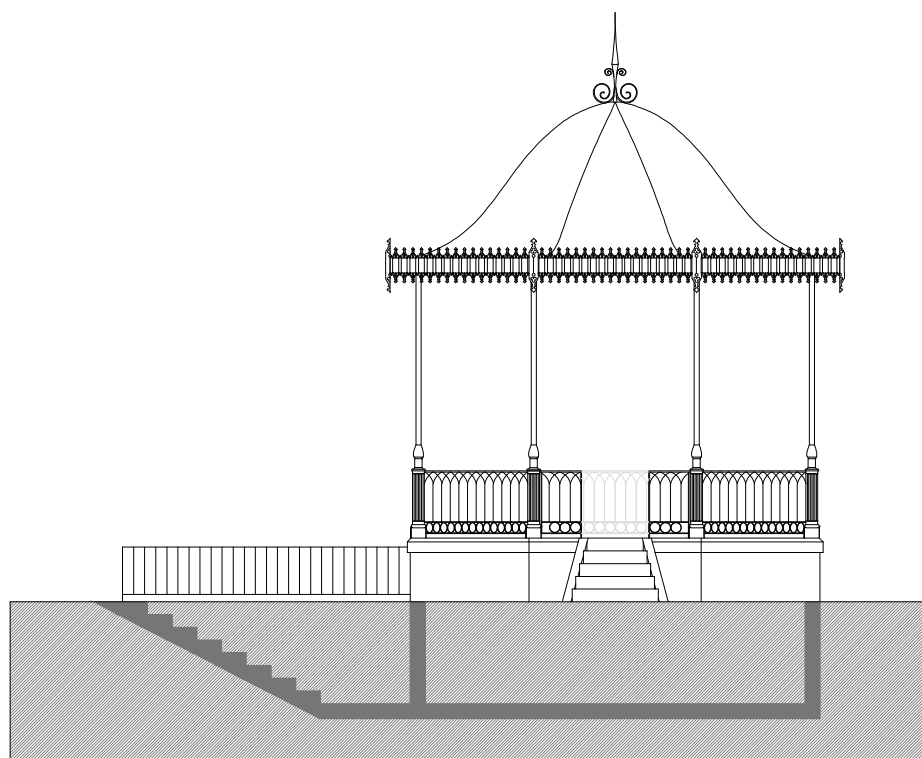


Ficha Nº 12 - MONSERRATE - Jardim D. Fernando

Levantamento:

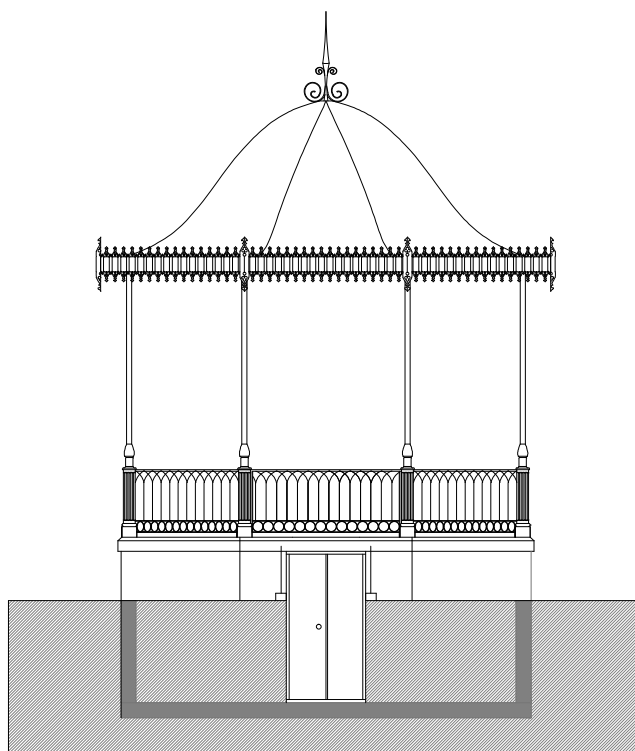


planta 1/100

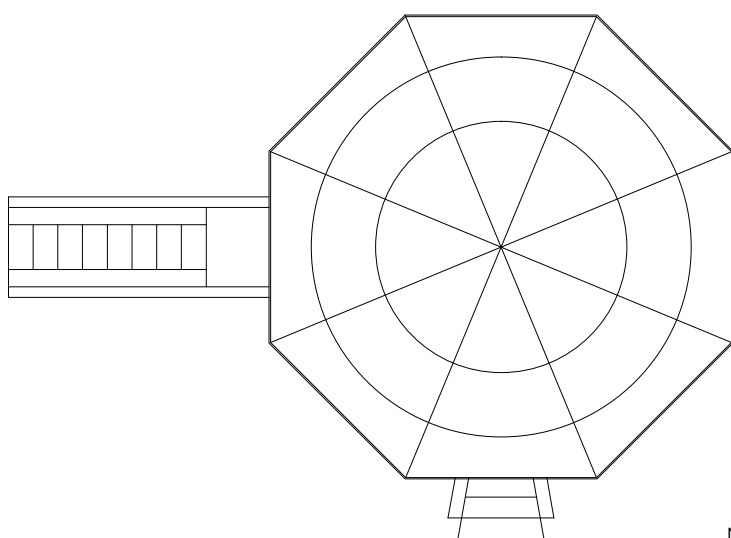


alçado norte 1/100

Levantamento:



alçado este 1/100

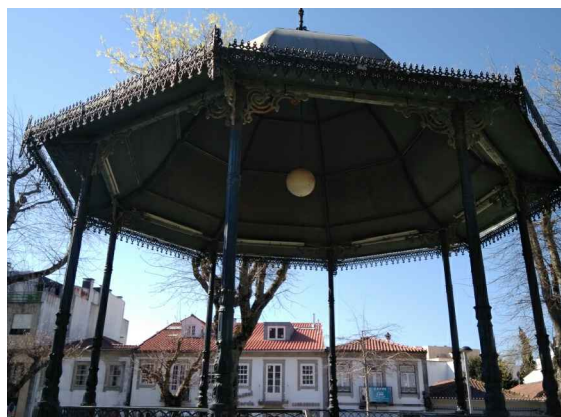
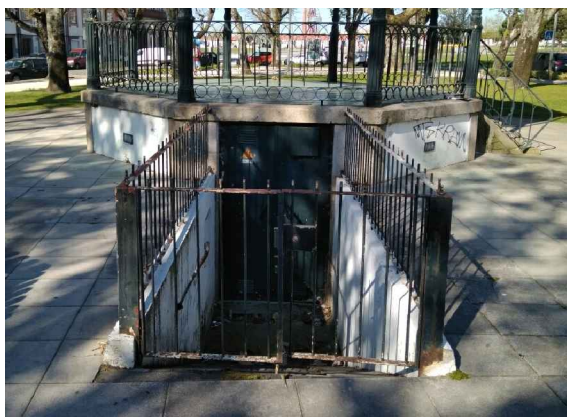
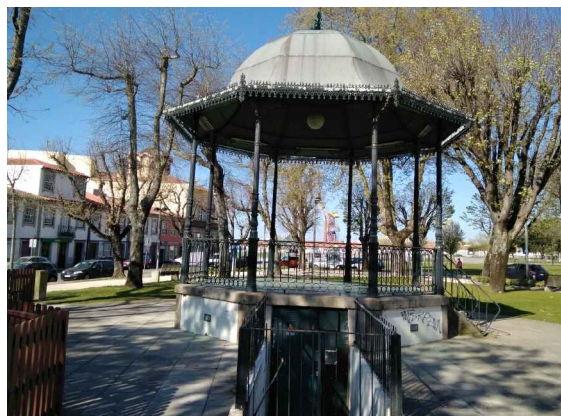
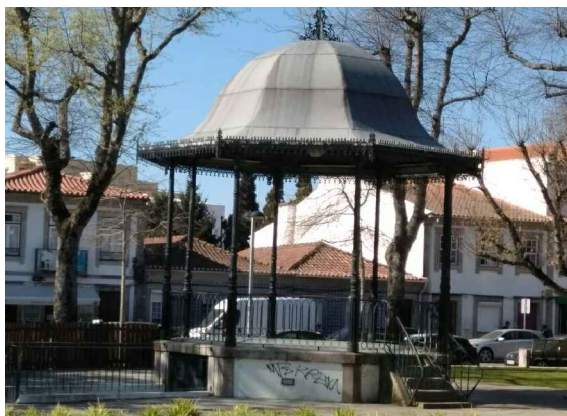
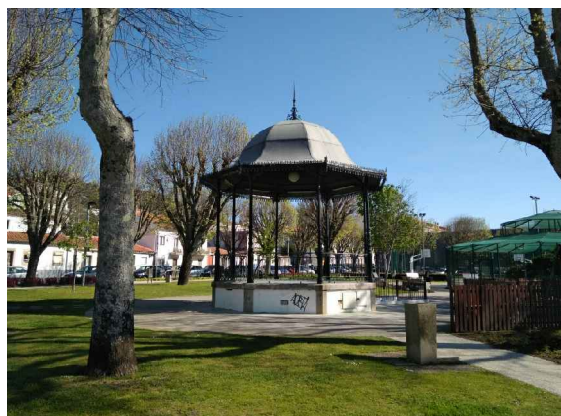
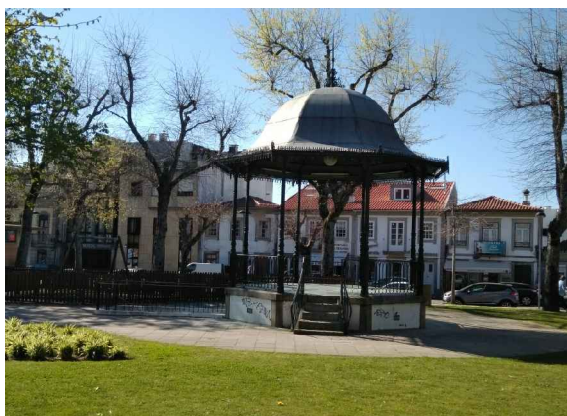


cobertura 1/100



Ficha Nº 12 - MONSERRATE - Jardim D. Fernando

Levantamento Fotográfico:



Ficha Nº 13 - MONTARIA

Montaria - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 26,09 km² de área e 549 habitantes, com uma densidade populacional de 21 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 13 - MONTARIA

Tipologia:

Planta octogogonal, de lados iguais, base em alvenaria de oito panos, delimitados por cantaria a nível dos cunhais, cobertura octogonal em betão de oito águas forrada com telha canudo, assenta em colunas de granito, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em granito. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sudoeste, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sudoeste inscrição do ano 2000.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Montaria, largo da Igreja

Coordenadas: lat.: 41,7906; long.: -8,7291

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados iguais.
Cobertura octogonal de oito águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado em jardim no centro da vila de Montaria.

Materiais:

Cantaria de granito; betão; telha.

Área de Palco:

36,60m²

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

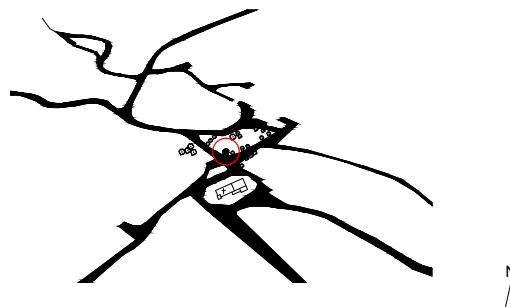
Não existe

Estado de conservação:

Bom - Conservado



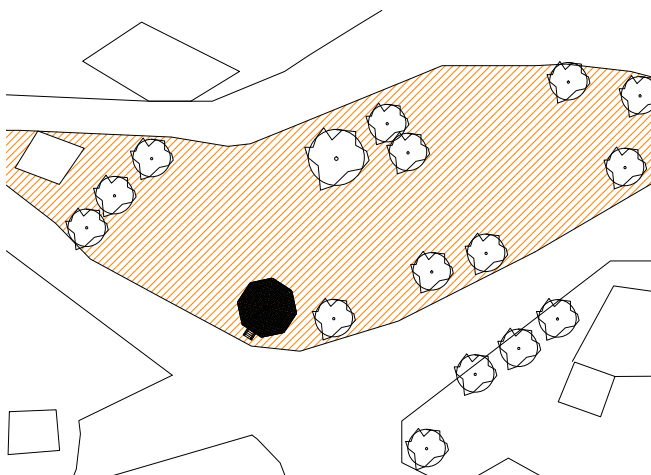
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 13 - MONTARIA

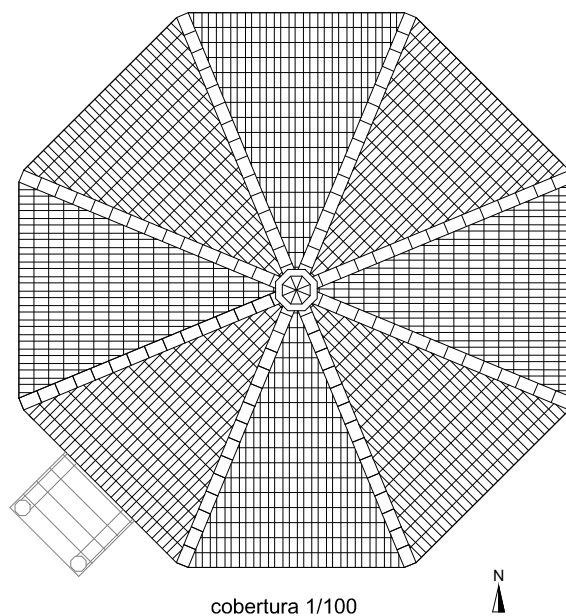
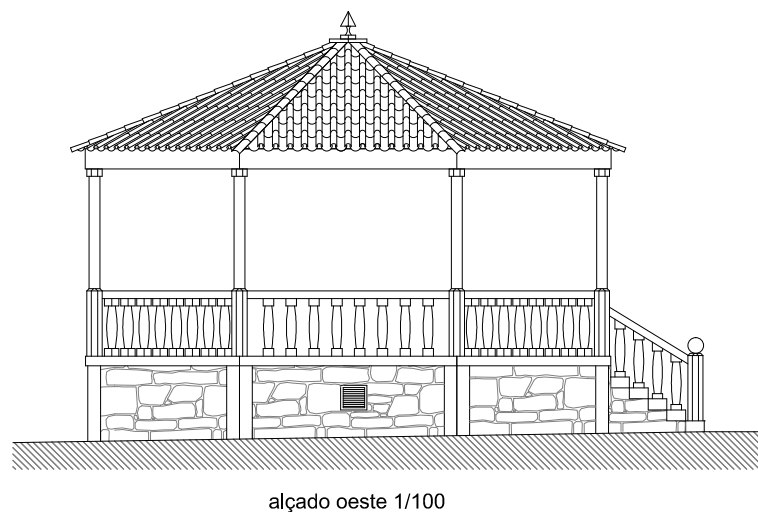
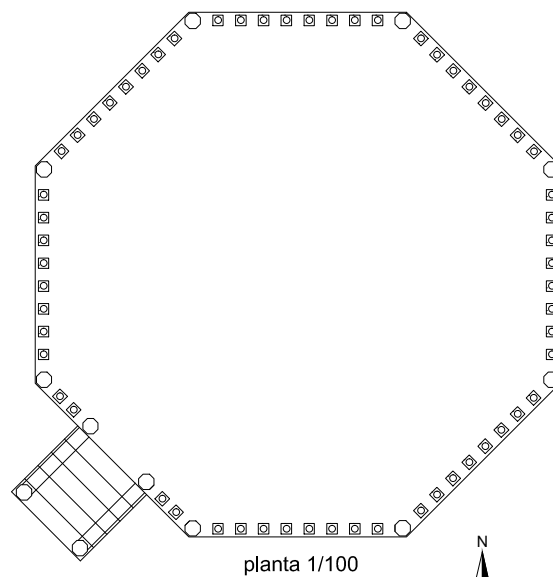
Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, base em alvenaria de oito panos, delimitados por cantaria a nível dos cunhais, cobertura octogonal em betão de oito águas forrada com telha canudo, assenta em colunas de granito, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em granito. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sudoeste, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sudoeste inscrição do ano 2000.

Fotografias:

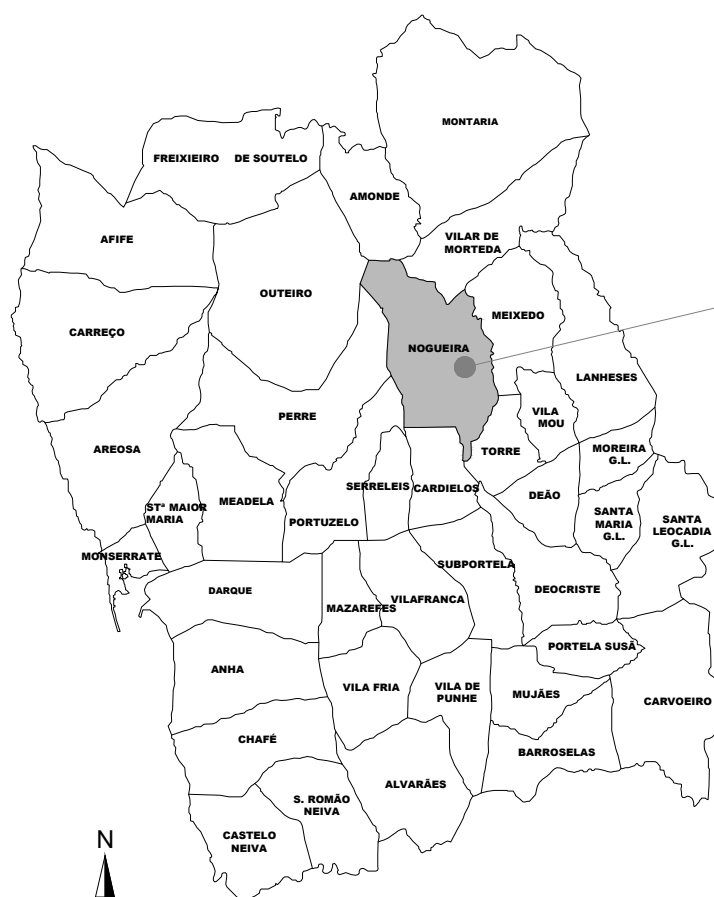


Levantamento:



Ficha Nº 14 - NOGUEIRA

Nogueira - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 10,75km² de área e 916 habitantes, com uma densidade populacional de 85,2 hab/km² (INE - 2011).

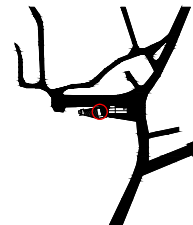


Ficha Nº 14 - NOGUEIRA (Concha Acústica)

Tipologia:

Planta rectangular, cobertura de uma água forrada a telha. O acesso ao coreto faz-se na face Oeste, por 3 degraus inseridos nos topos do palco, em cantaria de granito.

Enquadramento 1-10000:



Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Nogueira - Avenida Adriano Martins Gonçalves

Coordenadas: lat.: 41,7400; long.: -8,7341



Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta rectangular.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX - (1995)

Enquadramento:

Rural, implantado nas traseiras da capela Nossa Senhora da Conceição Rocha; em frente a um anfiteatro natural.

Materiais:

Betão rebocado; cantaria de granito.

Área de Palco:

34,66m²

Intervenções realizadas:

Valor Patrimonial:

Não existe

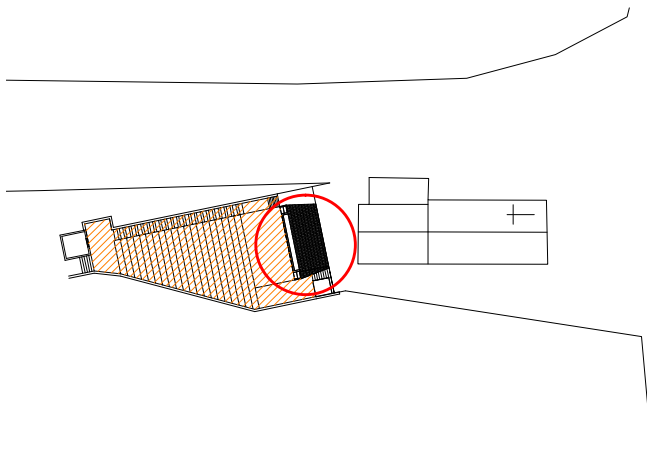
Estado de conservação:

Bom - Conservado

Planta de Localização:

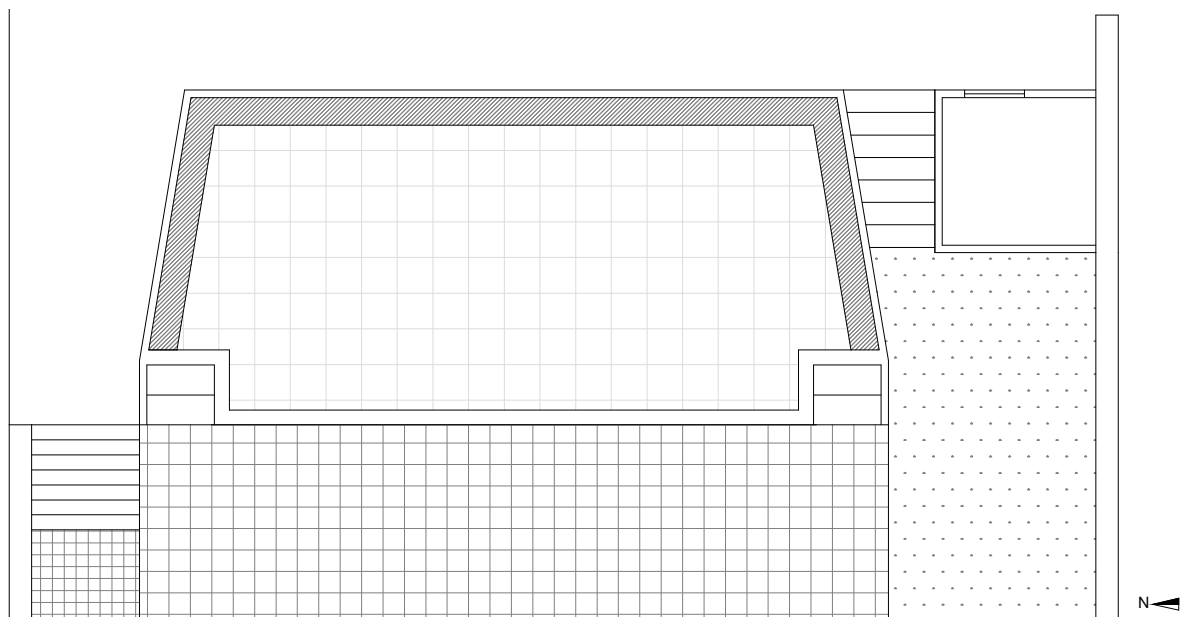


Planta de Implantação 1/1000:

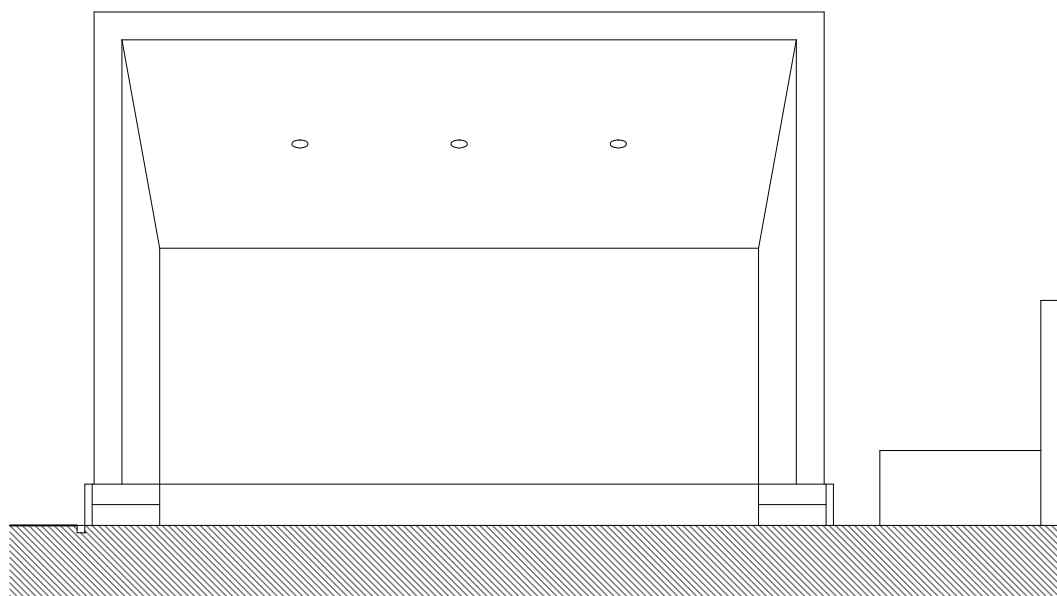


Ficha Nº 14 - NOGUEIRA

Levantamento:

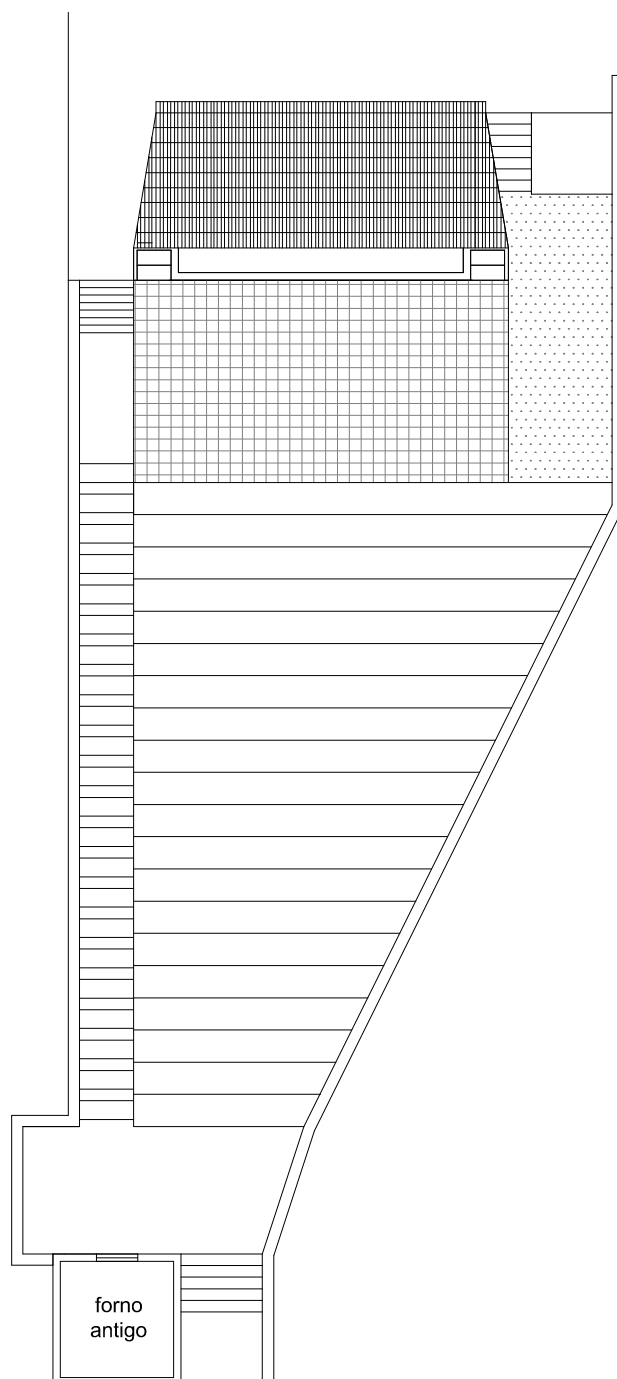


planta 1/100



Ficha Nº 14 - NOGUEIRA

Levantamento:

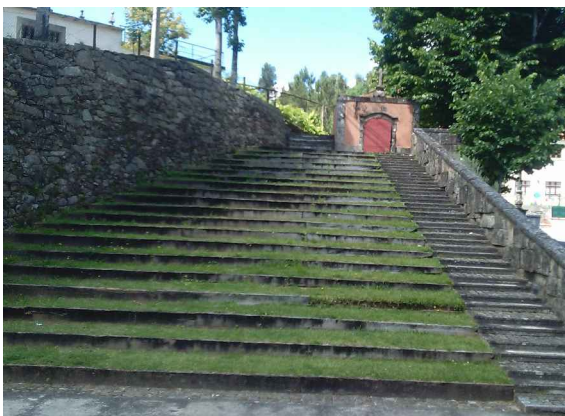


planta implantação 1/200



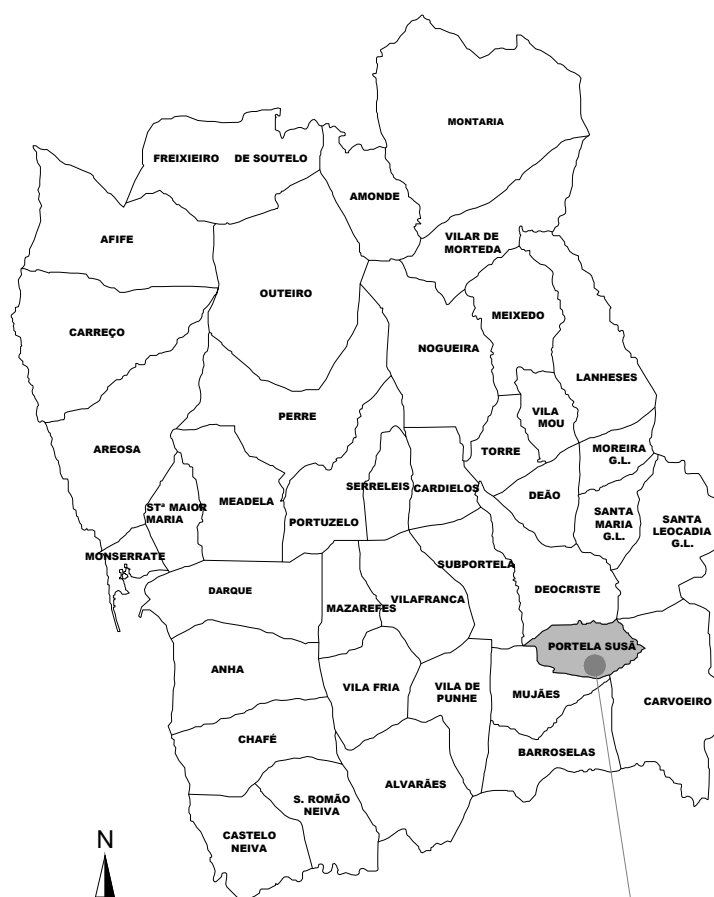
Ficha Nº 14 - NOGUEIRA

Levantamento Fotográfico:



Ficha Nº 15 - PORTELA SUSÃ

Portela Susã - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 4,13 km² de área e 597 habitantes, com uma densidade populacional de 144,6 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 15 - PORTELA SUSÃ

Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão de oito águas, assenta em pilares de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão, decorado com tijolos cerâmicos. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escada amovível em madeira ou ferro. No pano a Norte inscrição do ano 1980.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Portela de Susã - Largo das Tílias

Coordenadas: lat.: 41,6721; long.: -8,6994

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados iguais.
Cobertura octogonal de oito águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado em largo proximo do adro da Igreja Paroquial de Portela Susã. Praceta calcetada a cubo granítico, ladeado de árvores.

Materiais:

Betão; reboco; tijolos de cerâmica.

Área de Palco:

25,74m²

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

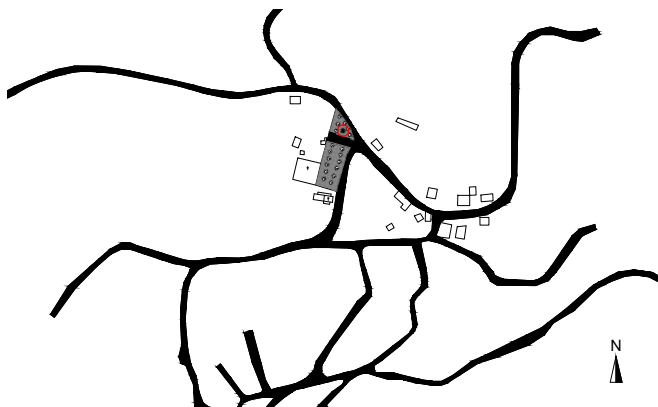
Não existe

Estado de conservação:

Bom - Conservado



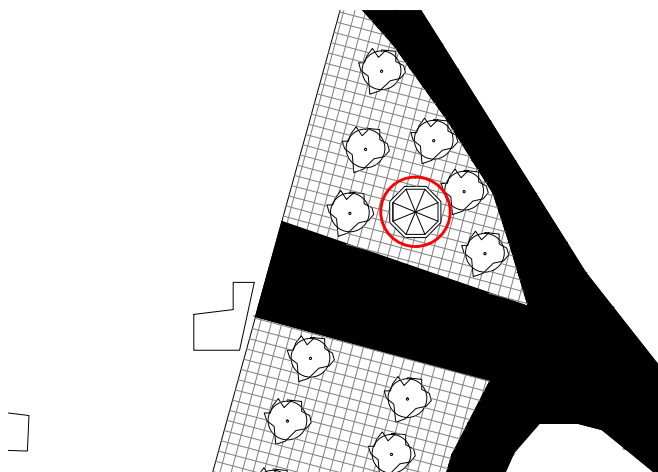
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 15 - PORTELA SUSÃ

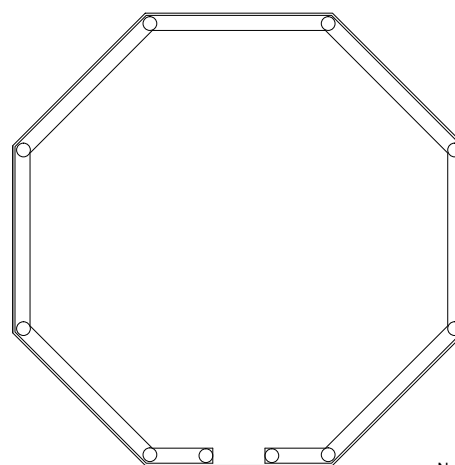
Tipologia:

Planta octogonal, de lados iguais, base em betão rebocado de oito panos, cobertura octogonal em betão de oito águas, assenta em pilares de betão, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão, decorado com tijolos cerâmicos. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escada amovível em madeira ou ferro. No pano a Norte inscrição do ano 1980.

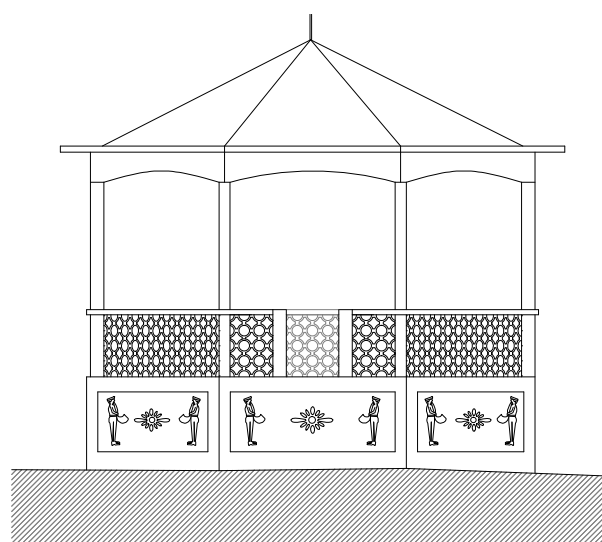
Fotografias:



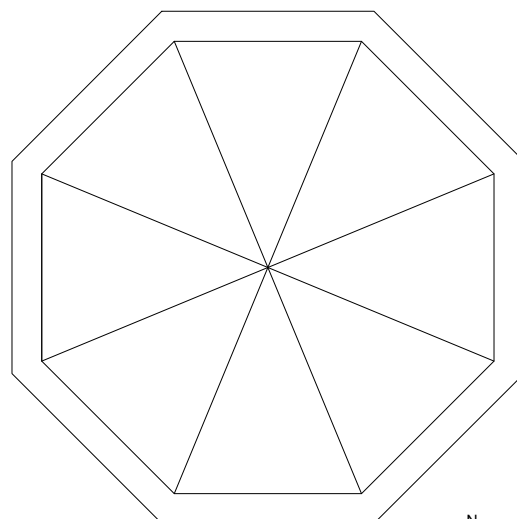
Levantamento:



planta 1/100



alçado sul 1/100



cobertura 1/100

Ficha Nº 16 - SANTA MARIA MAIOR

Santa Maria Maior - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 2,32 km² de área e 10 645 habitantes (2011)[1]. A sua densidade populacional foi 4 588,4 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 16 - SANTA MARIA MAIOR

Tipologia:

Base de planta octogonal, de lados desiguais, assente em soleira de betão, com paramentos rebocados e pintados de azul e branco, nos lados menores integrando grelha de arejamento sobrepujada por friso enxaquetado e com porta de vão rectangular nas fachadas E. e O. As arestas, em empena de cornija contracurvada sobrelevada, são decorada com caravela relevada e cobertura em beiral, coroados por esferas, estando definidas em ventanas, em arco pleno, assente em ombreiras avivadas por motivo decorativo em falsos flautados, dispostos em harpa, sobreposto a segmento da base. A fachada principal, voltada a E., articula dupla escadaria, de lanço único, adossada à fachada, de seis degraus e guarda cimentada, e possui frente às ventanas dois candeeiros de campânula apoiados num suporte curvo. Sobre o plinto da base corre gradeamento em ferro forjado com corrimão de madeira, onde se insere a entrada, fechada por portão de ferro forjado. Cobertura, em telhado de quatro águas, rematada no vértice por acrotério ornado com esfera armilar e catavento zoomórfico. Pavimento cimentado e tecto oitavado, em ripado de madeira e gesso.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Santa Maria Maior - Jardim da Beira Rio

Coordenadas: lat.: 41,6933; long.: -8,8247

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados irregulares.
Cobertura em telhado de quatro águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Urbano, integração na periferia do Jardim da Beira Rio, ladeando um dos arruamentos principais de Viana do Castelo, defronte da marina da foz do Lima.

Materiais:

Betão; ferro forjado; granito; cobertura exterior em telha e interior em madeira e gesso

Área de Palco:

35,88m²

Intervenções realizadas:

Valor Patrimonial:

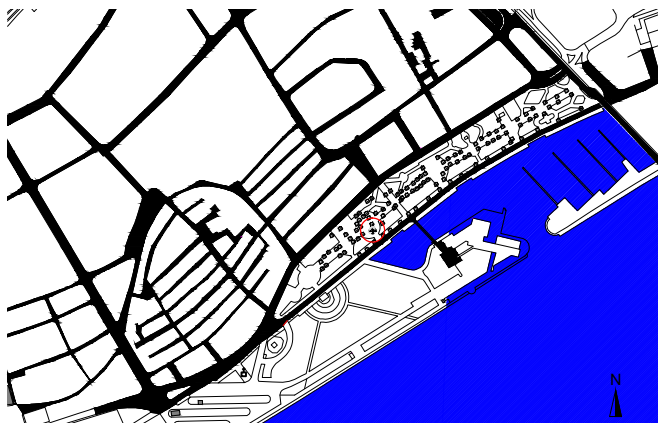
Existente - IPA.00010631

Estado de conservação:

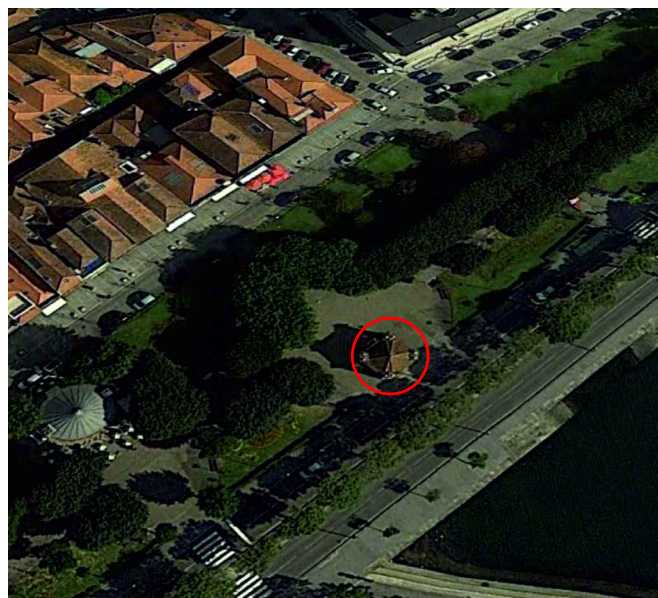
Bom - Conservado



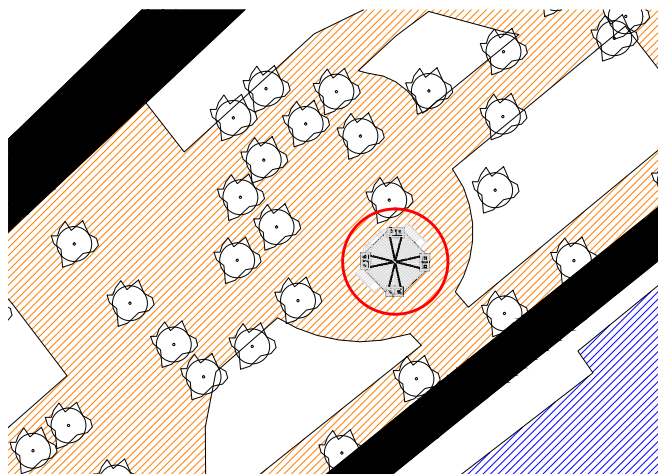
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:

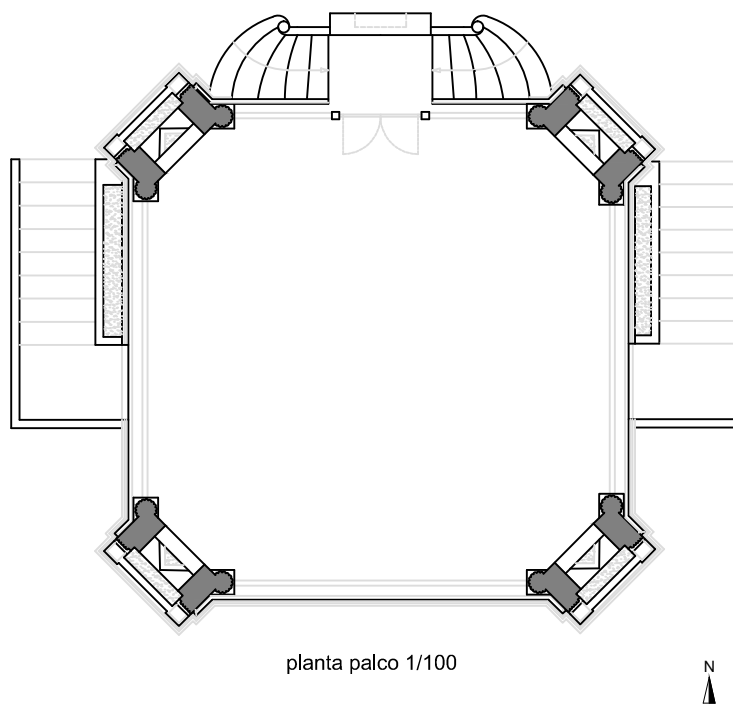
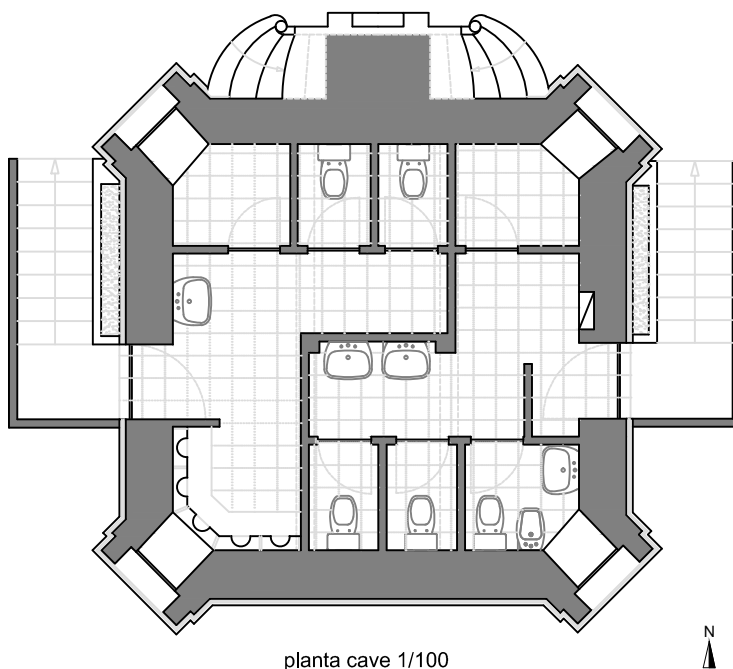


Planta de Implantação 1/1000:



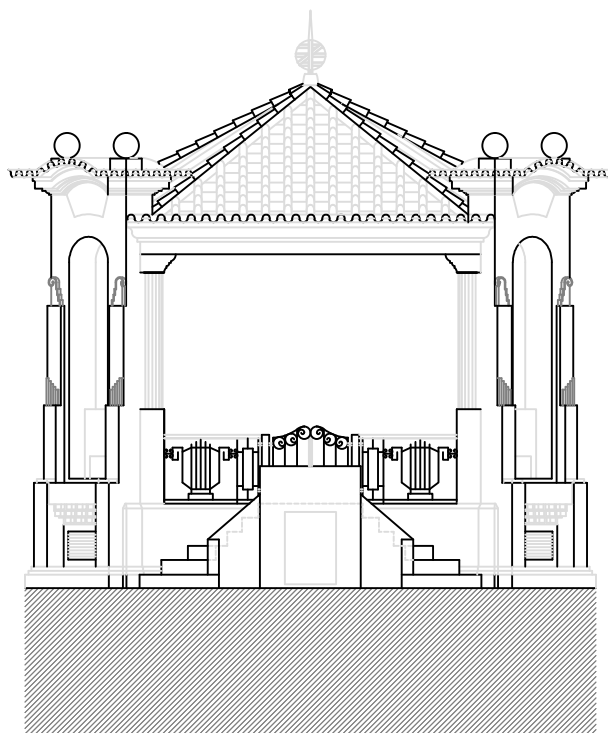
Ficha Nº 16 - SANTA MARIA MAIOR

Levantamento:

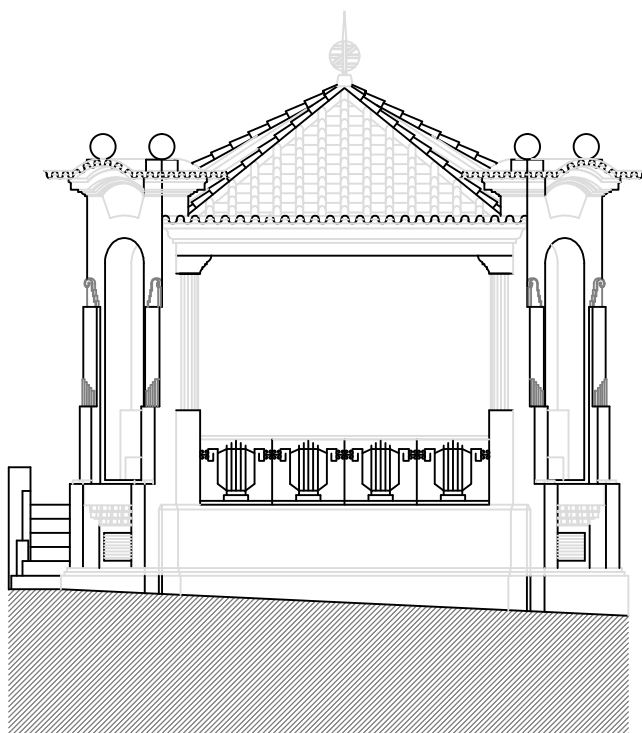


Ficha Nº 16 - SANTA MARIA MAIOR

Levantamento:



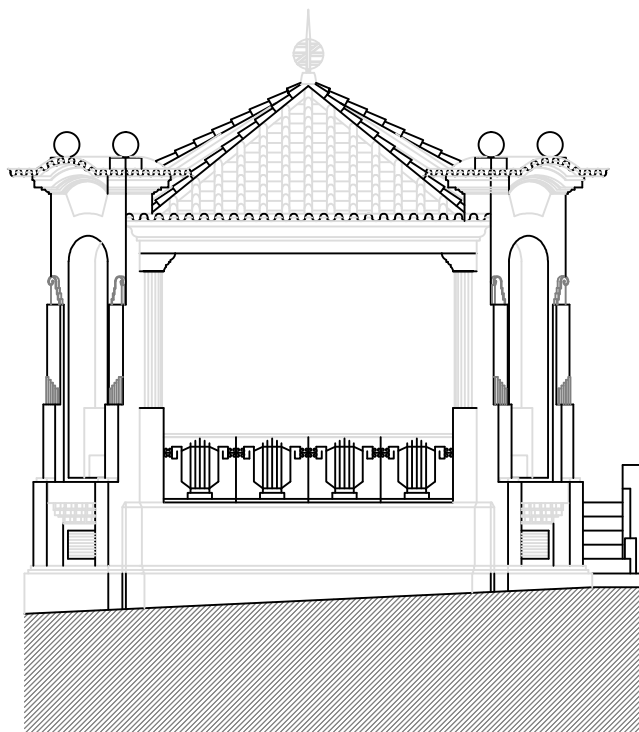
alçado norte 1/100



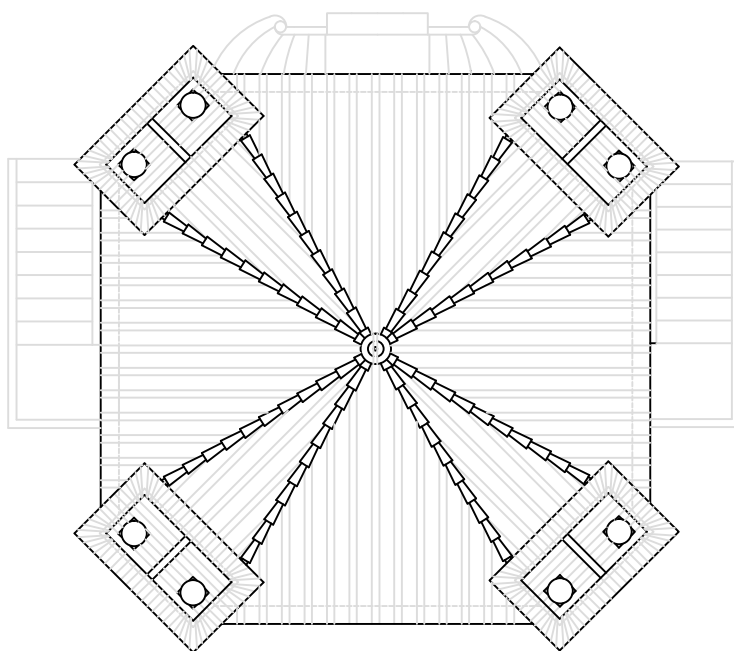
alçado poente 1/100

Ficha Nº 16 - SANTA MARIA MAIOR

Levantamento:



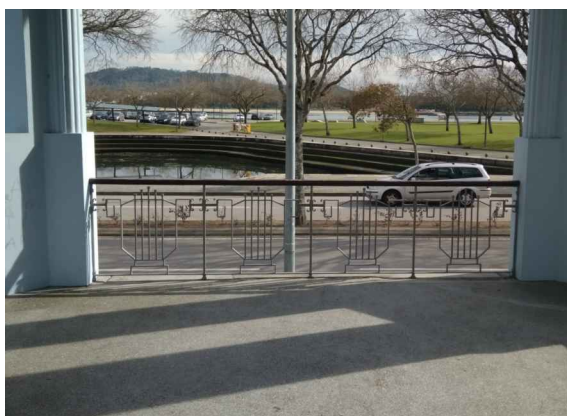
alçado nascente 1/100



cobertura 1/100

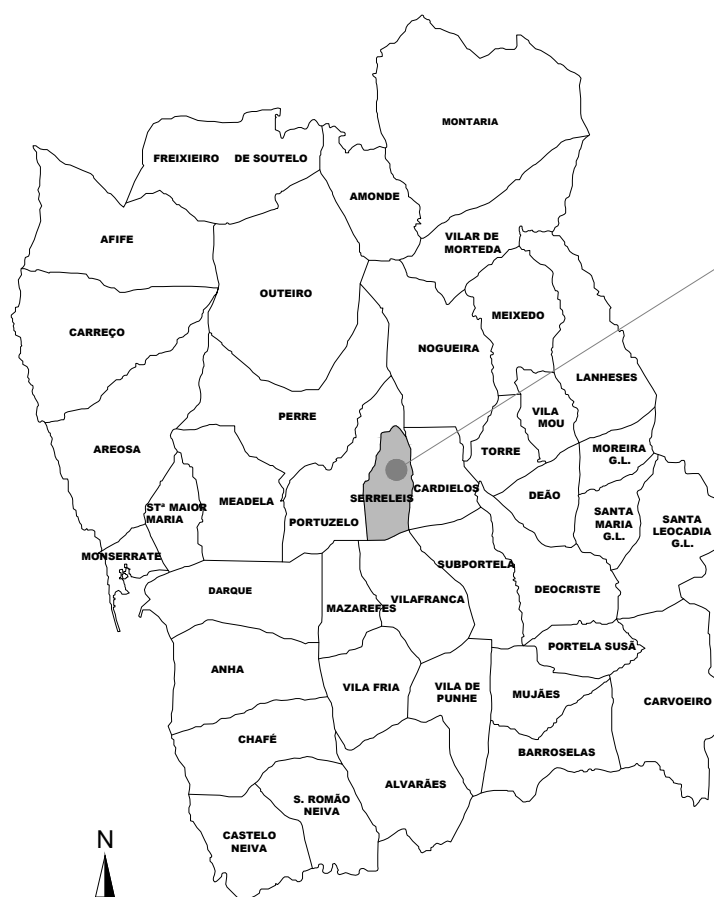
Ficha Nº 16 - SANTA MARIA MAIOR

Levantamento Fotográfico:



Ficha Nº 17 - SERRELEIS - (coreto -1)

Serreleis - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 3,13km² de área e 1003 habitantes, com uma densidade populacional de 320,4 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 17 - SERRELEIS - (coreto -1)

Tipologia:

Planta centralizada hexagonal, constituído pela base em alvenaria rebocada de seis panos delimitados por cantarias a nível dos cunhais e do embasamento, cobertura hexagonal em betão rebocado de seis águas, com beirado saliente, assenta em colunas de betão rebocado, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em cantaria de granito, em forma de meia lua. No pano a Norte inscrição do ano 1952.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Serreleis - Avenida da igreja

Coordenadas: lat.: 41,7091; long.: -8,7531

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta hexagonal de lados iguais.
Cobertura hexagonal de seis águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no adro da Igreja Paroquial de Serreleis.
Praceta calcetada a cubo granítico, ladeado de oliveiras.

Materiais:

Alvenaria rebocada; betão armado; cantaria de granito.

Área de Palco:

17,64m²

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

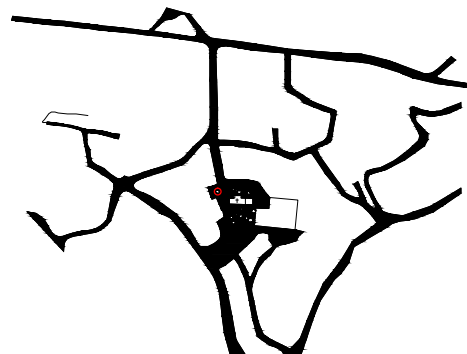
Não existe

Estado de conservação:

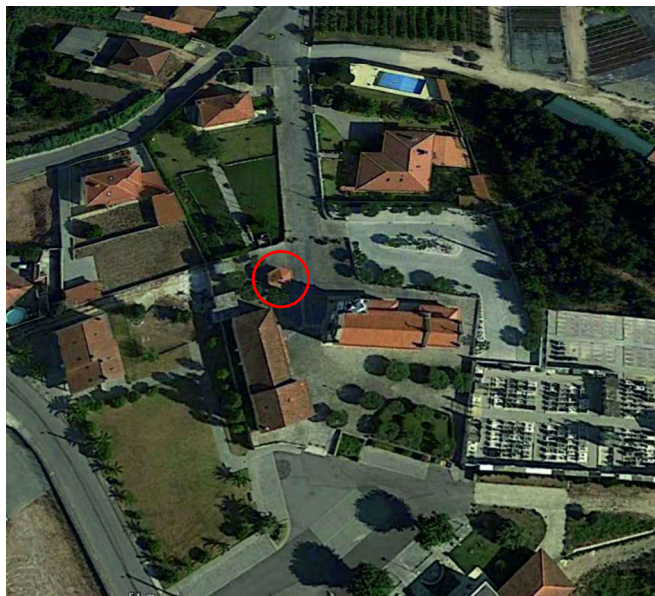
Bom - Conservado



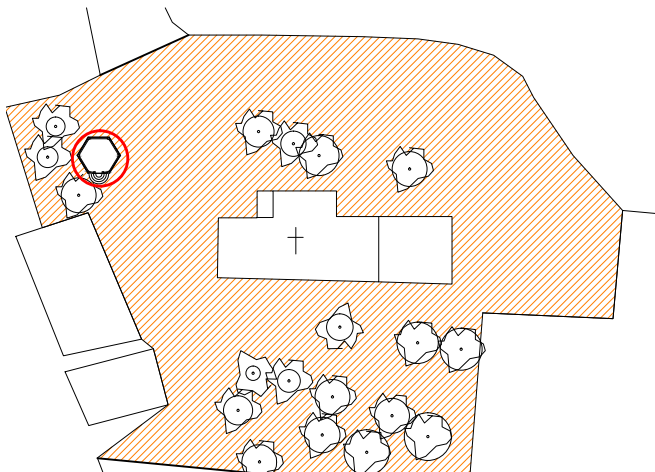
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 17 - SERRELEIS - (coreto -1)

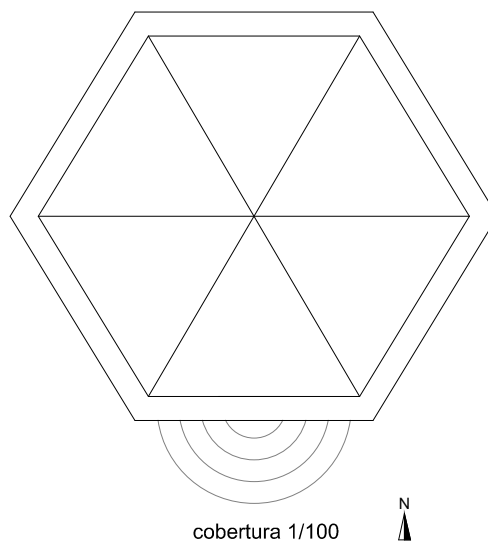
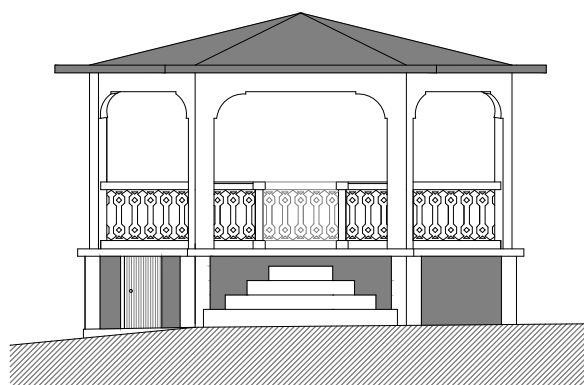
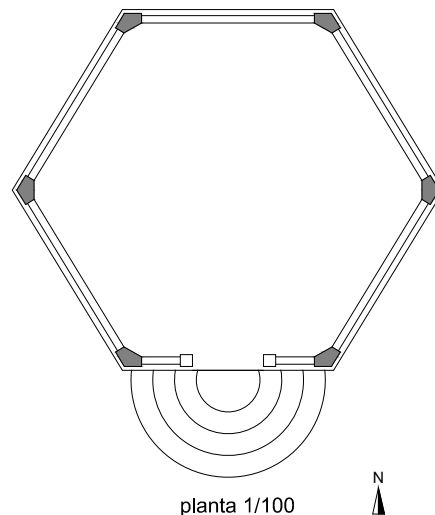
Tipologia:

Planta centralizada hexagonal, constituído pela base em alvenaria rebocada de seis panos delimitados por cantarias a nível dos cunhais e do embasamento, cobertura hexagonal em betão rebocado de seis águas, com beirado saliente, assenta em colunas de betão rebocado, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em betão. No interior da base existe um espaço destinado a armazenamento. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em cantaria de granito, em forma de meia lua. No pano a Norte inscrição do ano 1952.

Fotografias:

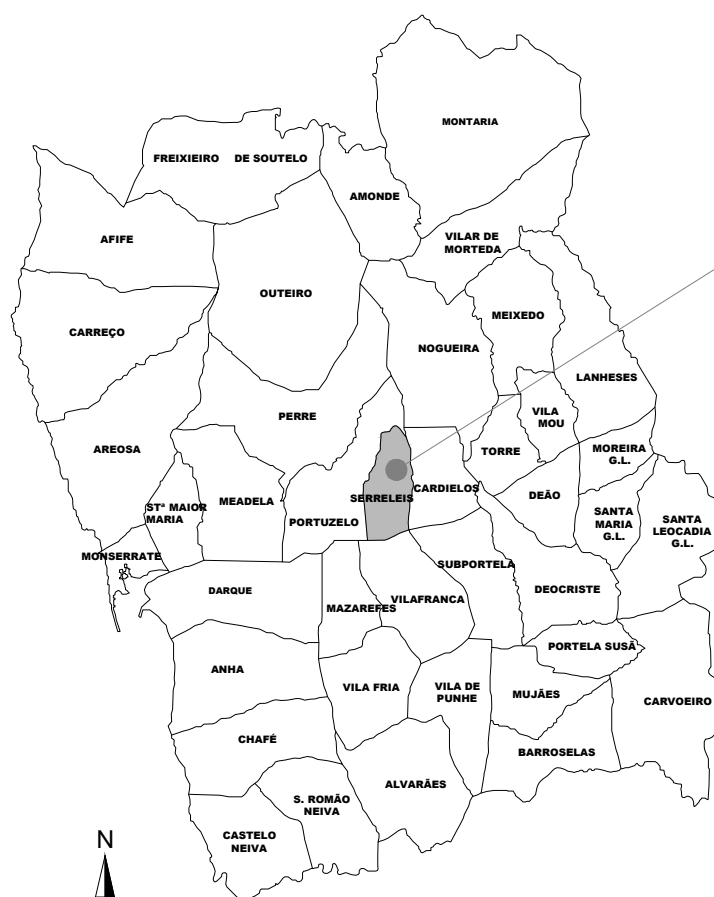


Levantamento:



Ficha Nº 18 - SERRELEIS - (coreto -2)

Serreleis - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 3,13km² de área e 1003 habitantes, com uma densidade populacional de 320,4 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 18 - SERRELEIS - (coreto -2)

Tipologia:

Planta centralizada hexagonal, constituído pela base em alvenaria de granito de seis panos delimitados por cantarias a nível dos cunhais e do embasamento. Patamar percorrido com guarda em betão a imitar troncos de sobreiro. O acesso ao coreto faz-se na face Noroeste, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sul inscrição do ano 1950.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Serreleis - Rua São Braz e São Roque

Coordenadas: lat.: 41,7117; long.: -8,7541

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta hexagonal de lados iguais.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no adro de capela. Praceta calçetada a cubo granítico.

Materiais:

Alvenaria; cantaria de granito.

Área de Palco:

14,25m²

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

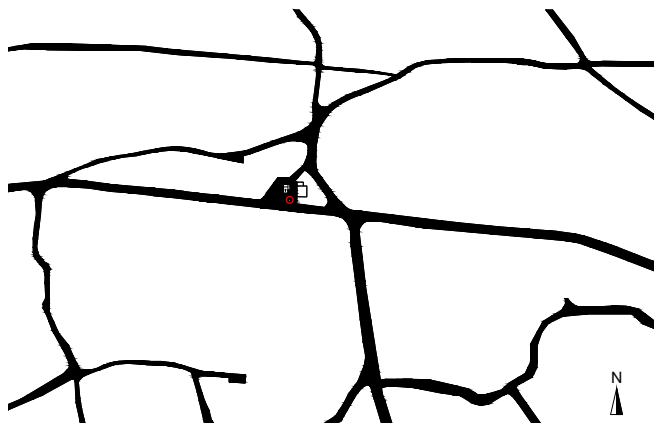
Não existe

Estado de conservação:

Bom - Conservado



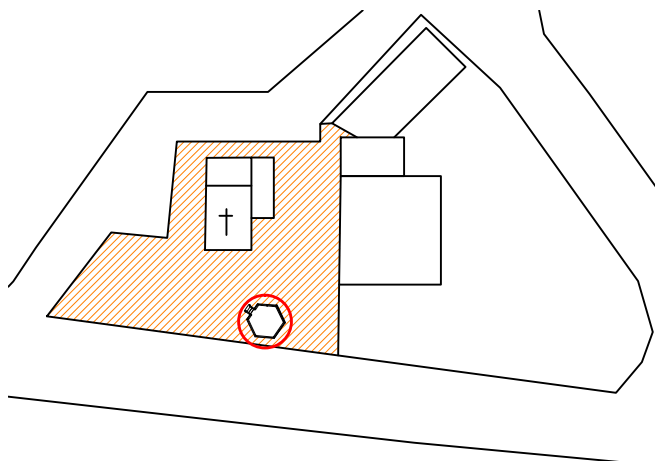
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 18 - SERRELEIS - (coreto -2)

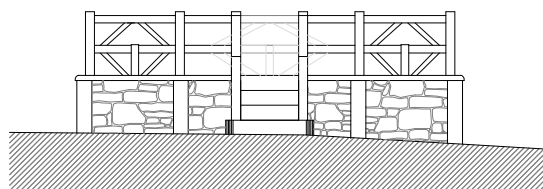
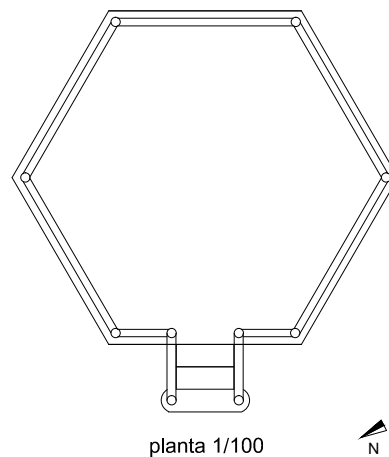
Tipologia:

Planta centralizada hexagonal, constituído pela base em alvenaria de granito de seis panos delimitados por cantarias a nível dos cunhais e do embasamento. Patamar percorrido com guarda em betão a imitar troncos de sobreiro. O acesso ao coreto faz-se na face Noroeste, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sul inscrição do ano 1950.

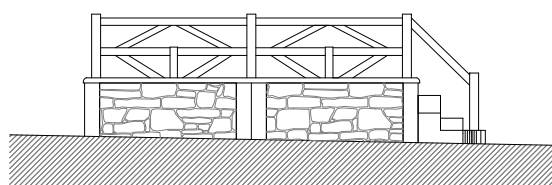
Fotografias:



Levantamento:



alçado noroeste 1/100



alçado nordeste 1/100

Ficha Nº 19 - VILA MOU

Vila Mou - Freguesia portuguesa do concelho de Viana do Castelo, com 3,02km² de área e 566 habitantes, com uma densidade populacional de 187,4 hab/km² (INE - 2011).



Ficha Nº 19 - VILA MOU

Tipologia:

Planta octogonal, de lados desiguais, os lados maiores constituídos por alvenaria rebocada, os menores por cantaria de granito, cobertura octagonal em chapa de oito águas, assenta em oito pilares em ferro, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em ferro. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sudeste inscrição do ano 1962.

Localização:

Concelho: Viana do Castelo

Freguesia: Vila Mou - Largo da Senhora da Encarnação

Coordenadas: lat.: 41,7293; long.: -8,6998

Características:

Função:

Utilização Cultural e Recreativa.

Geometria:

Planta octogonal de lados desiguais.
Cobertura octagonal de oito águas.

Propriedade:

Pública; municipal.

Época de construção:

Séc. XX

Enquadramento:

Rural, isolado implantado no adro da Igreja Paroquial de Vila Mou.
Praceta calçada a cubo granítico, ladeado de oliveiras.

Materiais:

Alvenaria rebocada; betão armado; cantaria de granito.

Área de Palco:

23,56m²

Intervenções realizadas:

Classificação Patrimonial:

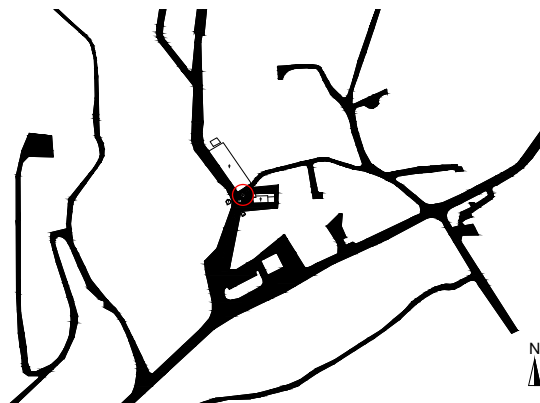
Não existe

Estado de conservação:

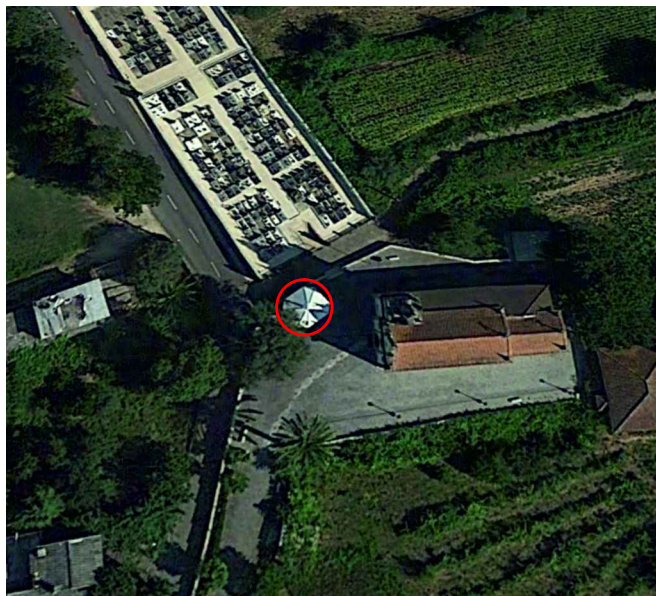
Bom - Conservado



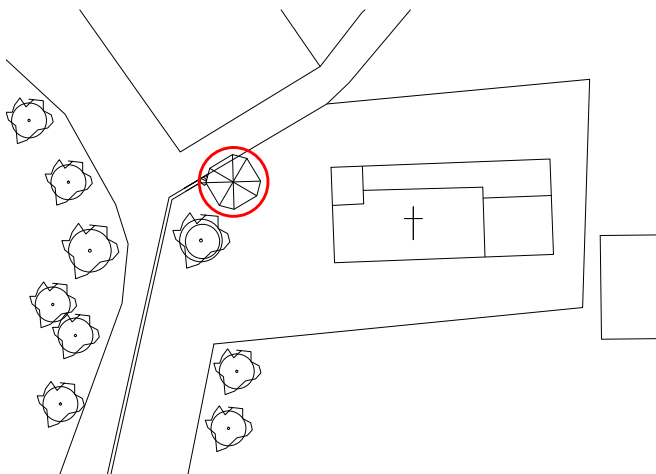
Enquadramento 1-10000:



Planta de Localização:



Planta de Implantação 1/1000:



Ficha Nº 19 - VILA MOU

Tipologia:

Planta octogonal, de lados desiguais, os lados maiores constituídos por alvenaria rebocada, os menores por cantaria de granito, cobertura octagonal em chapa de oito águas, assenta em oito pilares em ferro, colocadas nos cantos. Patamar percorrido com guarda em ferro. O acesso ao coreto faz-se na face Sul, por escadaria em cantaria de granito. No pano a Sudeste inscrição do ano 1962.

Fotografias:



Levantamento:

